

FUNDAÇÃO BISSAYA BARRETO



O Direito ao Segredo: Uma análise ao Instituto do Segredo Bancário

André Machado Pereira

*Dissertação orientada pelo Prof. Doutor Rui de Alarcão e co-orientada pela
Dr^a Sónia Preto para a obtenção do grau de Mestre em Ciências Jurídico-
Forenses*

Coimbra, março de 2015



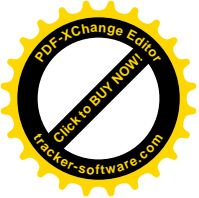
Aos meus filhos: Marta e Tomás.



Os meus agradecimentos
ao Senhor Professor Doutor Rui de Alarcão
e à Doutora Sónia Preto
pela inextinguível disponibilidade e pela sapiente orientação.



Aos meus filhos: Marta e Tomás.



Índice

1. Introdução	8
2. Evolução histórica	9
a) A origem	9
b) A banca comercial	11
c) Evolução do OJ interno – Parte I	12
d) Evolução do OJ interno – parte II	14
3. O objeto, conteúdo e natureza jurídica	25
a) O objecto	25
b) O conteúdo	27
c) A natureza jurídica	28
4. Os modelos de tutela	29
5. A fundamentação da obrigação de segredo	31
a) Os usos mercantis	32
b) O contrato	33
c) O fundamento de índole extracontratual	34
d) O dever geral de correção	34
e) O segredo profissional	34
f) A tese do costume interpretativo	37
g) A consagração legal	37
6. A Tutela constitucional	38
7. As exceções legais	45
a) A autorização do beneficiário do sigilo	46
b) Às autoridades judiciais, no âmbito de um processo penal	46
c) À AT, “no âmbito das suas atribuições”	47
i) O dever de pagar impostos e a evasão fiscal	47
ii) A ótica da OCDE face ao SB	48
iii) A troca de informações entre administrações fiscais	50
d) Quando exista outra disposição legal que expressamente limite o dever de segredo	
8. O SB no âmbito do direito (penal) fiscal	56
a) A relação tributária no âmbito do RGIT	57
b) O direito penal fiscal	58
c) Questões de direito penal, comum e fiscal	59
d) Em que se funda a criminalização da infrações tributárias	61
e) A estrutura do RGIT	62
f) Âmbito de aplicação do RGIT	63
g) A dificuldade de qualificação da ação	64
h) O bem jurídico tutelado	65
i) O crime de fraude fiscal	66
j) O crime de fraude fiscal qualificada	69
k) O crime de abuso de confiança fiscal	70
9. A oponibilidade do SB a terceiros	72
10. O incidente de levantamento do SB	74
a) No âmbito de processo penal	74
b) No âmbito de processo civil – a salvaguarda da verdade material	77
c) No âmbito de processo fiscal (CPPT)	83
d) No âmbito de processo administrativo (CPTA)	84
11. As consequências da violação de segredo bancário	85

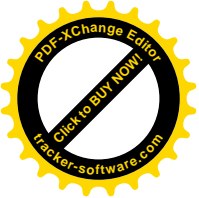


a)	No âmbito do direito penal	85
b)	A potencial responsabilização civil	87
c)	No âmbito contraordenacional	88
d)	No âmbito disciplinar	88
12.	Conclusões	89



Índice de abreviaturas

Ac - Acórdão
AT – Autoridade Tributária
BdP – Banco de Portugal
CC – Código Civil
CEJ – Centro de Estudos Judiciários
CMVM – Comissão do Mercado dos Valores Mobiliários
CP – Código Penal
CPC – Código de Processo Civil
CPP – Código de Processo Penal
CPPT – Código de Procedimento e Processo Tributário
CRP – Constituição da República Portuguesa
CT – Código do Trabalho
CVM – Código dos Valores Mobiliários
DGCI – Direção Geral das Contribuições e Impostos
DL – Decreto-Lei
ECOFIN - Conselho de Ministros de Economia e Finanças
ECORFI – Estrutura de Coordenação da Reforma Fiscal
EM – Estado Membro
IC – Instituição de Crédito
IGF – Inspeção Geral de Finanças
JC – Juiz Conselheiro
JIC – Juiz de Instrução Criminal
L – Lei
LGT – Lei Geral tributária
LO – Lei Orgânica
MP – Ministério Público
OCDE – Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico
OE – Orçamento de Estado
OJ – Ordenamento Jurídico
OPJ - Órgãos de Polícia Criminal
RGICSF – Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras
RGIT – Regime Geral das Contraordenações
RGIT – Regime Geral das Infrações Tributárias
RJIFA – Regime Jurídico das Infrações Fiscais Aduaneiras
RJIFA – Regime Jurídico das Infrações Fiscais Não Aduaneiras
SB - Segredo bancário
SF – Sociedade Financeira
TAF – Tribunais Administrativos e Fiscais
TCAN – Tribunal Central Administrativo Norte
TRC – Tribunal da Relação de Coimbra
TRE – Tribunal da Relação de Évora
TRL – Tribunal da Relação de Lisboa
TRP – Tribunal da Relação do Porto
UE – União Europeia



1. Introdução

Pretende-se com este trabalho edificar uma dissertação que versará sobre a temática do Sigilo Bancário. Almeja-se analisar esse direito constitucionalmente consagrado, trazendo à colação questões que com ele contrabalançam e que dizem respeito a um modelo de sociedade que se pretende justo, equitativo e solidário.

Assim, analisar-se-á por que via será o segredo bancário imposto, qual o seu objeto, quem a ele estará vinculado, quais as suas exceções, quais as consequências administrativas, civis e penais da sua violação e quais os pressupostos para que a sua derrogação seja possível, no âmbito civil, fiscal e penal.

Em *media res* abordar-se-á a temática das infrações tributárias, seus pressupostos e consequências jurídicas, no âmbito do RGIT.

Bom, o SB é desde logo um «princípio ordenador das relações dos bancos com os seus clientes»¹, consistindo na discrição que os bancos, os seus órgãos e empregados, devem observar sobre os dados económicos e pessoais dos clientes, que tenham chegado ao seu conhecimento através do exercício das funções bancárias.

Tal discrição estende-se e impõe-se a todo o indivíduo que mantenha com a IC ou SF em causa relações jurídicas pré-negociais.

Na sua efetivação casuística surgem questões importantes, relativamente ao seu âmbito de aplicação, quais os limites que balizam tal prerrogativa e quando deve este ceder perante a aplicação de outros princípios.

São questões desta índole que se almeja fazer uma análise do direito ao direito ao SB ou, doutro prisma, à obrigação de discrição e segredo imposta às IC e IF e aos seus colaboradores, às autoridades de supervisão financeira e à AT. A perspetiva de análise será fundamentalmente civil, não obstante, e porque com este âmbito contende, se alargará ao domínio fiscal e penal.

¹ SANCHES, José Luís Saldanha – Segredo bancário e tributação do lucro real. **Cadernos de Ciência e Técnica Fiscal**. Lisboa: Ministério das Finanças, 1995, p. 25.



A final conjugar-se-á o devir do direito positivado, bem como toda a intenção legiferante, numa perspetiva global, aquilatando se os objetivos que lhe estão subjacentes estarão ou serão superados.

2. Evolução histórica

a) a origem

Falar da origem do sigilo nas relações fiduciárias ou da obrigação de segredo bancário é algo incerto. Sabemos que as operações bancárias são anteriores à existência da moeda e que no Antigo Egito «não existia um sistema monetário»², i. e., o que existia era um sistema de avaliação de um determinado metal (ouro, prata ou cobre). Refere-se que, desde o Império Antigo³, paralelamente à tradicional troca direta de bens, existia «uma maneira de avaliação referida a um específico peso de metal»⁴, sendo o «metal base para a avaliação (...) o ouro e a unidade de valor chamava-se *sciat*⁵, (...). Por outro lado, no Império Novo⁶, o metal usado era a prata (...) [sendo] criada também uma nova unidade, a *kite*.»^{7/8}

Durante o século VI a. C. «pelo menos dois templos, o do deus Arsafé em Tebe e o de Ptah em Mênfi, estampilhavam lingotes de prata, com uma forma e um peso fixos, que podem ser considerados uma moeda»⁹. Contudo, tendo a moeda três funções económicas, que são a «medida de valor, reserva de valor e meio de pagamento»^{10 / 11}, conclui-se que estes lingotes de ouro e prata «não se tratava[m] ainda de dinheiro (...) [pois] ainda não detinham o monopólio das funções da moeda, sobretudo a de meio de pagamento.»¹² Para «o Egipto ter

² SALVADORI, Massimo L. ; [et al] - História Universal. Vol. 2. p. 55.

³ 3000 – 2150 a. C.

⁴ SALVADORI, Massimo L. ; [et al] - História Universal. Vol. 2. p. 55.

⁵ equivalente a 7.5 gr de ouro

⁶ 1570 – 765 a. C.

⁷ SALVADORI, Massimo L. ; [et al] - História Universal. Vol. 2. p. 55.

⁸ A unidade fundamental de peso era o *deben*, utilizada para trocas e que equivalia a 91 grama. A *kite* era equivalente a um décimo de deben de prata e a 10 deben de metal menos precioso. Em [Consult. 2 ago. 2014]. <http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/opombo/seminario/rhind/medida.htm>

⁹ SALVADORI, Massimo L. ; [et al] - História Universal. Vol. 2. p. 55.

¹⁰ COELHO, Rafael da Silva - Moeda no Brasil no final do século XVII. p. 31.

¹¹ No mesmo sentido, Soares Martinez descreve as funções da moeda como sendo um «instrumento geral de trocas; [uma] medida comum de valores (...) [e um] reservatório de valores». In Economia Política. p. 531.

¹² COELHO, Rafael da Silva - Moeda no Brasil no final do século XVII. p. 34.



verdadeiras moedas cunhadas é preciso esperar pela conquista persa¹³, embora se tratasse de uma circulação limitada.»¹⁴

Do referido se extrai a ilação de que o templo religioso era, na Antiguidade Oriental, «detentor de grande riqueza, proveniente de dádivas.»¹⁵ Tais templos eram detentores de uma «confiança psicológica»,¹⁶ tendo dessa forma os seus sacerdotes uma atuação quase que equiparada a banqueiros, sendo que, de certo modo, «os estabelecimentos bancários eram os templos.»¹⁷

Ora, tendo esta embrionária atividade um «carácter de algum modo sacro»¹⁸, a obrigação de segredo estar-lhe-á intrinsecamente ligada. Mormente, «a primeira legislação bancária conhecida espalhava-se no código de Hammurabi¹⁹, segundo o qual o banqueiro, que agora podia também ser um particular, devia possuir a confiança dos seus concidadãos (...) e só poderia revelar os seus arquivos em caso de conflito com os seus clientes, o que parece demonstrar já então a existência de um sigilo bancário.»²⁰

No período helénico poder-se-á salientar a figura do *Argenta'rii*²¹, que já assumia uma postura de carácter profissional. Tal figura transitou para o tempo de Roma.²² Com Roma, «a par dos templos surgem profissões autónomas de banqueiros (...) [sendo] a aceitação do segredo bancário (...) [fruto da] aceitação do princípio da *actio iniuriarum*.»²³

¹³ Ciro I, rei persa, penetrou na Babilónia no fim do verão do ano 539 a. C. e proclamou-se como legítimo governante da Mesopotâmia. Com esta conquista, o exército persa tinha chegado até às fronteiras do Egito, mas os conflitos que eclodiram na fronteira oriental durante grande parte do seu reinado, adiaram a conquista do Egito. Será no reinado de Cambises II (529-522 a. C.), que herdou o trono de seu pai (Ciro I), que o Egito será conquistado. Os planos para a conquista do Egito deviam encontrar-se já num estado bastante adiantado, pois Cambises atacou o Egito em 525 a. C. Com a ajuda árabe cruzou o perigoso deserto do Sinai e confrontou-se com o novo faraó Psamético I em Pelusium. Os egípcios foram derrotados e Mênfis caiu. *Conquista do Egito pelos Persas*. In **Infopédia**. Porto: Porto Editora, 2003-2014. [Consult. 2014-08-31]. Disponível na internet em [http://www.infopedia.pt/\\$conquista-do-egipto-pelos-persas](http://www.infopedia.pt/$conquista-do-egipto-pelos-persas)

¹⁴ SALVADORI, Massimo L. ; [et al] - História Universal. Vol. 2. p. 55.

¹⁵ SOUSA, Rabindranath Capelo de - O Segredo Bancário. Revista de Direito, Vol. II, nº 2. p. 45.

¹⁶ Ibidem.

¹⁷ Ibidem.

¹⁸ Idem, p. 46.

¹⁹ 1ª Dinastia babilónica (1894 – 1595 a. C.)

²⁰ SOUSA, Rabindranath Capelo de - O Segredo Bancário. Revista de Direito, Vol. II, nº 2. p. 46.

²¹ «ARGENTA'RII (τραπεζίται), bankers or money changers.» [Consult. 14 set. 2014]. Disponível na internet: http://penelope.uchicago.edu/Thayer/E/Roman/Texts/secondary/SMIGRA*/Argentarii.html

²² ibidem

²³ MORGADO, Fábio Rafael Abrantes – Segredo Bancário: uma apreciação do instituto à luz do actual regime português. p. 21.



Ora, temos como palco do aparecimento da profissão autónoma do banqueiro o mundo greco-romano. Os *argentarii* desenvolviam as mais variadas operações bancárias e estavam subordinados *ad publicam causam*.

A instituição financeira evoluiu enquanto tal durante os séculos XI e XII.

Durante o século XIV os prestamistas florentinos, que operavam em toda a Europa, vincularam bastantes práticas bancárias, utilizando-se na atualidade o vocábulo prestamista no sentido de pessoa que empresta dinheiro a juros.²⁴ Assim, «os primeiros banqueiros eram simples cambistas de dinheiro, mas com o passar do tempo o perigo de roubo e de extravio levou os comerciantes a entregar o seu dinheiro a estes cambistas, que passavam recibos e davam ordens de transferência, precursoras das modernas letras comerciais.»²⁵

Assim, «a origem do segredo bancário, ou pelo menos o seu reforço, parece ter origem na ética puritana calvinista, segundo a qual o dinheiro tem uma natureza reprodutiva e fecunda que está na base da ética capitalista.»²⁶

Esta atividade bancária manteve os seus traços fundamentais «quase sem alterações de relevo até ao século XX».²⁷

b) A banca comercial

Com o evoluir dos tempos a moeda material desmaterializou-se, surgindo então a moeda bancária. «Esta decorre, não de qualquer metal amodado nem de títulos, fiduciários ou papel-moeda, mas do simples jogo financeiro da inscrição de ativos e dos pagamentos em contas. Assenta, contudo, também na confiança.»²⁸

Este evoluir da moeda é acompanhado igualmente de um «desenvolvimento crescente (...) de instâncias especializadas na guarda, na circulação e na emissão de moeda»,²⁹ o que nos remete para uma ideia de sistema financeiro que, na atualidade, abrange os «bancos propriamente ditos, outras instituições de crédito e (...) as sociedades financeiras.»³⁰

²⁴ BRANDT, Willy; [et al] - Grande dicionário enciclopédico Ediclube-vol. XV. p. 5040.

²⁵ Idem, vol. III. p. 741.

²⁶ Germano Marques da Silva, Segredo Bancário: da Tutela Penal na Legislação Portuguesa, in: Direito e Justiça, vol. XII, tomo 2, 1998, pp. 33 e ss. *apud* AZEVEDO, Maria Eduarda - O Segredo bancário e a fiscalidade na Ordem Jurídica Portuguesa.

²⁷ ATHAYDE, Augusto Albuquerque – Curso de Direito bancário. Vol. I. p. 22.

²⁸ CORDEIRO, António Menezes – Manual de Direito Bancário. p. 82.

²⁹ Idem, p. 83.

³⁰ Idem, p. 84.



Do devir citado emerge uma nova moeda: a moeda escritural. A mesma «é constituída pelos saldos dos depósitos à ordem.»³¹ Os depósitos a prazo, porque «não constituem uma reserva líquida (...) estão fora do conceito de moeda [sendo considerados uma] quase-moeda (...).»³²

c) Evolução do instituto no OJ interno – parte I

Já no século XVIII se verificaram referências ao segredo no domínio comercial. Contudo, tal previsão legal só se efetivou com o surgimento da banca comercial.

«Em Portugal, o surgimento de bancos, no sentido atual do termo, data do século XIX»,³³ sendo que as invasões francesas, associadas à crise económico-financeira que se vivia na época, potenciaram «o aparecimento da banca.»³⁴ Nestes termos, por Carta de Lei de 31dez1821, foi constituído o Banco de Lisboa, sendo este «simultaneamente, banco comercial e banco emissor.»³⁵

Dispõe o Regulamento administrativo do Banco de Portugal de 28jan1847, no seu art. 83º que “*as operações do Banco, e os depósitos particulares, são objeto de segredo*”. A sua violação implicaria para o bancário o despedimento (se houvesse dano) ou a repreensão (no caso contrário). Deste modo, «O sigilo bancário em Portugal foi [legalmente] estabelecido pelo Regulamento Administrativo aprovado pelo Decreto de 25 de Janeiro de 1847»³⁶, assumindo assim a previsão, desde logo, uma faceta vinculada ao sigilo profissional. «Esta

³¹ MARTINEZ, Soares - Economia Política. p. 557.

³² Ibidem.

³³ CORDEIRO, António Menezes – Manual de Direito Bancário. p. 97.

³⁴ Ibidem.

³⁵ O Banco gozava do privilégio de exclusividade durante os vinte anos fixados para a sua existência, sendo-lhe concedida a faculdade de emissão de notas, que seriam aceites e consideradas nas Repartições de Fazenda Pública como se fossem dinheiro de metal, e ficava isento de quaisquer impostos pelas suas operações. Estes privilégios foram confirmados pela Carta de Lei de 7 de junho de 1824, a qual alargava o período de existência de vinte para trinta anos (até 1854). Contudo, em 1835, ao ser criado o Banco Comercial do Porto, igualmente com o privilégio de emissão de notas, o Banco de Lisboa perde a exclusividade que, por duas vezes, lhe havia sido conferida. (...). A partir de 1838, o Banco de Lisboa vai participar na constituição de várias companhias financeiras (Confiança, Crédito Nacional, União, Auxiliar, Confiança Nacional), formadas para conceder crédito ao Estado. Em 1846, a falta de pagamento, por parte do Governo, dos sucessivos empréstimos que ia contraindo no Banco de Lisboa e na Companhia Confiança Nacional conduziu estas duas instituições a uma situação crítica, culminando na assinatura do Decreto de 19 de novembro. Este Decreto determinou a integração do ativo e passivo da Companhia Confiança Nacional no ativo e passivo do Banco de Lisboa, passando este a designar-se, daí em diante, «Banco de Portugal». [Consult. 22 Nov. 2014]. Disponível na internet: <http://www.bportugal.pt/pt-PT/ServicosaoPublico/ArquivoHistorico/Catalogo/Paginas/BancoLisboa.aspx>

³⁶ Ac TRG de 19/12/2008, Processo 2730/08-2, relator António Condesso. Disponível em www.dgsi.pt.



norma veio a ser substituída pelo Regulamento Administrativo do Banco de Portugal de 1891, aprovado em 23 de abril de 1891, o qual manteve praticamente a mesma redação.»³⁷

Só 76 anos mais tarde, em 1967, «pelos artigos 1º, n.ºs 1 e 2, e 6º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 47 909, de 7 de Setembro»³⁸ «é que surge no ordenamento jurídico português uma referência normativa ao segredo bancário aplicável, sem exceções, a todas as instituições de crédito, (...) [criando-se] o Serviço de Centralização de Riscos de Crédito (SCRC). [Ao abrigo do seu art. 6º/1] (...) a violação do dever de segredo constituía crime de violação de segredo profissional, punível pelo artigo 290.º do Código Penal de 1886. (...). O disposto no n.º 2 do artigo 3.º deste diploma, para além de proibir a utilização dos elementos fornecidos pelas instituições de crédito para outros fins diversos que não fossem os do SCRC ou de natureza estatística, veio afirmar que os mesmos não eram suscetíveis de difusão violadora do princípio do segredo bancário que deveria proteger as operações de crédito em causa.»³⁹

«[D]e seguida pelo Decreto-Lei n.º 2/78, de 9 de Janeiro»⁴⁰, «que introduziu, no ordenamento jurídico português, um regime de âmbito geral, sistematizando e conferindo alguma unidade ao tratamento legal do sigilo bancário.»⁴¹ A proteção determinada no seu art. 3º era a de que, «o incumprimento do dever de sigilo bancário, além de fazer incorrer o infrator em responsabilidade civil e disciplinar, era punível criminalmente, nos termos do parágrafo 1 do artigo 290.º do Código Penal.»⁴²

Na atualidade, em matéria do SB, impera o estatuído e regulado pelo «Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro que regula o processo de estabelecimento e o exercício da atividade das instituições de crédito e das sociedades financeiras (tendo este último diploma sofrido já diversas alterações) (...)»⁴³

³⁷ PALMA, Clotilde Celorico; SANTOS, António Carlos – A derrogação do Sigilo bancário para efeitos fiscais. **Revista da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas**, nº 146, mai2012, p. 48.

³⁸ Ac TRG de 19/12/2008, Processo 2730/08-2, relator António Condesso. Disponível em www.dgsi.pt.

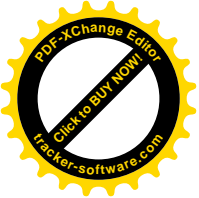
³⁹ PALMA, Clotilde Celorico; SANTOS, António Carlos – A derrogação do Sigilo bancário para efeitos fiscais. **Revista da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas**, nº 146, mai2012, p. 48.

⁴⁰ Ac TRG de 19/12/2008, Processo 2730/08-2, relator António Condesso. Disponível em www.dgsi.pt.

⁴¹ PALMA, Clotilde Celorico; SANTOS, António Carlos – A derrogação do Sigilo bancário para efeitos fiscais. **Revista da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas**, nº 146, mai2012, p. 48.

⁴² Ibidem.

⁴³ Ac TRG de 19/12/2008, Processo 2730/08-2, relator António Condesso. Disponível em www.dgsi.pt.



d) Evolução legislativa no OJ interno – Parte II

O DL 363/78, de 28/11, procedeu à reestruturação da DGCI. Aí foram elencados os poderes atribuídos aos respetivos funcionários na sua atividade de fiscalização tributária.⁴⁴

Contudo, o regime do SB continuava a ser regulado pelo DL 2/78. Nestes termos, os poderes de fiscalização da DGCI, na ausência de declaração expressa de derrogação ao dever de sigilo, não se sobrepunham a este. Por outro lado as IF e IC detinham um poder/dever de se recusar a divulgar factos protegidos pela obrigação inerente, «mau grado o seu interesse para a Administração Fiscal.»⁴⁵ Assim, os interesses da Administração Fiscal esbarravam muita das vezes neste direito à negação de derrogação. Ressalvava-se a derrogação do SB se a mesma fosse requerida ou ordenada por autoridade judicial competente⁴⁶, não sendo a mesma passível de negação.

Em 1979, numa atitude legiferante análoga à subjacente à aprovação do DL 363/78, veio regular-se o funcionamento da IGF através da publicação do DL 513-Z/79, de 27/12. Este diploma legal veio estipular quais as atribuições e competências da IGF, bem como os poderes dos seus agentes, em termos muito análogos aos previstos para a DGCI.

Quanto à Inspeção Geral de Finanças, atribuíam-lhe o DL 513-Z/79, de 27/12, poderes unilaterais para a suspensão da obrigação de segredo. Tal faculdade foi declarada inconstitucional pelo acórdão do TC nº 278/95, de 31/5.

⁴⁴ Art. 34/1 - “Para assegurar a realização das atribuições da Direcção-Geral em matéria de fiscalização tributária, poderão os respectivos funcionários:

- a) Ter livre acesso a todas as instalações ou locais onde existam elementos relacionados com a actividade dos contribuintes ou obrigados fiscais;
- b) Examinar os livros e quaisquer documentos relacionados com a actividade dos contribuintes ou obrigados fiscais, bem como verificar todos os elementos susceptíveis de revelar a sua situação real;
- c) Visar, quando conveniente, os livros e demais documentos;
- d) Apreender e/ou fotocopiar os elementos de escrituração ou quaisquer outros testemunhos, quando tal se mostre indispensável para garantir a completa averiguação da conduta do contribuinte ou servir como prova das infracções cometidas;
- e) Proceder à selagem de quaisquer instalações, sempre que tal se mostre necessário para assegurar a plena eficácia da acção fiscalizadora e o combate à fraude fiscal, de harmonia com as regras a definir;
- f) Proceder ao arrombamento de dependências, cofres ou móveis onde se encontrem documentos ou outros elementos necessários ao desenvolvimento da acção fiscalizadora, de harmonia com as regras a definir;
- g) Examinar os elementos em poder de quaisquer entidades públicas e privadas para a completa verificação da situação tributária dos contribuintes ou obrigados fiscais ou para a obtenção e recolha de dados que interessem à fiscalização tributária;
- h) Pedir a todas as entidades públicas e privadas, para a realização das diligências a seu cargo, as informações que entenderem necessárias à sua boa execução;

⁴⁵ PAÚL, Jorge Patrício – O Sigilo Bancário e a sua relevância fiscal. **Revista da Ordem dos Advogados**, ponto 4.

⁴⁶ Art. 34/3 – “O exercício das funções previstas no n.º 1 contra a vontade do contribuinte só pode ser realizado quando ordenado pela autoridade judicial competente em pedido fundamentado pelo respectivo funcionário da fiscalização tributária.”



A LGT⁴⁷, aprovada pelo DL 398/98, de 17/12, continha dois preceitos que se referiam ao SB no âmbito fiscal.

O art. 14º/4, referente a benefícios fiscais, estipulava que “Os titulares de benefícios fiscais de qualquer natureza são sempre obrigados a revelar ou a autorizar a revelação à administração tributária dos pressupostos da sua concessão, ou a cumprir outras obrigações previstas na lei ou no instrumento de reconhecimento do benefício, nomeadamente as relativas aos impostos sobre o rendimento, a despesa ou o património, ou às normas do sistema de segurança social, sob pena de os referidos benefícios ficarem sem efeito.”

Por sua vez, no domínio referente à inspeção tributária, vertia-se no art. 63º/2, referente à inspeção tributária, que “O acesso à informação protegida pelo sigilo profissional, bancário ou qualquer outro dever de sigilo legalmente regulado, depende de autorização judicial, nos termos da legislação aplicável.”

Nestes termos a AT só poderia realizar “a diligência (...) mediante autorização concedida pelo tribunal da comarca competente com base em pedido fundamentado da administração tributária.”⁴⁸

Mas este paradigma foi alvo de sucessivas alterações tendentes ao alargamento das situações em que o direito ao SB poderia ser preterido, de forma tendencialmente abrangente, a avalizar pelos diplomas legais que foram sendo legiferados nesta área.

Desde logo, e em 2000, operou-se uma reforma fiscal que teve como fundamentos uma série de documentos e acontecimentos à altura considerados significativos. Pelo que poderemos afirmar que é essencialmente a partir de «2000 e 2001 que se assiste a um relevante conjunto de alterações no sentido de se permitir um maior acesso por parte da Administração Tributária – atualmente integrada na Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) – e outras entidades a informações e documentos bancários dos contribuintes.»⁴⁹

⁴⁷ Aprovada pelo DL 398/98, de 17/12 e posteriormente alterada pela: Decl. Ret. 7-B/99, de 27/2; L 100/99, de 26/7; L 3-B/2000, de 4/4; L 30-G/2000, de 29/12; L 15/2001, de 5/6; L 109-B/2001, de 27/12; L 16-A/2002, de 31/5; DL 229/2002, de 31/10; L 32-B/2002, de 30/12; DL 320-A/2002, 30/12; DL 38/2003, de 8/3; DL 160/2003, de 19/7; L 107-B/2003, de 31/12; L 55-B/2004, de 30/12; L 50/2005, de 30/8; L 60-A/2005, de 30/12; DL 76-A/2006, de 29/3; DL 238/2006, de 20/12; L 53-A/2006, de 29/12; L 67-A/2007, de 31/12; DL 34/2008, de 26/2; L 40/2008, de 11/8; L 64-A/2008, de 31/12; L 3-B/2010, de 28/4; L 55-A/2010, de 31/12; L 64-B/2011, de 30/12; L 66-B/2012, de 31/12; DL 6/2013, de 17/1; DL 71/2013, de 30/5; DL 82/2013, de 17/6; L 83-C/2013, de 31/12; L 82-B/2014, de 31/12; L 82-E/2014, de 31/12.

⁴⁸ Art. 63º/5 do DL 398/98, de 17/12.

⁴⁹ PALMA, Clotilde Celorico; SANTOS, António Carlos – A derrogação do Sigilo bancário para efeitos fiscais. **Revista da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas**, nº 146, mai2012, p. 46.



Trabalhos houve que contribuíram e sustentaram tais progressos. Desde logo elencar o Relatório elaborado pelo Comité dos Assuntos Fiscais da OCDE, publicado em 11abr2000,⁵⁰ sobre a temática da agilização do acesso à informação pela autoridade tributária.⁵¹

Mas outros documentos foram nesta data publicados. Na sequência da reunião do Conselho Europeu, realizado em Santa Maria da Feira em 19 e 20jun2000, aprovou-se um calendário para preparação e aprovação de uma Diretiva, visando a criação de um sistema de troca de informações entre os Estados membros, como base da tributação dos rendimentos da

⁵⁰ Disponível em <http://www.oecd.org/tax/exchange-of-tax-information/2497487.pdf>

⁵¹ «O objecto desse Relatório foi a análise da situação existente nos países membros da OCDE quanto ao acesso à informação bancária na sequência de um pedido específico feito por uma autoridade fiscal, directamente ou por via judicial. A falta de tal acesso é considerada, naquele documento, como limitativa da capacidade da Administração Fiscal liquidar e cobrar os impostos que os contribuintes deveriam efectivamente pagar. A matéria do sigilo bancário é extensamente analisada no mesmo documento, considerando-se que ele constitui um importante instrumento de protecção da confidencialidade da actividade financeira dos particulares e das empresas.

Deste modo, a derrogação do sigilo bancário perante a Administração Fiscal deverá ser sempre feita com limitações que assegurem que a informação é disponibilizada apenas para os fins específicos que estejam previstos na lei.

A liberalização e a harmonização dos mercados financeiros contribuíram enormemente para a livre circulação dos capitais por todo o mundo, com o consequente aumento das oportunidades de incumprimento das leis fiscais. Os avanços extraordinários verificados no comércio electrónico facilitaram igualmente o acesso às actividades financeiras transnacionais, que passaram a poder ser realizadas anonimamente, designadamente com a finalidade de branqueamento de capitais.

O Relatório constata que a grande maioria dos países membros da OCDE protege a confidencialidade das informações detidas pelas instituições financeiras através de normas jurídicas específicas. Nesses países está previsto o acesso à informação bancária em matéria de processo civil e criminal e para combater o branqueamento de capitais.

O acesso à informação bancária para fins tributários varia muito entre os países membros, estando, à data da conclusão do Relatório, prevista em diversos deles a obrigatoriedade de informação automática às autoridades fiscais (como sucedia, entre outros, em Espanha, França, Holanda, Itália, Reino Unido e países escandinavos), enquanto noutros o acesso à informação só existia em casos pontuais (como acontecia, designadamente, em Portugal, Áustria, Bélgica, Alemanha, Luxemburgo e Suíça).

Nos casos de suspeita de fraude fiscal, a maioria dos países da OCDE admitia o acesso automático a dados respeitantes a membros da família da pessoa investigada ou de terceiro que com ela tivesse tido relações de negócios, como acontecia no Reino Unido, Alemanha, Espanha e Itália, mas vários outros países não o admitiam, como sucedia em Portugal, Itália, Luxemburgo, Bélgica, Suécia e Grécia.

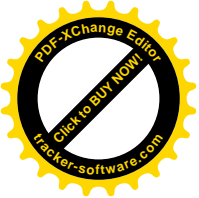
As administrações fiscais dispunham de acesso a informações acerca da situação económica dos clientes das instituições bancárias na Finlândia, Alemanha, Dinamarca, Noruega e Reino Unido; tais informações não podiam ser obtidas em Portugal, Itália, Luxemburgo, Espanha, Suécia e Suíça.

Em muitos países da OCDE, as instituições bancárias, embora com modalidades e sob regimes diferentes, notificavam automaticamente as autoridades fiscais acerca dos juros e outros rendimentos pagos aos contribuintes, bem como outros actos diversos, designadamente a abertura e o fecho de contas, mas essa obrigação não existia em Portugal, na Áustria, Bélgica, Alemanha e Luxemburgo.

As principais conclusões do Relatório em apreço são as seguintes:

- Todos os países deveriam facultar às suas autoridades fiscais o acesso à informação bancária;
- Todos os países deveriam estabelecer requisitos de adequada identificação dos clientes bancários e assegurar que os bancos obtêm e arquivam informação rigorosa e fidedigna sobre a identificação dos seus clientes e sobre a identidade do verdadeiro beneficiário económico das contas bancárias;
- A exigência de reciprocidade e a necessidade da existência de um interesse fiscal nacional têm impedido uma maior amplitude das trocas de informações entre os diversos países, condicionalismos estes que deveriam ser ultrapassados.

Em síntese, pode dizer-se que este Relatório não propõe a abolição do segredo bancário, apenas defende a adopção de medidas que flexibilizem o seu regime.» PAÚL, Jorge Patrício – O Sigilo Bancário e a sua relevância fiscal. **Revista da Ordem dos Advogados. Ponto II, 9.**



poupança dos não residentes no interior da União Europeia. Tal preparação culminou no ECOFIN de Bruxelas em 26 e 27 de Novembro de 2000.⁵²

Mas teremos ainda que nos referirmos à Comissão para o Desenvolvimento da Reforma Fiscal, que apresentou o seu relatório em abril de 1996, e à Estrutura de Coordenação da Reforma Fiscal (ECORFI), que apresentou o seu trabalho a 28jun2000. Qualquer destas entidades teve origem no Ministério das Finanças.

O Relatório da Comissão para o Desenvolvimento da reforma Fiscal refere desde logo que «o actual regime legal sobre o sigilo bancário tem criado dificuldades muito sérias à actividade da Administração Fiscal no domínio da fiscalização tributária e do combate à

⁵² « No Conselho de Ministros de Economia e Finanças (ECOFIN), realizado em Bruxelas em 26 e 27 de Novembro de 2000, foi aprovado um acordo, cujos pontos principais são os seguintes:

- Todos os países da UE instituirão, a partir do início de 2010, um regime único de troca de informações sobre os rendimentos da poupança obtidos nos seus territórios por cidadãos não residentes.
- Esta medida abrange, nomeadamente, os juros das contas bancárias, os rendimentos de obrigações domésticas ou internacionais, as obrigações de cupão zero e produtos similares. Os fundos de investimento de obrigações ficarão incluídos nas novas regras, mas os de acções ficarão isentos.
- O acordo prevê uma cláusula de não retroactividade, segundo a qual todos os fundos subscritos antes de 1 Março de 2001 ficam isentos das novas obrigações fiscais.
- Os Quinze, até ao final de 2002, devem, por voto unânime, aprovar formalmente as regras a adoptar, desde que os territórios associados — as ilhas anglo-normandas e as Antilhas holandesas — aceitem as mesmas regras e os países terceiros — Estados Unidos, Suíça, Liechtenstein, Mónaco, Andorra e S. Marino — adoptem medidas equivalentes.
- Se estas condições se verificarem, as novas regras deverão entrar em vigor no início de 2003, com um período transitório até ao fim de 2009. Isto significa que, a partir de 2003, todos os cidadãos não residentes deverão passar a pagar impostos sobre os rendimentos da sua poupança, mediante dois sistemas alternativos que funcionarão em regime de co-existência: a troca de informações entre administrações fiscais ou a aplicação de uma taxa de retenção na fonte sobre os rendimentos.
- Durante este período transitório, o Luxemburgo, a Bélgica e a Áustria poderão manter o regime de retenção na fonte, a uma taxa de 15 por cento nos primeiros três anos, que passará depois para 20 por cento até ao fim de 2009. A partir desta última data, funcionará também nestes países a troca de informações entre as administrações fiscais.
- Estes mesmos três países terão de reverter 75 por cento das receitas obtidas pela retenção na fonte para os países de residência dos depositantes, reservando para si os restantes 25 por cento, a título de custos administrativos de cobrança.
- Todos os outros países deverão adoptar em 2003 o regime da troca de informações. Portugal e a Grécia, que tinham reservado a possibilidade de optar por um ou outro regime durante este período transitório, anunciaram a adesão à troca de informações logo a partir dessa data.

O Conselho Europeu de Nice, realizado no final de 2000, solicitou à Comissão o início urgente de negociações com os Estados Unidos e os restantes países terceiros, com o objectivo de encorajar a adopção, por parte dos mesmos, de medidas equivalentes às acordadas pela União Europeia.

O Conselho Ecofin, de 13 de Dezembro de 2001, aprovou e tornou público o projecto de Directiva, cujo texto final deveria ter sido aprovado, por unanimidade, até ao final de 2002.

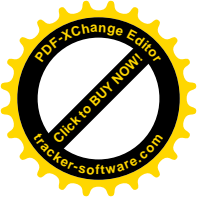
Em Janeiro de 2002, foram iniciadas negociações com os seis países terceiros atrás referidos, encontrando-se bem encaminhadas as estabelecidas com os Estados Unidos, que já têm em vigor, com muitos países europeus, acordos bilaterais de troca de informações.

Bastante difíceis têm sido as negociações com a Suíça, que não aceita proceder à troca automática de informações, admitindo apenas o regime de retenção na fonte, à semelhança do que existe para os seus cidadãos.

Os restantes quatro países condicionaram a sua posição final ao que for definitivamente negociado com a Suíça.

Deste modo, não foi possível obter-se qualquer acordo no Conselho Ecofin de 11 de Dezembro de 2002, pelo que esta matéria não foi incluída na agenda do Conselho Europeu de Copenhaga, do final de 2002.

No Conselho Ecofin, de 21 de Janeiro de 2003, foi obtido um acordo político, nos termos do qual, a partir de 1 de Janeiro de 2004 (e não já de 2003), os Estados membros implementarão um sistema automático de troca de informações, com excepção da Áustria, Bélgica e Luxemburgo, os quais aplicarão um sistema de retenção na fonte, com uma taxa de 15% até 2007, de 20% até 2010 e de 35% posteriormente. Estes três países passarão a adoptar o sistema automático de troca de informações, se e quando os países terceiros concordarem na troca de informações a pedido, nos termos constantes do Acordo da OCDE sobre troca de informações em matéria fiscal.». PAÚL, Jorge Patrício – O Sigilo Bancário e a sua relevância fiscal. **Revista da Ordem dos Advogados**, ponto 10.



evasão e fraude fiscais (...) [pois] quando surgem dúvidas sobre a veracidade das declarações dos contribuintes, o ónus da prova pertence, em regra, à Administração Fiscal mas esta está praticamente impedida de ter acesso às provas que poderia encontrar através da consulta a contas bancárias e a outros elementos informativos existentes nas Instituições de Crédito e em Sociedades Financeiras.»⁵³

Frisa-se igualmente que, à data, não havia «na legislação portuguesa sobre o sigilo bancário quaisquer disposições que facilit[assem] o acesso das autoridades fiscais às informações protegidas por esse sigilo.»⁵⁴

Nesta sequência a L n.º 30-B/2000, de 29 de Dezembro, veio introduzir as seguintes alterações ao Art. 63.º da LGT: No seu n.º 2, acrescentou: *“excepto nos casos em que a lei admite a derrogação do dever de sigilo bancário pela administração tributária sem dependência daquela autorização.”*

Na alínea b) do n.º 4, introduziu igualmente a seguinte ressalva: *“salvos os casos de consentimento do titular ou de derrogação do dever de sigilo bancário pela administração tributária legalmente admitidos.”*

Por último, aditou ao preceito os novos n.os 6 e 7, do seguinte teor:

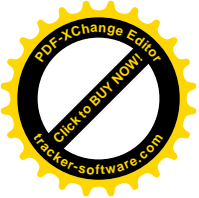
“6. A notificação das instituições de crédito e sociedades financeiras, para efeitos de permitirem o acesso a elementos cobertos pelo sigilo bancário, nos casos em que exista a possibilidade legal de a administração tributária exigir a sua derrogação, deve ser instruída com os seguintes elementos:

a) Nos casos de acesso directo em que não é facultado ao contribuinte o direito a recurso com efeito suspensivo, cópia da notificação que lhe foi dirigida para o efeito de assegurar a sua audição prévia;

b) Nos casos de acesso directo em que o contribuinte disponha do direito a recurso com efeito suspensivo, cópia da notificação referida na alínea anterior e certidão emitida pelo director-geral dos Impostos ou pelo director-geral das Alfândegas e Impostos Especiais sobre o Consumo que ateste que o contribuinte não interpôs recurso no prazo legal;

⁵³ Relatório da Comissão para o Desenvolvimento da Reforma Fiscal. p. 359.

⁵⁴ Idem, p. 361.



c) Nos casos em que o contribuinte tenha recorrido ao tribunal com efeito suspensivo e ainda nos casos de acesso aos documentos relativos a familiares ou a terceiros, certidão da decisão judicial transitada em julgado ou pendente de recurso com efeito devolutivo.

7. As instituições de crédito e sociedades financeiras devem cumprir as obrigações relativas ao acesso a elementos cobertos por sigilo bancário nos termos e prazos previstos na legislação que regula o procedimento de inspecção tributária.”

Nestes termos, o «regime de derrogação do sigilo bancário em específico, (...) foi introduzido na LGT por intermédio da Lei n.º 30-G/2000, de 29 de Dezembro. De facto, o art.º 64.º-A (...) regula especiais garantias de confidencialidade quanto à informação bancária, competindo ao Ministro das Finanças a definição de regras especiais de reserva da informação.»⁵⁵

Em matérias da competência da AT foi a «a partir de 2000 que (...) [se assistiu] a um conjunto de alterações de destaque, no sentido de permitir-se um maior acesso por parte da Administração Fiscal e outras entidades a informações e documentos bancários dos contribuintes, sendo legítimo perguntar-se, afinal, para onde estará a caminhar o dever de sigilo; se será a regra ou apenas meramente uma excepção.»⁵⁶

Constata-se que esta reforma fiscal edificada em 2000 veio diminuir «as garantias dos contribuintes através de processos especiais para o acesso às contas bancárias, ainda que com autorização judicial, mas sem autorização dos contribuintes. [Para além disso], em 2001, certos contribuintes com contabilidade organizada, vulgo, no caso das empresas, perde[ram] o direito ao sigilo bancário, passando a Administração Fiscal a ter acesso ilimitado a toda a documentação, não obstante a necessidade de autorização judicial (...) [pois] até aí pertencia à Administração Fiscal a prova dos pressupostos legitimadores da sua acção, ou seja, cabia-lhe o ónus de provar as razões nas quais se baseava para requerer que se procedesse ao levantamento do sigilo bancário.»⁵⁷

⁵⁵ AZEVEDO, Patrícia Anjos – O Princípio da Transparência e a Troca de Informações entre Administrações Fiscais. p. 101.

⁵⁶ Idem, p. 105.

⁵⁷ Ibidem.



A senda continuou no ano de 2005, quando «uma significativa alteração na questão do sigilo bancário para efeitos fiscais em Portugal ocorreu em 2005. A Administração Tributária, perante indícios fundados da prática do crime tributário, passou a ter acesso aos dados sem necessidade de consentimento do contribuinte

Em 2006 operou-se «uma outra grande revolução na questão do sigilo bancário em Portugal (...). Assim, perante indícios fundados da prática do crime tributário, a Administração Fiscal passa a ter acesso aos dados sem necessidade de consentimento, o que levou a que se tornasse num meio de produção de prova habitual, situação esta que é altamente criticável.»⁵⁸

Assim, «basta, no limite, o atraso de um dia no envio da declaração de rendimentos ou o aparecimento de uma qualquer manifestação de fortuna das previstas no quadro do art.º 89.º-A, n.º 4, da LGT, em conjunto com determinados pressupostos legais aí previstos, que a Administração Fiscal terá acesso automático às contas bancárias.»⁵⁹

Em 2009, através da L 94/2009, de 1/9, veio-se alargar ainda mais as possibilidades de levantamento do sigilo bancário. Tal diploma legal veio alterar o CIRS⁶⁰, a LGT⁶¹ e o RGICSF⁶².

Com este diploma legal, veio dar-se nova redação ao art. 79º do RGICSF e consagrou-se a revelação de factos sujeitos a segredo “à administração tributária, no âmbito das suas atribuições” – art. 79º, al. e).

Assim, e quanto à LGT, passa a ser obrigatória a *"notificação das instituições de crédito, sociedades financeiras e demais entidades, para efeitos de permitirem o acesso a elementos cobertos pelo dever de sigilo a que estejam vinculadas, nos casos em que exista a possibilidade legal de a administração tributária exigir a sua derrogação"*⁶³, passando a ser possível a não observância do direito ao SB *"quando se verificarem indícios da falta de*

⁵⁸ Ibidem.

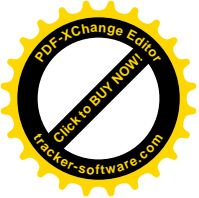
⁵⁹ Idem, p. 106.

⁶⁰ No seu art. 1º procede à alteração do artigo 72º do CIRS, aprovado pelo DL 442-A/88, de 30/11, com alterações posteriores.

⁶¹ No seu art. 2º procede às alterações dos artigos 63º, 63º-A, 63º-B, 87º e 89º da LGT, aprovada pelo DL 398/98, de 17/12, com alterações posteriores.

⁶² No seu art. 3º procede à alteração do artigo 79º do RGICSF, aprovado pelo DL 298/92, de 31/12, com alterações posteriores.

⁶³ Redação dada ao art. 63º/6 da LGT pela L 94/2009, de 1/9.



*veracidade do declarado ou esteja em falta declaração legalmente exigível*⁶⁴; “quando se verifiquem indícios da existência de acréscimos de património não justificados”⁶⁵; “quando se trate da verificação de conformidade de documentos de suporte de registos contabilísticos dos sujeitos passivos de IRS e IRC que se encontrem sujeitos a contabilidade organizada”⁶⁶; “quando exista a necessidade de controlar os pressupostos de regimes fiscais privilegiados de que o contribuinte usufrua”⁶⁷ e quando se verifique a impossibilidade de comprovação e qualificação directa e exacta da matéria tributável (...) e, em geral, quando estejam verificados os pressupostos para o recurso a uma avaliação indirecta”.⁶⁸

*“A administração tributária tem, ainda, o poder de aceder directamente aos documentos bancários, nas situações de recusa da sua exibição ou de autorização para a sua consulta, quando se trate de familiares ou terceiros que se encontrem numa relação especial com o contribuinte.”*⁶⁹

As IC e SF passam ainda a estar obrigadas “a comunicar à Direcção-Geral dos Impostos até ao final do mês de Julho de cada ano (...) as transferências financeiras que tenham como destinatário entidade localizada em país, território ou região com regime de tributação privilegiada mais favorável que não sejam relativas a pagamentos de rendimentos sujeitos a algum dos regimes de comunicação para efeitos fiscais já previstos na lei ou operações efectuadas por pessoas colectivas de direito público.”⁷⁰

*“A informação a submeter (...) inclui a identificação das contas, o número de identificação fiscal dos titulares, o valor dos depósitos no ano, o saldo em 31 de Dezembro, bem como outros elementos que constem da declaração de modelo oficial”*⁷¹ e “Os sujeitos passivos de IRS são obrigados a mencionar na correspondente declaração de rendimentos a existência e identificação de contas de depósitos ou de títulos abertas em instituição financeira não residente em território português.”⁷²

Bom, de forma mais resumida, este diploma (L 94/2009, de 1/9), veio «restringir as garantias dos administrados e foi alargada a facilidade com que a autoridade tributária pode aceder a

⁶⁴ Redação dada ao art. 63º-B, alínea b), da LGT pela L 94/2009, de 1/9.

⁶⁵ Redação dada ao art. 63º-B, alínea c), da LGT pela L 94/2009, de 1/9.

⁶⁶ Redação dada ao art. 63º-B, alínea d), da LGT pela L 94/2009, de 1/9.

⁶⁷ Redação dada ao art. 63º-B, alínea e), da LGT pela L 94/2009, de 1/9.

⁶⁸ Redação dada ao art. 63º-B, alínea f), da LGT pela L 94/2009, de 1/9.

⁶⁹ Redação dada ao art. 63º-B, nº 2, da LGT pela L 94/2009, de 1/9.

⁷⁰ Redação dada ao art. 63º-A, nº 2, da LGT pela L 94/2009, de 1/9.

⁷¹ Redação dada ao art. 63º-A, nº 5, da LGT pela L 94/2009, de 1/9.

⁷² Redação dada ao art. 63º-A, nº 6, da LGT pela L 94/2009, de 1/9.



elementos cobertos pelo segredo bancário. Quanto a recursos judiciais, apenas terão efeito suspensivo quando apresentado por terceiros, visados pelo levantamento [do sigilo, nos termos do art. 63º/5 da LGT]»⁷³.

No mesmo ano, mas mais recentemente, o Orçamento do Estado de 2009⁷⁴ veio prever o levantamento do sigilo bancário noutros casos, nomeadamente perante a evidência de «sinais exteriores de riqueza». Quando não esteja preenchido o ónus da prova por parte do contribuinte em cuja declaração de rendimentos se constatem divergências injustificadas entre o rendimento declarado e a existência de manifestações de fortuna, haverá lugar à tributação por métodos indiretos e o consequente levantamento do sigilo bancário.»⁷⁵

A reforma não terminou em 2009. Em 2010, num cenário que Menezes Cordeiro classifica como orwelliano⁷⁶, foi publicada a L 37/2010, em 2/9. Tal diploma legal veio proceder à 21ª

⁷³MORGADO, Fábio Rafael Abrantes – **Segredo Bancário: uma apreciação do instituto à luz do actual regime português. p. 50.**

⁷⁴No art. 107º da L 64-A/2008, de 31/12, veio alterar-se a LGT nos seus arts. 59.º, 63.º-A, 63.º-B, 68.º, 87.º e 89.º-Aque passaram a ter a seguinte redacção: «Artigo 59.º [...]

1 - ... 2 - 3 - a)

b) A publicação, no prazo de 30 dias, das orientações genéricas sobre a interpretação e aplicação das normas tributárias;

c) . d)

e) A prestação de informações vinculativas, nos termos da lei;

f) .. g) ... h) ... i) j) .. l) 4 -

5 - A publicação dos elementos referidos nos alíneas a), b), e), f) e i) do n.º 3 é promovida por meios electrónicos.

6 - A administração tributária disponibiliza a versão electrónica dos códigos e demais legislação tributária actualizada.

Artigo 63.º-A

[...]

1 - As instituições de crédito e sociedades financeiras estão sujeitas a mecanismos de informação automática relativamente à abertura ou manutenção de contas por contribuintes cuja situação tributária não se encontre regularizada, nos termos dos n.os 5 e 6 do artigo 64.º, e inseridos em sectores de risco, bem como quanto à transferência transfronteiras que não sejam relativas a pagamentos de rendimentos sujeitos a algum dos regimes de comunicação para efeitos fiscais já previstos na lei, a transacções comerciais ou efectuadas por entidades públicas, nos termos a definir por portaria do Ministro das Finanças, ouvido o Banco de Portugal.

2 - As instituições de crédito e sociedades financeiras têm a obrigação de fornecer à administração tributária, quando solicitado nos termos do número seguinte, o valor dos fluxos de pagamentos com cartões de crédito e de débito, efectuados por seu intermédio, a sujeitos passivos inseridos em determinados sectores de actividade que auferam rendimentos da categoria B de IRS e de IRC, sem por qualquer forma identificar os titulares dos referidos cartões.

3 -

Artigo 63.º-B

[...]

1 - a) .. b)

c) Quando se verificar a situação prevista na alínea f) do artigo 87.º ou **os rendimentos declarados em sede de IRS se afastarem significativamente, para menos, sem razão justificada, dos padrões de rendimento que razoavelmente possam permitir as manifestações de riqueza evidenciadas pelo sujeito passivo**, nos termos do artigo 89.º-A.

⁷⁵PALMA, Clotilde Celorico; SANTOS, António Carlos – A derrogação do Sigilo bancário para efeitos fiscais. **Revista da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas**, nº 146, mai2012, p. 47.

⁷⁶Referindo-se às reformas fiscais de 2010-2012. CORDEIRO, António Menezes – Sigilo bancário: fica a saudade?. **Cadernos O Direito**. Temas de Direito Bancário I, nº 8. p. 54.



alteração à LGT, intitulando-se concretamente “derrogação do sigilo bancário”. Questiona tal autor, nesta data, «o que haveria ainda, para derrogar?».⁷⁷

Esta alteração preconizada, em concreto, ao art. 63º da LGT, teve como finalidade «permitir, mais facilmente, a quebra do sigilo bancário em cenários de inspeção [mantendo os demais segredos] o regime da prévia autorização judicial.»⁷⁸

Desde logo, o acesso a contas afetas exclusivamente à atividade empresarial, fica permitido sem ser necessário o consentimento. Referirmo-nos «a todas as informações ou documentos [a elas relativos].»^{79 / 80}

Mas mais foi alterado relativamente às situações que permitem à AT aceder «diretamente, sem e com audição prévia do sujeito passivo ou de familiares e terceiros que com ele estejam em relação especial.»^{81 / 82}

Alargou-se o acesso da AT, «a todas as informações ou documentos bancários sem consentimento do titular dos elementos protegidos (...) quando existam dívidas à administração fiscal e à segurança social.»^{83 / 84}

Tendo como base legal o OE para 2011⁸⁵ procedeu-se novamente à alteração do art. 63º-A da LGT, sujeitando «as instituições de crédito a mecanismos de informação automática (...) e periódica».⁸⁶ Está em causa informação automática no que diz respeito à «abertura e (...) manutenção de contas e certas transferências transfronteiriças. (...) [Os] mecanismos de

⁷⁷CORDEIRO, António Menezes – Sigilo bancário: fica a saudade?. **Cadernos O Direito**. Temas de Direito Bancário I, nº 8. p. 54.

⁷⁸Ibidem.

⁷⁹ Idem, p. 55.

⁸⁰ Art. 63º-C, nºs 4 e 5, da LGT.

⁸¹ CORDEIRO, António Menezes – Sigilo bancário: fica a saudade?. **Cadernos O Direito**. Temas de Direito Bancário I, nº 8. p. 54.

⁸² Art. 63º-A/7, al. a) e b) da LGT.

⁸³ CORDEIRO, António Menezes – Sigilo bancário: fica a saudade?. **Cadernos O Direito**. Temas de Direito Bancário I, nº 8. p. 54.

⁸⁴ Art. 63º-B/1, da LGT.

⁸⁵ L 55-A/2010, de 31/12.

⁸⁶ CORDEIRO, António Menezes – Sigilo bancário: fica a saudade?. **Cadernos O Direito**. Temas de Direito Bancário I, nº 8. p. 55.



informação automática periódica [concatuna-se com os] fluxos de pagamentos por cartão de débito ou de crédito, sem identificar os titulares.»⁸⁷

Refere Menezes Cordeiro que a novidade não passa já pelos mecanismos de informação automática, não estando em causa a facilitação da atividade de fiscalização e inspeção, «[o] próprio sistema financeiro funciona como órgão indireto do Fisco.»⁸⁸

Dois anos volvidos, e em 14mai2012, num diploma legal de OE intercalar, expresso na L 20/2012, nova alteração se vislumbrou ao art. 63º-A (Informações relativas a operações financeiras) e 63º-C (Contas bancárias exclusivamente afectas à actividade empresarial), da LGT.

O art. 63º-A/4 institui o dever de informação, para além da já exigida periódica e automática, a “a qualquer momento”. Pela sua importância transcreve-se o preceito legal que dita que “(...) *as instituições de crédito e sociedades financeiras têm ainda a obrigação de fornecer, a qualquer momento, a pedido do diretor-geral da Autoridade Tributária e Aduaneira ou do seu substituto legal, ou do conselho diretivo do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I. P., as informações respeitantes aos fluxos de pagamentos com cartões de crédito e de débito, efetuados por seu intermédio aos sujeitos passivos referidos no número anterior que sejam identificados no referido pedido de informação, sem por qualquer forma identificar os titulares dos referidos cartões.*”⁸⁹

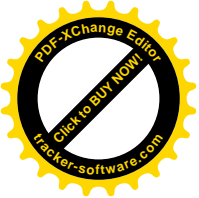
A alteração ao art. 63º-C, nº 3, da LGT, portanto no âmbito de contas bancárias exclusivamente afectas à actividade empresarial, consubstanciou-se que «*Os pagamentos respeitantes a faturas ou documentos equivalentes de valor igual ou superior a (euro) 1000 devem ser efetuados através de meio de pagamento que permita a identificação do respetivo destinatário, designadamente transferência bancária, cheque nominativo ou débito direto.*” Na senda da alteração legislativa operada em 2009, nesta alteração de 2012 «está em jogo não tanto o sigilo bancário e a sua derrogação mas, antes, a utilização direta de instituições de crédito como órgãos coadjuvantes da Administração fiscal.»⁹⁰

⁸⁷ CORDEIRO, António Menezes – Sigilo bancário: fica a saudade?. **Cadernos O Direito**. Temas de Direito Bancário I, nº 8. p. 55.

⁸⁸ Ibidem.

⁸⁹ Art. 63º-A, nº 4 da LGT. Sublinhado nosso.

⁹⁰ CORDEIRO, António Menezes – Sigilo bancário: fica a saudade?. **Cadernos O Direito**. Temas de Direito Bancário I, nº 8. p. 56.



3. O objeto, conteúdo e natureza jurídica

a) O objeto

A obrigação de segredo «trata-se de um dever de *non facere*»⁹¹, sendo que esta tem como objeto os factos respeitantes à vida de uma instituição ou às relações desta com os seus clientes.

Nos termos do n.º 1, do art. 78.º, do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF), aprovado pelo DL n.º 298/92⁹², de 31/12, constituem objeto da obrigação de segredo os “*factos ou elementos respeitantes à vida da instituição ou às relações desta com os seus clientes*”. Trata-se assim de uma cláusula geral que se dirige à atividade das instituições de crédito (IC) ou sociedades financeiras (SF), bem como às relações destas com os seus clientes.

Estipula o n.º 2 do citado artigo que são objeto da obrigação de segredo, “*designadamente, (...) os nomes dos clientes, as contas de depósito e seus movimentos e outras operações bancárias.*”

A utilização do termo “designadamente” no texto legal em apreço confere-lhe uma interpretação aberta, pelo que poderão ser incluídos extensivamente neste dever de segredo outros dados, elementos, informações ou operações conexas. Assim, o advérbio em causa deverá ser interpretado como uma enumeração exemplificativa e não taxativa.⁹³

Tal paleta de actos, dados, elementos ou informações, é desde logo elencada no art. 4.º, n.º 1, do RGICSF, como sendo operações que os bancos podem realizar.⁹⁴

⁹¹ CORDEIRO, António Menezes – **Manual de Direito Bancário**. p. 327.

⁹² Este Regime Jurídico foi alvo de 36 alterações até à presente data: DL n.º 246/95, de 14/9; DL n.º 232/96, de 5/12, alvo da Declaração de Retificação n.º 4-E/97, de 31/1; DL n.º 222/99, de 22/6; DL n.º 250/2000, de 13/10; DL n.º 285/2001, de 3/11; DL n.º 201/2002, de 26/9; DL n.º 319/2002, de 28/12; DL n.º 252/2003, de 17/10; DL n.º 145/2006, de 31/7; DL n.º 104/2007, de 3/4; DL n.º 357-A/2007, de 31/10, alvo da Declaração de Retificação n.º 117-A/2007, de 28/12; DL n.º 1/2008, de 3/1; DL n.º 126/2008, de 21/7; DL n.º 211-A/2008, de 3/11; L n.º 28/2009, de 19/6; DL n.º 162/2009, de 20/7; L n.º 94/2009, de 1/9; DL n.º 317/2009, de 30/10; DL n.º 52/2010, de 26/5; DL n.º 71/2010, de 18/6; L n.º 36/2010, de 2/9; DL n.º 140-A/2010, de 30/12; L n.º 46/2011, de 24/6; DL n.º 88/2011, de 20/7; DL n.º 119/2011, de 26/12; DL n.º 31-A/2012, de 10/2; DL n.º 242/2012, de 7/11; L n.º 64/2012, de 24/12; DL n.º 18/2013, de 6/2; DL n.º 63-A/2013, de 10/5; DL n.º 114-A/2014, de 1/8; DL n.º 114-B/2014, de 4/8; DL n.º 157/2014, de 24/10 e L 16/2015, de 24/2.

⁹³ Neste sentido, Cf. ATHAYDE, Augusto Albuquerque – Curso de Direito bancário. Vol. I. p.500 e SOUSA, Rabindranath Capelo - O Segredo Bancário. Em especial, face às alterações fiscais da Lei 30-G/2000, de 29 de Dezembro. Revista de Direito, Vol. 11, n.º 2, p. 76.

⁹⁴ e que se traduzem na “Receção de depósitos ou outros fundos reembolsáveis”; nas “Operações de crédito, incluindo concessão de garantias e outros compromissos, locação financeira e factoring”; nos “Serviços de pagamento, tal como definidos no artigo 4.º do regime jurídico dos serviços de pagamento e da moeda eletrónica”; na “Emissão e gestão de outros meios de pagamento, não abrangidos pela alínea anterior, tais como cheques em suporte de papel, cheques de viagem



Bom, a enumeração é prolixa, remetendo para outra legislação específica, oferecendo esta ainda mais exemplos de operações consideradas como bancárias.

Ainda relativamente ao objeto do segredo bancário, estipula igualmente o CVM, aprovado pelo DL n.º 486/99⁹⁵, de 13/11, no seu art. 354.º, inserido no Título VII – Supervisão e Aprovação, um dever de segredo profissional que tem como objeto “*os factos e os elementos cujo conhecimento lhes advenha do exercício das suas funções ou da prestação de serviços*”. Tal obrigação de segredo profissional dirige-se, neste caso, aos órgãos da CMVM, aos seus titulares, aos seus trabalhadores e às “*pessoas que lhe prestem, direta ou indiretamente, a título permanente ou ocasional, quaisquer serviços (...)*”.

Por fim, igualmente o BdP, no âmbito das suas atribuições e competências, está sujeito ao dever de segredo, nomeadamente «*Os membros do conselho de administração, do conselho de auditoria, do conselho consultivo e, bem assim, todos os trabalhadores do Banco estão sujeitos, nos termos legais, ao dever de segredo*», conforme é estipulado no art. 60.º da sua Lei Orgânica.⁹⁶

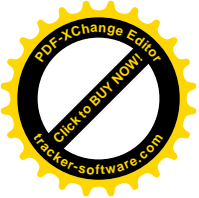
Mas, para além desta sujeição imposta ao BdP e à CMVM, «por força do n.º 3 do artigo 81.º RGICSF, [tal abrangência estende-se a] todas as autoridades, organismos e pessoas que participem nas trocas de informações referidas nos n.ºs 1 e 2 do mesmo preceito, [o que incluirá] igualmente, o Instituto de Seguros de Portugal, a Caixa Central do Crédito Agrícola Mútuo, as pessoas encarregadas do controlo legal das contas das instituições de crédito.»⁹⁷

em suporte de papel e cartas de crédito”; nas “Transações, por conta própria ou da clientela, sobre instrumentos do mercado monetário e cambial, instrumentos financeiros a prazo, opções e operações sobre divisas, taxas de juro, mercadorias e valores mobiliários”; nas “Participações em emissões e colocações de valores mobiliários e prestação de serviços correlativos”; na “Atuação nos mercados interbancários”; na “Consultoria, guarda, administração e gestão de carteiras de valores mobiliários”; na “Gestão e consultoria em gestão de outros patrimónios”; na “Consultoria das empresas em matéria de estrutura do capital, de estratégia empresarial e de questões conexas, bem como consultoria e serviços no domínio da fusão e compra de empresas”; nas “Operações sobre pedras e metais preciosos”; na “Tomada de participações no capital de sociedades”; na “Mediação de seguros”; na “Prestação de informações comerciais”; no “Aluguer de cofres e guarda de valores”; na “Locação de bens móveis, nos termos permitidos às sociedades de locação financeira”; na “Prestação dos serviços e exercício das atividades de investimento a que se refere o artigo 199.º-A, não abrangidos pelas alíneas anteriores”; na “Emissão de moeda eletrónica” e noutras “operações análogas e que a lei lhes não proíba.”

⁹⁵ Este Código foi alvo de 27 alterações até à presente data: Declaração de Retificação n.º 23-F/99, de 31/12; Declaração de Retificação n.º 1-A/2000, de 10/1; DL n.º 61/2002, de 20/3; DL n.º 38/2003, de 8/3; Declaração de Retificação n.º 5-C/2003, de 30/4; DL n.º 107/2003, de 4/6; DL n.º 183/2003, de 19/8; DL n.º 66/2004, de 24/3; DL n.º 52/2006, de 15/3; Declaração de Retificação n.º 21/2006, de 30/3; DL n.º 219/2006, de 2/11; DL n.º 357-A/2007, de 31/10; Declaração de Retificação n.º 117-A/2007, de 28/12; DL n.º 211-A/2008, de 3/11; L n.º 28/2009, de 19/6; DL n.º 185/2009, de 12/8; DL n.º 49/2010, de 19/5; DL n.º 52/2010, de 26/5; DL n.º 71/2010, de 18/6; L n.º 46/2011, de 24/6; DL n.º 85/2011, de 29/6; DL n.º 18/2013, de 6/2; DL n.º 63-A/2013, de 10/5; DL n.º 29/2014, de 25/2; DL n.º 40/2014, de 18/3; DL n.º 88/2014, de 6/6 e DL n.º 157/2014, de 24/10.

⁹⁶ Aprovada pela L n.º 5/98, de 31/1; com as alterações introduzidas pelos DL n.º 118/2001, de 17/14; 50/2004, de 10/3 e 39/2007, de 20/2.

⁹⁷ PALMA, Clotilde Celorico; SANTOS, António Carlos – A derrogação do Sigilo bancário para efeitos fiscais. **Revista da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas**, n.º 146, mai2012, p. 49.



Nestes termos, todos os factos, dados, elementos, informações e operações referidos, «são por sua natureza sigilosos, sem necessidade de quaisquer outros requisitos.»⁹⁸

Requer-se, contudo, «um nexo de causalidade adequada entre o conhecimento de tais factos ou elementos e o exercício das funções ou a prestação de serviços em causa [estando assim excluídos de tal obrigação de segredo profissional] os factos ou elementos (...) conhecidos (...) casual ou fortuitamente ou [que] são alheios à atividade da instituição de crédito ou à relação desta com o cliente.»

b) O conteúdo

Cristaliza-se no citado art. 78º, nº 1 do RGICSF, que os “*Os membros dos órgãos de administração ou de fiscalização das instituições de crédito, os seus empregados, mandatários, comitidos e outras pessoas que lhes prestem serviços a título permanente ou ocasional não podem revelar ou utilizar informações*” passíveis de estarem abrangidas pelo dever de segredo.

Aqui há que dicotomizar duas situações: a revelação e a utilização de informações respeitantes à própria IC ou SF ou às relações destas com os seus clientes.

A revelação dessas informações ou dados «faz-se publicamente ou perante uma terceira pessoa (...) [não tendo] propriamente em vista a obtenção de uma vantagem própria para o revelador.»⁹⁹

Por outro lado, a utilização dessas informações ou dados, «implica um aproveitamento do segredo pela pessoa que o viola.»¹⁰⁰

Neste sentido, qualquer destas formas implica necessariamente a violação de segredo bancário e, consequentemente, de segredo profissional.

⁹⁸ SOUSA, Rabindranath Capelo - O Segredo Bancário. Em especial, face às alterações fiscais da Lei 30-G/2000, de 29 de Dezembro. Revista de Direito, Vol. 11, nº 2, p. 76.

⁹⁹ SOUSA, Rabindranath Capelo - O Segredo Bancário. Em especial, face às alterações fiscais da Lei 30-G/2000, de 29 de Dezembro. Revista de Direito, Vol. 11, nº 2, p. 76.

¹⁰⁰ SOUSA, Rabindranath Capelo - O Segredo Bancário. Em especial, face às alterações fiscais da Lei 30-G/2000, de 29 de Dezembro. Revista de Direito, Vol. 11, nº 2, p. 76.



c) A natureza jurídica

A doutrina tem discutido a natureza jurídica do SB, variando esta consoante o ordenamento jurídico em causa. É do entendimento de Capelo de Sousa que a natureza jurídica do SB comporta um direito de natureza mista, pois abarca a existência de um direito subjetivo privado e de um direito subjetivo público.

Nestes termos, o SB é «um direito subjetivo privado (...) na medida em que há um poder da parte do titular das relações jurídicas bancárias.»¹⁰¹ Este direito traduzir-se-á na tutela de que os seus factos e elementos bancários «não sejam divulgados ou aproveitados»¹⁰² pela IC ou IF, não podendo inclusive ser conhecidos por terceiros face à relação estabelecida. «Estamos assim, perante um direito subjetivo absoluto face a todos esses terceiros, para que se abstenham de condutas que violem a titularidade dos direitos de personalidade inerentes ao segredo bancário».¹⁰³

Esse direito subjetivo privado será relativo, «contratual do cliente face ao banco, nomeadamente como deveres de prestação de boa fé e de respeito por normas de segurança e de confidencialidade nas operações bancárias.»¹⁰⁴

Por parte das IC ou das IF, face aos seus clientes, existirá um «direito subjetivo privado absoluto (...) face aos demais particulares, não tendo o banco que revelar a qualquer terceiro a natureza das suas contas e as suas próprias relações bancárias, salvo, obviamente, limites de direito público e de supervisão da atividade bancária. Isto é, todos os terceiros devem abster-se de intrometer-se, revelar ou aproveitar-se dos respetivos factos e elementos sigilosos.»¹⁰⁵

Assim, quanto à natureza jurídica do SB, estamos perante um direito subjetivo de natureza mista, podendo este revestir um carácter privado ou público.

Quanto ao bem tutelado Saldanha Sanches distingue-o consoante o cliente se trata de uma pessoa singular ou de uma empresa.

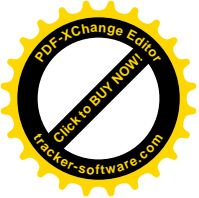
¹⁰¹ SOUSA, Rabindranath Capelo - O Segredo Bancário. Em especial, face às alterações fiscais da Lei 30-G/2000, de 29 de Dezembro. Revista de Direito, Vol. 11, nº 2, p. 66.

¹⁰² Ibidem.

¹⁰³ Ibidem.

¹⁰⁴ Ibidem.

¹⁰⁵ Idem, p. 67.



Tratando-se de cliente pessoa singular «está apenas em causa um conjunto de valores de natureza moral»¹⁰⁶, não estando este *a priori* preocupado com possíveis prejuízos económicos, apenas se opondo «por razões do seu foro pessoal».¹⁰⁷

Quando o cliente se trata de uma empresa «o dever de reserva que cabe ao banqueiro está (...) ao serviço do interesse comercial»¹⁰⁸ da mesma. Pelo que a revelação de informações ou dados bancários da empresa cliente poderá prejudica-la «em termos concorrenciais, com a revelação da lista dos seus clientes ou com a sua situação financeira.»¹⁰⁹

4. Os modelos de tutela

A doutrina enuncia três modelos preponderantes no que ao segredo bancário diz respeito¹¹⁰: Um modelo anglo-saxónico, um modelo intermédio e um modelo reforçado.

No modelo anglo-saxónico, implantado essencialmente no Reino Unido e nos Estados Unidos da América (EUA), o segredo bancário (SB) não é regulado na lei geral, sendo-o na *case law*. A violação do mesmo não constitui ilícito criminal, «apenas dando lugar a responsabilidade civil a divulgação de elementos que correspondam à chamada “violação do dever de discrição bancária.”»¹¹¹

Assim, no ordenamento jurídico Inglês e do País de Gales, a figura que impera é a da *confidentiality*, podendo aceitar-se quatro limitações ao dever de segredo:

- a) quando o banco está sujeito ao dever de ceder à lei geral;
- b) onde há um dever para o público o descobrir;
- c) quando os interesses do banco requerem a revelação;
- d) quando a descoberta é feita com o consentimento expresso ou implícito do cliente.¹¹²

¹⁰⁶ SANCHES, José Luís Saldanha – Segredo bancário e tributação do lucro real. **Cadernos de Ciência e Técnica Fiscal**. Lisboa: Ministério das Finanças, 1995, p. 29.

¹⁰⁷ Ibidem.

¹⁰⁸ Ibidem.

¹⁰⁹ Ibidem.

¹¹⁰ Vd. Augusto Albuquerque Athayde, Curso de Direito bancário. Vol. I. p. 498 ss.; Rabindranath Capelo de, O Segredo Bancário. p. 49-58;

¹¹¹ ATHAYDE, Augusto Albuquerque – Curso de Direito bancário. Vol. I. p.498.

¹¹² «(a) where disclosure is under compulsion of law; (b) where there is a duty to the public to disclose; (c) where the interests of the bank require disclosure; (d) where the disclosure is made by the express or implied consent of the customer”» SPEARMAN, Richard - Disclosure of confidential information, p. 78.



Nos EUA, com a publicação do “Bank Secrecy, Anti-money laundering, and Office of Foreign Assets control”¹¹³ em 1970, pretendeu-se «estabelecer limites ao (...) dever de discrição bancária, na perspectiva da luta contra o branqueamento de capitais».¹¹⁴

Contudo, sociedades existem onde o SB acolhe simpatia por parte da população, sendo a sua inobservância geradora de sanção penal. Como exemplo, poderemos elencar os ordenamentos jurídicos da Suíça e do Luxemburgo. Não obstante, a tutela que é concedida ao SB nestes sistemas jurídicos não é absoluta, no entanto estamos face a ordenamentos jurídicos que impõem limites à sua derrogação de forma, digamos, mais aprofundada.

No ordenamento jurídico suíço poderemos elencar a Lei Federal de 8nov1934,¹¹⁵ na redação que lhe foi dada pela Lei de 22jun2007, que no seu artigo 47º¹¹⁶ prevê uma pena privativa de liberdade de três ou mais anos ou uma pena pecuniária para quem viole o dever de segredo ou incite terceiro ao cometimentos de tal ilícito. Estipula o ponto 2 de tal inciso que se tal violação for praticada por negligência a sanção será de 250.000 francos ou mais.¹¹⁷

Por fim, um modelo intermédio, prevalecente em França v. g., assenta nas regras do segredo profissional, sendo que a proteção do SB «tem vindo a enfraquecer, designadamente por força de pressões fiscais e (...) com o combate à ocultação de fundos de origem criminosa.»¹¹⁸

A lei francesa nº 84-46,¹¹⁹ de 24jan1984, alterada pela Lei 92-1336, de 16dez1992, e relativa à atividade e ao controlo dos Estabelecimentos de Crédito, prevê a aplicação das sanções vertidas no artigo 226/13, do Código Penal francês.^{120 / 121} Tal preceito pune a revelação de

¹¹³ Disponível em <https://www.fdic.gov/regulations/safety/manual/section8-1.pdf>

¹¹⁴ ATHAYDE, Augusto Albuquerque – Curso de Direito bancário. Vol. I. p.498.

¹¹⁵ Loi fédérale sur les banques et les caisses d'épargne. [Consult. 22 nov. 2014]. Disponível na internet: <http://www.admin.ch/opc/fr/classified-compilation/19340083/201301010000/952.0.pdf>

¹¹⁶ 1 Est puni d'une peine privative de liberté de trois ans au plus ou d'une peine pécuniaire celui qui, intentionnellement:
a. en sa qualité d'organe, d'employé, de mandataire ou de liquidateur d'une banque, ou encore d'organe ou d'employé d'une société d'audit, révèle un secret à lui confié ou dont il a eu connaissance en raison de sa charge ou de son emploi;
b. incite autrui à violer le secret professionnel.

2 Si l'auteur agit par négligence, il est puni d'une amende de 250 000 francs au plus.

3 En cas de récidive dans les cinq ans suivant une condamnation entrée en force, la peine pécuniaire est de 45 jours-amende au moins.

¹¹⁷ Nouvelle teneur selon le ch. 15 de l'annexe à la loi du 22 juin 2007 sur la surveillance des marchés financiers, en vigueur depuis le 1er janv. 2009 (RO **2008** 5207 5205; FF **2006** 2741).

¹¹⁸ ATHAYDE, Augusto Albuquerque – Curso de Direito bancário. Vol. I. p.499.

¹¹⁹ [Consult. 23 nov. 2014]. Disponível na internet: <http://www.legifrance.gouv.fr/affichTexte.do?cidTexte=JORFTEXT000000504724&dateTexte=>

¹²⁰ Tal artigo está inserido no Livro II : Des crimes et délits contre les personnes - Titre II : Des atteintes à la personne humaine - Chapitre VI : Des atteintes à la personnalité - Section 4 : De l'atteinte au secret. [Consult. 4 dez. 2014]. Disponível na internet: <http://www.legifrance.gouv.fr/affichCode.do?cidTexte=LEGITEXT000006070719>

¹²¹ Modificado pela Ordonnance nº2000-916 du 19 septembre 2000 - art. 3 (V) JORF 22 septembre 2000 en vigueur le 1er janvier 2002.



informação de carácter secreto com um ano de prisão e 15.000 euro de multa.¹²² Contudo, esta sanção não se aplicará nos casos onde a lei impõe ou autoriza a revelação do segredo.¹²³

5. A fundamentação da obrigação de segredo

«O Sigilo é considerado um valor (...) [sendo] o saber guardar segredo uma prova de confiança».¹²⁴ Este valor concretiza-se na obrigação ou dever de sigilo que emerge de múltiplas interacções do indivíduo. Desde logo, nas suas relações interpessoais, profissionais, contratuais e até religiosas. Tal valor é igualmente tutelado pelo dever imposto pelos ditames da boa fé.

Esta obrigação de observância de sigilo oscila consoante a época histórica em que no enquadrámos, o regime político praticado e o Ordenamento Jurídico em causa. Estamos perante um comportamento ético e dignificante que se alicerça em vários argumentos consuetudinários, deontológicos e jurídicos. A doutrina vem avançando várias teorias que fundamentam tal direito. Assim, terá a obrigação de sigilo fundamento nos usos, em específico nos usos mercantis? Será fundada em argumentos jurídicos oriundos da responsabilidade contratual ou da responsabilidade extracontratual? Será, por sua vez, uma obrigação deontológica enquadrada no segredo profissional, e por isso imposta às IF e de Crédito? Será tutelado por instituto jurídico-legal de índole ordinária ou constitucional assente em direitos de personalidade?

¹²² “La révélation d'une information à caractère secret par une personne qui en est dépositaire soit par état ou par profession, soit en raison d'une fonction ou d'une mission temporaire, est punie d'un an d'emprisonnement et de 15 000 euros d'amende.”

¹²³ Article 226-14. Modificado pela Lei n°2003-239, de 18mar2003 – art. 85 e pela Lei n°2007-297 du 5 mars 2007 - art. 34 JORF 7 mars 2007.

“L'article 226-13 n'est pas applicable dans les cas où la loi impose ou autorise la révélation du secret. En outre, il n'est pas applicable:

1° A celui qui informe les autorités judiciaires, médicales ou administratives de privations ou de sévices, y compris lorsqu'il s'agit d'atteintes ou mutilations sexuelles, dont il a eu connaissance et qui ont été infligées à un mineur ou à une personne qui n'est pas en mesure de se protéger en raison de son âge ou de son incapacité physique ou psychique ;

2° Au médecin qui, avec l'accord de la victime, porte à la connaissance du procureur de la République les sévices ou privations qu'il a constatés, sur le plan physique ou psychique, dans l'exercice de sa profession et qui lui permettent de présumer que des violences physiques, sexuelles ou psychiques de toute nature ont été commises. Lorsque la victime est un mineur ou une personne qui n'est pas en mesure de se protéger en raison de son âge ou de son incapacité physique ou psychique, son accord n'est pas nécessaire ;

3° Aux professionnels de la santé ou de l'action sociale qui informent le préfet et, à Paris, le préfet de police du caractère dangereux pour elles-mêmes ou pour autrui des personnes qui les consultent et dont ils savent qu'elles détiennent une arme ou qu'elles ont manifesté leur intention d'en acquérir une.

Le signalement aux autorités compétentes effectué dans les conditions prévues au présent article ne peut faire l'objet d'aucune sanction disciplinaire.

¹²⁴ BARBOSA, Paula Elisabete Henriques; Do valor do Sigilo-O Sigilo Bancário, sua evolução, limites: em especial o Sigilo bancário no domínio fiscal – A reforma fiscal. **Revista da FDUL**, Vol. XLVI, nº 2-jun. 2007, p. 1233.



Refere Maurice Aubert que «para o banqueiro, a obrigação de discrição à qual está legalmente vinculado aparece como um corolário natural da confiança manifestada à sua consideração pelos seus clientes. Todavia, em numerosos países, a tutela deste segredo profissional foi consideravelmente enfraquecida pelas disposições legislativas, principalmente de ordem económica e financeira, traçados na regulamentação da transferência de capitais e na luta contra a evasão fiscal»¹²⁵ e que «a obrigação de discrição do banqueiro suíço está longe de ser absoluto e deve ceder, segundo as regras concretas, a outros institutos jurídicos. Todavia, o dilema que consiste em saber em virtude de qual princípio, em que circunstâncias e em consideração de quê poderá o banqueiro trair a confiança do seu cliente, aparenta-se situação de difícil resolução.»¹²⁶

«A obrigação de discrição do banqueiro não representa nunca uma instituição isolada, pelo contrário um elemento entre outros que se integra no conjunto do direito positivo (...).¹²⁷

a) Os usos mercantis

Defende Anselmo da Costa Freitas¹²⁸ que existe uma relação de confiança que é inerente ao contrato bancário, existindo assim um uso mercantil de carácter integrativo ou um uso de carácter normativo. Estaremos perante um uso mercantil de carácter integrativo quando os direitos e deveres das partes se alicerçam nas estipulações das partes ou, na sua falta, pelas consequências que derivam da lei. Na falta de previsão legal destas consequências atender-se-á aos usos e à equidade.

Por outro lado, estando perante um uso de cariz normativo, «a violação de segredo constitui ofensa de um legítimo interesse do cliente. [Contudo,] esta teoria não explica

¹²⁵ «pour le banquier, l'obligation de discrétion à laquelle il est légalement tenu apparaît comme le corollaire naturel de la confiance manifestée à son égard par ses clients. Toutefois, dans de nombreux pays, la portée de ce secret professionnel a été considérablement amoindrie par les dispositions législatives, principalement d'ordre économique et financier, ayant trait à la réglementation du transfert de capitaux et à la lutte contre l'évasion fiscale.» AUBERT, Maurice; [et al] – Le secret bancaire suisse. p. 33.

¹²⁶ «l'obligation de se taire du banquier suisse est loin d'être absolue et doit solvante, et selon des règles précises, ceder le pas à d'autres institutions juridiques. Cependant, le dilemme qui consiste à savoir en vertu de quel principe, dans quelles circonstances et à l'égard de qui le banquier doit être contraente de trahir la confiance de son client, semble solvante difficile à résoudre. AUBERT, Maurice; [et al] – Le secret bancaire suisse. p. 33.

¹²⁷ «L'obligation de discrétion du banquier ne représente nullement une institution isolée, mais au contraire un élément parmi d'autres qui s'imbrique dans l'ensemble du droit positif (...). AUBERT, Maurice; [et al] – Le secret bancaire suisse. p. 33

¹²⁸ «O sigilo Bancário», Boletim da Ordem dos Advogados, nº 19, Outubro, 1983, p. 5, *apud* MORGADO, Fábio Rafael Abrantes – Segredo Bancário: uma apreciação do instituto à luz do actual regime português, p. 10.



suficientemente as causas jurídicas do segredo bancário, pelo que levou os seus defensores a recorrer às relações de confiança.»¹²⁹

b) O contrato

Para esta teoria o fundamento do segredo bancário terá uma base contratual, atendendo à vontade do cliente e que se estabelece entre cliente e a IC ou IF.

Na doutrina italiana defende esta teoria Greco¹³⁰. Na eventualidade de inexistência de cláusula contratual específica o dever de discrição bancária presume-se de uma vontade implícita do cliente no sentido de se observar tal postura negocial. A hipotética vontade contratual implícita, na inexistência de cláusula ou acordo estipulada de forma expressa, aparenta-se solução criticável.

Na doutrina germânica, Scheerer e Sichtermann¹³¹ vêm na inexistência de tal cláusula o emergir de um dever acessório à obrigação principal vertida no contrato.

Igual constatação se faz quando se diz que a obrigação de segredo se funda no «contrato celebrado com cada cliente, assumindo a feição de obrigação acessória do contrato bancário.»¹³²

Esta teoria admite a crítica nos termos em que, na perspectiva da teoria contratualista, todos os contratos bancários incluem ou incluiriam uma cláusula reguladora do segredo, «um facto que nem sempre se verifica.»¹³³

Entende Menezes Cordeiro que, no campo contratual, «o dever de segredo é, à partida, um dever acessório, cominado pela boa fé. Todas as informações ou conhecimentos que um cocontratante obtenha, por via do contrato, não devem ser usados, fora do âmbito do contrato, para prejudicar a outra parte ou fora das expectativas dela.»¹³⁴

¹²⁹ MORGADO, Fábio Rafael Abrantes – Segredo Bancário: uma apreciação do instituto à luz do actual regime português, p. 10.

¹³⁰ *apud* MORGADO, Fábio Rafael Abrantes – Segredo Bancário: uma apreciação do instituto à luz do actual regime português, p. 8.

¹³¹ *Ibidem*.

¹³² AZEVEDO, Maria Eduarda – O Segredo Bancário e a Fiscalidade da Ordem Jurídica Portuguesa, p. 216.

¹³³ *Idem*, p. 217.

¹³⁴ CORDEIRO, António Menezes – **Manual de Direito Bancário**, p. 327.



c) O fundamento de índole extracontratual

Perante esta tese a revelação de informações praticada pela IC ou IF, que cause danos ao cliente, poderá dar azo a responsabilização e potencial obrigação de indemnização fundada na responsabilidade extracontratual.

Desde logo esta teoria incompatibiliza-se com a do fundamento contratual, em que exista estipulação contratual expressa e específica que verse sobre o sigilo bancário.

Para além disso esta teoria determina quais as «consequências jurídicas da violação do dever de segredo, não se resolvendo a questão principal que é a de saber qual o fundamento jurídico do referido dever.»¹³⁵

d) O dever geral de correção

«O dever de correção é uma obrigação básica da vida civil, em especial, no desenvolvimento das relações de crédito (...) [havendo nestas um dever mútuo] de lealdade e correção.»¹³⁶
Esta tese é defendida por Di Amato¹³⁷.

e) O segredo profissional

Era entendimento de Alberto Luís que o segredo bancário consiste num dever intrínseco à actividade profissional e «intimamente associado à actividade financeira, permitindo-lhe ser qualificado como uma espécie de segredo profissional.»¹³⁸

Eduarda Azevedo coloca o problema, *prima facie*, numa perspectiva deontológica. Frisa tal autora que «A regra do segredo, enquanto um elemento integrante do código deontológico de determinadas profissões, emerge por norma no âmbito de actividades, tanto públicas,

¹³⁵ MORGADO, Fábio Rafael Abrantes – Segredo Bancário: uma apreciação do instituto à luz do actual regime português, p. 9.

¹³⁶ *apud* MORGADO, Fábio Rafael Abrantes – Segredo Bancário: uma apreciação do instituto à luz do actual regime português, p. 10.

¹³⁷ MORGADO, Fábio Rafael Abrantes – Segredo Bancário: uma apreciação do instituto à luz do actual regime português, p. 10.

¹³⁸ LUÍS, Alberto - O segredo bancário em Portugal, Rev. OA, Ano 41, 1981, p. 454



como privadas, que pressupõem e implicam o conhecimento de factos respeitantes à vida particular de indivíduos e empresas.»¹³⁹

Para Joaquim Malafaia «o segredo bancário é segredo profissional»¹⁴⁰

Nesta perspetiva da teoria do dever profissional, os fundamentos e natureza jurídica do SB «surge[m] como corolário do exercício de uma atividade específica, devendo por esse motivo circunscrever-se tão só aos elementos e às informações que as instituições bancárias, seus órgãos e funcionários hajam adquirido no âmbito e para o desempenho da profissão.»¹⁴¹

Os profissionais abrangidos por códigos deontológicos estarão por esses obrigados a guardar segredo relativamente a informações de índole pessoal que advenham do uso normal da sua atividade profissional. Nesta paleta, onde pontificam atividades profissionais como a advocacia, a medicina, etc., serão igualmente incluídos os funcionários das IF e das IC.

Nestes termos, à atividade bancária, por força da sua particularidade, se impõe o conhecimento de determinados factos respeitantes à vida particular de entidades públicas ou privadas, singulares ou coletivas.

Quanto ao segredo profissional do caso concreto plasmado no art. 87º, nº 1, alínea a) do EOA¹⁴² «a igualdade e transparência na discussão judicial da relação de mandato justificam a quebra do segredo profissional que deve ceder perante o dever de colaboração para a descoberta da verdade e o direito de acesso à justiça, assim contribuindo para a dignificação da advocacia.»¹⁴³

Defende Gomes Canotilho que um dos «instrumentos jurídicos privilegiados de garantia deste direito (...) [à reserva da intimidade da vida privada e familiar é] o sigilo profissional».¹⁴⁴

Para Menezes Cordeiro «o dever de segredo (...) para além de uma resultante contratual, é ainda, imposto por deontologia profissionais, sancionadas, em certos casos, por comissões e órgãos deontológicos próprios (...) [assumindo] a dimensão de uma exigência pública,

¹³⁹ AZEVEDO, Maria Eduarda – O Segredo Bancário e a Fiscalidade da Ordem Jurídica Portuguesa, p. 213.

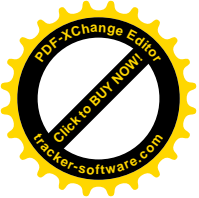
¹⁴⁰ MALAFAIA, Joaquim – O segredo bancário como limite à investigação criminal. **Revista da Ordem dos Advogados**, Ano 59, vol. I-jan. 1999, p. 443.

¹⁴¹ AZEVEDO, Maria Eduarda – O Segredo Bancário e a Fiscalidade da Ordem Jurídica Portuguesa, p. 216.

¹⁴² Aprovado pela L 15/2005, de 26/1.

¹⁴³ Ac do TRP de 26/04/2012, Processo 2573/10.0TJVNFB-P1, relator Filipe Carço. Disponível em <http://www.dgsi.pt/jtrp.nsf/d1d5ce625d24df5380257583004ee7d7/27448488437a8ef5802579f90052fb03?OpenDocument>

¹⁴⁴ CANOTILHO, J. J.; MOREIRA, Vital – **Constituição da República Portuguesa Anotada**. Vol. I. 4ª edição. p. 468.



necessária para o funcionamento das instituições.»¹⁴⁵ Salienta tal autor que a evolução perpetrada ao longo dos tempos no «desenvolvimento da Ciência do Direito e dos meios jurisdicionais [frutificou na consolidação de áreas onde o segredo profissional adquiriu uma efetiva proteção, contudo,] o Estado (...), sob bandeiras como as da investigação criminal ou da voracidade fiscal, (...) tem vindo a multiplicar as iniciativas tendentes a limitar ou, até, a abolir diversos segredos profissionais.»¹⁴⁶

O bem jurídico tutelado, refere Teresa Pais em acórdão do TRL, pelo instituto do segredo bancário, «(...) [e] como segredo profissional, é, em primeira linha, o da confiança dos clientes, na descrição dos seus interlocutores nas informações familiares, pessoais e patrimoniais, em vertente de defesa privada simples relativa, porque concernente ao apuramento de dados envolventes de situações patrimoniais.»¹⁴⁷

Como crítica poderemos avançar que na perspetiva desta tese só se fundamenta a obrigação imposta às IC e às IF, não abrangendo a obrigação que também sobre o cliente recai, tendo por isso um «carácter parcial».¹⁴⁸

Por fim, e neste âmbito, suscita-se a questão relativa ao exercício da atividade bancária (...) sob a forma societária [pois] só se pode falar em segredo profissional quando a atividade é desenvolvida individualmente. [O problema reside na identificação do] que está sujeito a segredo quando a atividade bancária é exercida sob a forma societária.»¹⁴⁹

Uma outra questão paralela e sensível prende-se com o elemento da prova quando se dirimem questões controversas.

O segredo profissional poderá confrontar-se com o elemento da prova em processo de investigação, instrução ou mesmo de julgamento, de várias áreas jurisdicionais.

¹⁴⁵ CORDEIRO, António Menezes – **Manual de Direito Bancário**. p. 328.

¹⁴⁶ Idem, p. 329.

¹⁴⁷ Ac TRL de 3/9/2012. Proc. 3218/07.1TVLSB.L1-8. Relator Teresa Prazeres Pais. Disponível em <http://www.dgsi.pt/jtrl.nsf/33182fc732316039802565fa00497eec/fc46a85ee9020e2e80257a9100477efa?OpenDocument>

¹⁴⁸ AZEVEDO, Maria Eduarda – **O Segredo Bancário e a Fiscalidade da Ordem Jurídica Portuguesa**, p. 217.

¹⁴⁹ MORGADO, Fábio Rafael Abrantes – **Segredo Bancário: uma apreciação do instituto à luz do actual regime português**, p. 10.



Naturalmente que o direito à prova é um elemento do direito geral concedido à proteção jurídica e de acesso aos tribunais. O juiz terá de atender a todas as provas, desde que lícitas.

Por parte das autoridades judiciais a recusa de qualquer meio de prova deve ser fundamentada na lei ou em princípio jurídico, não podendo o tribunal fazê-lo de modo discricionário.

Porém, o direito à prova não é absoluto, antes contém limitações de natureza intrínseca e extrínseca, razão por que se admite a recusa de colaboração para a descoberta da verdade, designadamente, se a obediência importar violação da intimidade privada e da vida familiar, da dignidade da pessoa humana, da integridade pessoal ou do sigilo profissional.

f) A tese do costume interpretativo

Neste prisma é relevada a natureza tácita da cláusula contratual pois esta traduz uma aceitação ou «acatamento (...) [que se tornou] tradicional e reiterada.»

Tal praxis «acompanhada da consciência da essencialidade do comportamento, fornece o fundamento extracontratual de um dever cujo incumprimento faz incorrer os agentes em responsabilidade civil e criminal.»¹⁵⁰

Tal teoria será criticada pelo facto de existir uma fusão entre «o fundamento jurídico do dever de discrição (...) e os critérios da sua interpretação e aplicação», concluindo-se que «as perspetivas apontadas, ao autonomizarem parcelas do segredo bancário, são insuficientes só por si para lhe conferirem uma explicação cabal (...) contudo, a respetiva conjugação fornece uma perspetiva globalizante da essência do dever de sigilo».¹⁵¹

g) A consagração legal

As teorias que tentam fundamentar o segredo bancário tem uma relação entre si e coabitam com as que encontram tal fundamento em base legal.

¹⁵⁰ AZEVEDO, Maria Eduarda – O Segredo Bancário e a Fiscalidade da Ordem Jurídica Portuguesa, p. 216.

¹⁵¹ Idem, p. 217.



Assim, todas elas incrementam o reconhecimento legal do SB, pois verifica-se a existência de uma «prática reiterada (...) seguid[a] da aceitação social da sua obrigatoriedade»¹⁵² sendo que tal reconhecimento legal se traduz na existência de uma norma legal específica que impõe às IF e às IC «um dever geral e legal de reserva.»¹⁵³

Esta base legal poderá emanar de duas esferas: de índole constitucional ou/e de índole legal infraconstitucional.

6. A Tutela constitucional em concreto

A dignidade da pessoa humana é pedra angular das sociedades democráticas¹⁵⁴. Contudo, face a crimes verdadeiramente substanciais, e para que tal democraticidade se efetive, será pertinente realizar uma análise ponderada entre os direitos, liberdades e garantias que ao cidadão assistem e questões de carácter público que se lhe impõem.

A tutela constitucional de direitos, liberdades e garantias abrange, naturalmente, interesses privados e públicos, sendo que os interesses privados não serão *a priori* absolutos, sendo necessariamente nivelados e ponderados segundo princípios abrangentes e equitativos.

Cumprе analisar se o direito ao SB tem uma concretização no princípio constitucional que se integra no domínio da proteção de direitos fundamentais, concretamente o direito à integridade pessoal e à reserva da intimidade da vida privada e familiar, vertido no art. 26º/1 da CRP. Com este fundamento na “reserva da intimidade da vida privada e familiar” uma potencial investigação pública terá que passar pela existência de um «mandado judicial ou (...) [uma] suspeita de crime».¹⁵⁵

¹⁵² AZEVEDO, Maria Eduarda – O Segredo Bancário e a Fiscalidade da Ordem Jurídica Portuguesa, p. 216.

¹⁵³ Ibidem.

¹⁵⁴ Cf. art. 1º da CRP.

¹⁵⁵ SANCHES, José Luís Saldanha – Segredo bancário e tributação do lucro real. **Cadernos de Ciência e Técnica Fiscal**. Lisboa: Ministério das Finanças, 1995, p. 25.



O TC no seu acórdão n.º 278/95¹⁵⁶, ponderou sobre se «os dados relativos à situação económica de uma pessoa em poder de estabelecimentos bancários, respeitantes designadamente às suas contas de depósito e movimentos destas e a operações bancárias, cambiais e financeiras, fazem parte do âmbito de proteção do direito à reserva da intimidade constitucionalmente protegida.»¹⁵⁷

Ponderada a situação em apreço, que versava sobre a norma da alínea e) do n.º 1 do artigo 57.º do Decreto-Lei n.º 513-Z/79, de 27 de Dezembro, foi entendimento do TC que «a situação económica do cidadão, espelhada na sua conta bancária, incluindo as operações ativas e passivas nela registadas, faz parte do âmbito de proteção do direito à reserva da intimidade da vida privada, condensado no artigo 26.º, n.º 1, da Constituição, surgindo o *segredo bancário* como um instrumento de garantia deste direito. De facto, numa época histórica caracterizada pela generalização das relações bancárias, em que grande parte dos cidadãos adquire o estatuto de cliente bancário, os elementos em poder dos estabelecimentos bancários, respeitantes designadamente às contas de depósito e seus movimentos e às operações bancárias, cambiais e financeiras, constituem uma *dimensão essencial* do direito à reserva da intimidade da vida privada constitucionalmente garantido.»¹⁵⁸

Nestes termos, o acórdão do TC n.º 278/95 preconizou um conceito de intimidade que abrange as meras manifestações da situação patrimonial de cada indivíduo.

O mesmo Tribunal, no seu acórdão n.º 442/2007,¹⁵⁹ exarou que «O segredo bancário não esperou pela moderna consagração dos direitos de personalidade e dos direitos fundamentais para vigorar na prática bancária. Pode dizer-se que desde sempre esteve institucionalmente presente na atividade deste sector económico, como fator e garantia do funcionamento eficiente do sistema.»¹⁶⁰ Adianta-se em tal acórdão que «é incontroverso que a fundamentação jurídica desse regime ganhou um novo respaldo com a sua recondução, por largos sectores doutrinários e jurisprudenciais, à tutela da privacidade. Com isso, o instituto rompeu as fronteiras da relação contratual banqueiro-cliente, para assumir uma dimensão e implicações jurídico-constitucionais. A confirmar-se o acerto deste enquadramento, o direito

¹⁵⁶Processo n.º 510/91, de 31 maio 1995, Relator Conselheiro Alves Correia, disponível em <http://www.tribunalconstitucional.pt/tc/acordaos/19950278.html>

¹⁵⁷Ponto 7 do acórdão do TC n.º 278/95.

¹⁵⁸Ponto 8 do acórdão do TC n.º 278/95.

¹⁵⁹Processo n.º 815/07, de 14 agosto 2007, Relator Conselheiro Joaquim de Sousa Ribeiro, disponível em <http://www.tribunalconstitucional.pt/tc/acordaos/20070442.html>

¹⁶⁰Ponto 16 do acórdão do TC n.º 442/2007.



ao sigilo fica dotado de uma reforçada força de resistência a intrusões no âmbito protegido. De facto, se o direito fundamental à reserva da intimidade da vida privada (artigo 26.º, n.º 1, da Constituição da República) puder ser visto como integrando o direito ao segredo sobre os dados bancários respeitantes ao sujeito titular, a este direito será aplicável o regime dos direitos, liberdades e garantias constitucionalmente consagrado. Esse regime contém, como nota saliente, a vinculação das entidades públicas e privadas aos preceitos constitucionais respeitantes aos direitos, liberdades e garantias (artigo 18.º, n.º 1, da Constituição da República), bem como a salvaguarda de certos limites a respeitar nas intervenções que os restrinjam (n.ºs 2 e 3 do mesmo artigo).»¹⁶¹

Concluiu-se «que o bem protegido pelo sigilo bancário cabe no âmbito de proteção do direito à reserva da vida privada consagrado no artigo 26.º, n.º 1, da Constituição da República. Essa inclusão só é problemática em relação às pessoas coletivas, muito particularmente as sociedades comerciais, pelo facto de não valerem (ou, pelo menos, de não valerem de igual modo), em relação a elas, as considerações fundamentadoras acima aduzidas, que se apoiam na possibilidade de acesso à esfera mais pessoal.»¹⁶²

Contudo, neste acórdão não houve um consenso absoluto, de acordo com votos de vencido do Juiz Conselheiro Gil Galvão, Vítor Gomes e outros.

Vítor Gomes considerou que «o legislador não está subordinado, no reconhecimento e conformação do sigilo bancário relativamente a pessoas coletivas (e entes equiparados), ao regime constitucional dos direitos, liberdades e garantias. (...) [O]s direitos fundamentais são primordialmente direitos de indivíduos, de pessoas singulares. As pessoas coletivas somente são titulares daqueles direitos fundamentais que sejam compatíveis com a sua natureza (artigo 12.º, n.º 2, da CRP), o que coloca um problema de determinação que só casuisticamente pode ser resolvido.»¹⁶³

Acrescenta ainda tal o JC Vítor Gomes que «mesmo quando seja concebível a conexão de certo direito fundamental com a personalidade coletiva, daí não se segue que a sua aplicabilidade nesse domínio opere nos mesmos termos e com a mesma amplitude com que

¹⁶¹ Ponto 16 do acórdão do TC n.º 442/2007, de 14 de agosto de 2007, Proc. n.º 815/07.

¹⁶² Ponto 16.2 do acórdão do TC n.º 442/2007, de 14 de agosto de 2007, Proc. n.º 815/07.

¹⁶³ Ac TC n.º 442/2007, Declaração de Voto do JC Vítor Gomes.



decorre relativamente às pessoas singulares (...) não deve[ndo] olvidar-se que a potenciação da capacidade de agir a coberto da personalidade coletiva é um dos mais poderosos fatores de exponenciação do risco que o sigilo bancário comporta para outros interesses ou valores constitucionais, designadamente para aqueles que à Administração fiscal compete prosseguir.»¹⁶⁴

Por sua vez, o JC Gil Galvão, foi totalmente contrário à decisão, tendo expressado na sua declaração de voto «que a Constituição da República Portuguesa não consagra um direito fundamental ao sigilo bancário para os clientes das instituições financeiras sujeitas ao dever de segredo. Desde logo, porque um tal direito não consta de disposição expressa da Constituição, mas também porque considero que o sigilo bancário resultante do dever de segredo imposto às instituições financeiras se não encontra coberto pela reserva de intimidade da vida privada consagrada no artigo 26º, n.º 1 da Constituição. [Assim], não sendo o sigilo bancário um direito fundamental dos clientes das instituições financeiras, estamos fora do âmbito de direitos, liberdades e garantias, o que implica que a liberdade de conformação do legislador não está necessariamente sujeita aos estritos limites constantes dos n.ºs 2 e 3 do artigo 18º da Constituição. E, sendo assim, como iniludivelmente me parece que é, a criação pelo legislador, dentro da sua liberdade de conformação, de um sistema em que a Administração Tributária - incumbida da liquidação e cobrança da tributação que, constitucionalmente, visa a satisfação das necessidades financeiras do Estado e de outras entidades públicas, bem como uma repartição justa dos rendimentos e da riqueza e, também ela, sujeita ao dever de segredo – tem acesso a dados protegidos pelo sigilo bancário legalmente estabelecido, não afronta, em si mesmo, o Estado de direito democrático, nem quaisquer preceitos ou princípios constitucionais.»¹⁶⁵

Para Gomes Canotilho o direito à reserva da intimidade da vida privada e familiar engloba, pelo menos, dois direitos menores que são «o direito a impedir o acesso de estranhos a informações sobre a vida privada e familiar [e] o direito a que ninguém divulgue as informações que tenha sobre a vida privada e familiar de outrem (cfr. CCiv, art. 80º).»¹⁶⁶

¹⁶⁴ Ac TC nº 442/2007, Declaração de Voto do JC Vitor Gomes.

¹⁶⁵ Ac TC nº 442/2007, Declaração de Voto do JC Gil Galvão.

¹⁶⁶ CANOTILHO, J. J.; MOREIRA, Vital – Constituição da República Portuguesa Anotada. Vol. I. 4ª edição. p. 467.



Este direito fundamental de reserva da intimidade da vida privada e familiar é ainda garantido por outros direitos fundamentais, tais como o direito à inviolabilidade do domicílio e da correspondência (art. 34º da CRP) e o direito à proibição de tratamento informático de dados referentes à vida privada (art. 35º/3 da CRP).

Serão igualmente «instrumentos jurídicos privilegiados de garantia deste direito (...) o sigilo profissional e o dever de reserva das cartas confidenciais e demais papéis pessoais», nos termos do disposto nos arts. 75º a 78º do CCiv..

Dentro da esfera do direito à reserva da intimidade da vida privada e familiar haverá que atender ao «direito ao segredo do ser»¹⁶⁷ e o direito ao «segredo do ter»¹⁶⁸. Refere tal autor que «é problemática a inclusão nestes direitos de personalidade do pretense direito ao segredo do ter»¹⁶⁹, onde se incluirá o segredo bancário. Adianta ainda que «além de não haver qualquer princípio ou regra constitucional a dar guarida normativa a um segredo do ter (...) sempre haverá que ter em conta a necessidade da concordância prática com outros interesses»¹⁷⁰, elencando, a título exemplificativo, o combate à criminalidade organizada, à corrupção, ao branqueamento de capitais, à fraude fiscal, etc..

Capelo de Sousa defende que «o segredo bancário assenta atualmente, sobretudo, no direito de personalidade à reserva da intimidade da vida privada e familiar dos clientes e por vezes de terceiros, tutelado como direito fundamental no art. 26, nºs 1 e 2 (...) [da CRP], recebendo ainda suporte no recentemente constitucionalizado direito ao desenvolvimento da personalidade dos clientes (art. 26, nº 1, Constituição na redação de 1997) e, subsidiariamente no direito geral de personalidade, previsto no art. 70, nº 1, CCiv e havido pelo menos como direito fundamental de natureza análoga (arts. 16 e 17 Constituição).¹⁷¹ Refere ainda tal autor que a «índole constitucional do direito ao segredo bancário flui ainda do direito de personalidade da instituição financeira ao seu bom nome e reputação (arts. 12 e 26, nº 1, Const.) bem como do fundamento da confiança do público no sistema bancário decorrente do art. 101 da Constituição.

¹⁶⁷ CANOTILHO, J. J.; MOREIRA, Vital – Constituição da República Portuguesa Anotada. Vol. I. 4ª edição. p. 468.

¹⁶⁸ Idem, p. 469.

¹⁶⁹ Ibidem.

¹⁷⁰ Ibidem.

¹⁷¹ SOUSA, Rabindranath Capelo de - O Segredo Bancário. **Revista de Direito**, Vol. II, nº 2, p. 80.



O TCAN, em decisão proferida em 13nov2014, considerou que «[o] segredo bancário pretende salvaguardar uma dupla ordem de interesses: (i) por um lado, um interesse de ordem pública, (...); (ii) por outro lado, o segredo visa também a proteção dos interesses dos clientes da banca, para quem o segredo constitui a defesa da discrição da sua vida privada, tendo em conta a relevância que a utilização de contas bancárias assume na vida moderna, em termos de refletir aproximadamente a «biografia» de cada sujeito, de forma a que o direito ao sigilo bancário se pode ancorar no direito à reserva da intimidade da vida privada, previsto no artigo 26º da Constituição da República Portuguesa.»¹⁷²

Refere Menezes Cordeiro que o SB, «em termos jurídico-positivos, (...) começa por se apoiar na própria Constituição e, designadamente, nos seus artigos 26º/1 (intimidade da vida privada e familiar) e 25º (integridade moral das pessoas).

Saldanha Sanches preconiza uma distinção entre intimidade e privacidade.

Haverá assim uma esfera pessoal, «que tem no seu eixo o conceito de intimidade e de vida familiar, estendida no sentido mais vasto de modos a ser e de atuar ao abrigo de qualquer intromissão alheia.»¹⁷³

Tratando-se de pessoa coletiva, e porque está em causa «um direito eminentemente pessoal, não faz sentido estende-los globalmente às pessoas coletivas (art. 12º-2 CRP), salvo quanto a alguns aspetos, designadamente a capacidade civil, a cidadania, e o bom nome e reputação. Todavia, mesmo aí, a intensidade da proteção desses direitos das pessoas coletivas não é a mesma que a das físicas ou humanas.»¹⁷⁴

Conclui tal autor que «o segredo bancário não pode constituir a expressão do imperativo constitucional da proteção da intimidade.»¹⁷⁵

¹⁷²Ac TCAN de 13/11/2014. Proc. 00020/10.7BECBR-A, relator Ana Patrocínio. Disponível em: <http://www.gde.mj.pt/jtcn.nsf/89d1c0288c2dd49c802575c8003279c7/8af50a269691a78f80257da50034539f?OpenDocument>

¹⁷³ SANCHES, José Luís Saldanha – Segredo bancário e tributação do lucro real. **Cadernos de Ciência e Técnica Fiscal**. Lisboa: Ministério das Finanças, 1995, p. 26.

¹⁷⁴ CANOTILHO, J. J.; MOREIRA, Vital – Constituição da República Portuguesa Anotada. Vol. I. 4ª edição. p. 474.

¹⁷⁵ SANCHES, José Luís Saldanha – Segredo bancário e tributação do lucro real. **Cadernos de Ciência e Técnica Fiscal**. Lisboa: Ministério das Finanças, 1995, p. 29.



No mesmo sentido entende Patrícia Azevedo «não (...) [considerando] que os elementos sobre a situação patrimonial do contribuinte pertençam à sua intimidade pessoal e familiar.»¹⁷⁶

Joana Rodrigues, num trabalho de formação contínua do CEJ publicado em fev2015, sintetiza que «A doutrina e a jurisprudência têm reconhecido, como imanente à tutela do segredo bancário, o direito à reserva da intimidade da vida privada.»¹⁷⁷

Nestes termos, o direito ao sigilo bancário, seja ou não enquadrado no âmbito do direito à intimidade da vida privada, constitucionalmente consagrado, não é um direito absoluto. Tal entendimento foi sufragado pelo TC no seu acórdão nº 278/95, onde se refere que «O segredo bancário não é um direito absoluto, antes pode sofrer restrições impostas pela necessidade de salvaguardar outros direitos ou interesses constitucionalmente protegidos. Na verdade, a tutela de certos valores constitucionalmente protegidos pode tornar necessário, em certos casos, o acesso aos dados e informações que os bancos possuem relativamente às suas relações com os clientes.»¹⁷⁸

Salvaguardam-se pois interesses públicos ou coletivos, de acordo com o definido no art.18º, nº 2 da CRP.

No mesmo sentido se pronunciou o STJ, afirmando que «O artº 26º, nº 1, da CRP reconhece a todos o direito ao bom nome e reputação e à reserva da vida privada. O dever de sigilo bancário não é senão uma manifestação da tutela desse direito e visa proteger as relações de confiança entre as instituições bancárias e os seus clientes, tidas como indispensáveis ao normal desenvolvimento do modelo económico adoptado. Como qualquer direito constitucionalmente consagrado, só pode ser restringido para salvaguarda de outros direitos ou interesses constitucionalmente protegidos, conforme o disposto no artº 18, nº 2, também da Lei Fundamental.»¹⁷⁹

¹⁷⁶ AZEVEDO, Patrícia Anjos – O Princípio da Transparência e a Troca de Informações entre Administrações Fiscais. p.102.

¹⁷⁷ RODRIGUES, Joana Amaral – Segredo Bancário e Segredo de Supervisão. p. 64.

¹⁷⁸ Ponto 8 do acórdão do TC nº 278/95.

¹⁷⁹ Ponto 2.3 do Acórdão do STJ, de 28jun2006, Processo 06P2178, Relator Sousa Fonte. Disponível em www.dgsi.pt



Na fixação de jurisprudência do STJ frisou-se que «o direito ao sigilo, embora com cobertura constitucional, não é um direito absoluto (...) [e pode] (...) ter de ceder perante outros direitos ou interesses constitucionalmente protegidos»¹⁸⁰

7. As exceções legais.

A obrigação de segredo «só pode ser suspensa com base legal».¹⁸¹ Nessa sequência, são exceções legais à obrigação de segredo as elencadas no art. 79º do RGICSF. Assim, tal direito é derogado quando:

- a) o cliente a autorizar;
- b) a lei expressamente o prever;
- c) a lei atribuir a uma entidade pública a faculdade de recolher informação sobre certa matéria e em certas condições.

Na circunstância de existir previsão legal expressa poderá ser decretada a sua suspensão, sendo esta ordenada «por um acto de autoridade ou de direito público»¹⁸², ou poderá a suspensão resultar diretamente da lei, mas sem que esta refira a necessidade de qualquer acto que a confirme e lhe dê eficácia.

Neste patamar colocam-se forçosamente as questões:

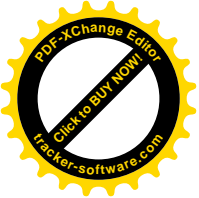
- qual é a natureza admissível desse acto?
- que natureza têm essas situações?
- será lícito que dessa competência resulte diretamente a suspensão da obrigação de segredo «no que respeita a essa matéria e perante essa entidade»?¹⁸³

¹⁸⁰ Ac do STJ n.º 2/2008, de Fixação de Jurisprudência, de 13 de fevereiro de 2008 (Proc. n.º 894/07-3), Disponível em <https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/2008/03/06300/0187901885.pdf>

¹⁸¹ Athayde, Augusto Albuquerque – Curso de Direito bancário. Vol. I, p. 507.

¹⁸² Ibidem.

¹⁸³ Ibidem.



a) A autorização do beneficiário do sigilo

O consentimento do cliente traduz-se numa “limitação voluntária de um direito de personalidade”, estando abrangido pelo disposto no art. 81º do CCiv. Prevê tal norma que o consentimento é nulo “nos casos em que for contrária à ordem pública”, podendo ser sempre revogado, “ainda que envolva uma obrigação de indemnizar”.

Seguindo o disposto no art. 79º do RGICSF “os factos ou elementos das relações do cliente com a instituição podem ser revelados mediante autorização do cliente, transmitida à instituição”.

Estamos perante uma exceção de carácter voluntário que se traduz numa manifestação de vontade prevista no art. 340º do CC. Constitui igualmente uma limitação voluntária de um direito de personalidade, abrangido pelo disposto no art. 81º do CCiv. Prevê tal norma que o consentimento é nulo “nos casos em que for contrária à ordem pública”, podendo ser sempre revogado, “ainda que envolva uma obrigação de indemnizar”.

Refere Capelo de Sousa que «há-de, no entanto, tratar-se [de] um consentimento autorizante (art. 81 C. Civ.) e não meramente tolerante (art. 340 C. Civ.).»¹⁸⁴

Temos que este consentimento¹⁸⁵ autorizante, esclarecido e sóbrio, consubstanciará uma causa de exclusão da ilicitude, no domínio penal, para a divulgação, nas circunstâncias e para os fins concedidos, por parte da IC ou da SF. Por outro lado, «a autorização dada pelo interessado para a divulgação dos factos cobertos pelo segredo bancário deverá ser expressa»¹⁸⁶, e não meramente tácita, não sendo contudo exigida pelo RGICSF a forma escrita.

b) Às autoridades judiciais, no âmbito de um processo penal

Nos termos do nº 2, alínea d) do art. 79º do RGICSF, o SB é derogado perante matéria da lei penal ou processual penal. Tal ponto irá ser abordado posteriormente, mas poderemos desde já salientar «as instituições de crédito e seus representantes, empregados ou agentes,

¹⁸⁴ SOUSA, Rabindranath Capelo - O Segredo Bancário. Em especial, face às alterações fiscais da Lei 30-G/2000, de 29 de Dezembro. Revista de Direito, Vol. 11, nº 2, p. 77.

¹⁸⁵ Cf. arts. 38º e 31º/2 al. d) do CP (“Consentimento” e “Exclusão da ilicitude”, respectivamente).

¹⁸⁶ ATHAYDE, Augusto Albuquerque – Curso de Direito bancário. Vol. I. p. 507.



passaram a ter que revelar o nome de clientes, assim como as contas destes e respectivos movimentos e outras operações bancárias desde que:

- A informação seja solicitada no âmbito de um processo penal;
- Por autoridade judiciária competente; e
- Na sequência de despacho devidamente fundamentado.»¹⁸⁷

A quebra do SB terá de decorrer «de despacho de juiz ou de magistrado do Ministério Público, conforme este ou aquele tenha a direção da fase processual em que é suscitada (...).» Esse despacho deverá ser «devidamente fundamentado, nomeadamente alicerçando a quebra de sigilo bancário num imperativo de proteção de interesses jurídicos proeminentes (...) [pois] (...) tal quebra é suscetível de constituir violação à privacidade e ofensa à relação de confiança entre as instituições financeiras e os seus clientes (...).»

Nestas circunstâncias «O direito de reserva de intimidade da vida privada e familiar constitucionalmente protegido cede em nome da realização da justiça e da segurança enquanto valores do Estado de Direito Democrático e na justa medida em que tal se tenha por necessário, proporcional e adequado, conforme arts. 26.º, n.º 1, e 18.º, n.º 2, da CRP.»

c) À AT, “no âmbito das suas atribuições”

i) O dever de pagar impostos e a evasão fiscal

É um dever de cidadania o de “pagar impostos”, como se extrai do teor do art. 103º da CRP. Sendo um dever de cidadania pressupõe uma ideia de equidade, relativamente à cobrança de receitas públicas.

Sendo tal dever incumprido será necessário recorrer a formas legais que a tal obriguem, pois num Estado tipo social são essenciais os tributos dos cidadãos para fazer face aos encargos

¹⁸⁷ Ac TRL de 19/10/2011. Proc. 2061/08.5PFLRS-A.L1-3, relator Paulo Fernandes da Silva. Disponível em: <http://www.dgsi.pt/jtrl.nsf/e6e1f17fa82712ff80257583004e3ddc/4b4398308c95655a8025792f004bb1d8?OpenDocument>



financeiros que sobre este recaem no cumprimento de tarefas e serviços ditos de fim público. Assim, impõe-se ao cidadão um dever jurídico-moral de pagar impostos.

Segundo Casal Nabais «o direito fiscal conhece também normas cuja função é a de qualificar certos comportamentos, traduzidos em ações ou omissões, dos contribuintes ou de terceiros (...) como infrações».¹⁸⁸ Tal se verificando o estabelecimento das correspondentes sanções está p.p. no designado direito fiscal sancionatório ou direito penal fiscal «em sentido amplo».¹⁸⁹

Daqui se extrai que o «direito das infrações tributárias»,¹⁹⁰ que se integra no ramo do direito fiscal, tem uma disciplina jurídica própria, estando na atualidade vertida no RGIT.

A aludida eticização do direito tributário é essencialmente dirigida ao cidadão pois o Estado é abstratamente composto de individualidades que se representam através do modelo da democracia representativa (mas em que cada individualidade muitas das vezes não atende às obrigações a que se obriga).

ii) A óptica da OCDE face ao SB

A OCDE tem, desde 1985, elaborado relatórios que contendem com a utilização abusiva do instituto do SB.

Tal Organização analisou fundamentalmente duas questões: o acesso à informação bancária para fins tributários e a troca de informações entre as Autoridades Fiscais, visando mitigar os efeitos da concorrência fiscal internacional.

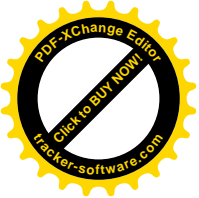
O 1º Relatório elaborado por esta Organização, divulgado em 1985, denominou-se de “Taxation and the abuse of bank secrecy”. Este Relatório «aconselhava os Estados a adotarem medidas no sentido de flexibilizarem as regras relativas ao Segredo bancário no confronto com as autoridades fiscais e uma maior utilização dos dados fornecidos pelas Instituições de Crédito.»¹⁹¹

¹⁸⁸ Nabais, José Casalta – Direito Fiscal, p. 453.

¹⁸⁹ Ibidem.

¹⁹⁰ Ibidem.

¹⁹¹ MORGADO, Fábio Rafael Abrantes – **Segredo Bancário: uma apreciação do instituto à luz do actual regime português**, p. 18.



O 2º Relatório, de 9 abril de 1998, "Harmful tax competition: an emerging global issue"¹⁹², visou uma auscultação às «práticas da concorrência fiscal prejudicial.»¹⁹³

No seu ponto 7 recomendava que «os países deverão rever a sua legislação e práticas relativas ao acesso à informação bancária, tendo em vista a remoção dos impedimentos ao acesso a este tipo de informação pela Administração Fiscal».¹⁹⁴ É assim realçada a importância da cooperação entre Estados, nomeadamente na troca de informações de índole fiscal visando a luta «contra a concorrência fiscal prejudicial».¹⁹⁵

O 3º Relatório, de 16 abril de 2000, "Improving access to bank information for tax purposes"¹⁹⁶, «teve por objeto o aperfeiçoamento da troca de informações em resposta a pedido específico de informação relativa a um determinado contribuinte.»¹⁹⁷ Refere Jorge Paúl que «O objeto desse Relatório foi a análise da situação existente nos países membros da OCDE quanto ao acesso à informação bancária na sequência de um pedido específico feito por uma autoridade fiscal, diretamente ou por via judicial. A falta de tal acesso é considerada, naquele documento, como limitativa da capacidade da Administração Fiscal liquidar e cobrar os impostos que os contribuintes deveriam efetivamente pagar (...) [sendo] a matéria do sigilo bancário é extensamente analisada no mesmo documento, considerando-se que ele constitui um importante instrumento de proteção da confidencialidade da atividade financeira dos particulares e das empresas.

Deste modo, a derrogação do sigilo bancário perante a Administração Fiscal deverá ser sempre feita com limitações que assegurem que a informação é disponibilizada apenas para os fins específicos que estejam previstos na lei. Em síntese, pode dizer-se que este Relatório não propõe a abolição do segredo bancário, apenas defende a adoção de medidas que flexibilizem o seu regime.»¹⁹⁸

¹⁹² Disponível em <http://www.oecd.org/tax/transparency/44430243.pdf>

¹⁹³ MORGADO, Fábio Rafael Abrantes – **Segredo Bancário: uma apreciação do instituto à luz do actual regime português**, p. 18.

¹⁹⁴ «7. Recommendation concerning access to banking information for tax purposes: in the context of counteracting harmful tax competition, countries should review their laws, regulations and practices which govern access to banking information with a view to removing impediments to the access to such information by tax authorities.» (p. 68 do relatório).

¹⁹⁵ MORGADO, Fábio Rafael Abrantes – **Segredo Bancário: uma apreciação do instituto à luz do actual regime português**, p. 18.

¹⁹⁶ Disponível em <http://www.oecd.org/tax/exchange-of-tax-information/2497487.pdf>

¹⁹⁷ MORGADO, Fábio Rafael Abrantes – **Segredo Bancário: uma apreciação do instituto à luz do actual regime português**, p. 18.

¹⁹⁸ PAÚL, Jorge Patrício – O Sigilo Bancário e a sua relevância fiscal. **Revista da Ordem dos Advogados**. Ponto II, 9.



Para além disso, contata-se neste 3º relatório da OCDE que «nem todos os Estados membros dispõem de mecanismos que lhes permita aceder à informação bancária protegida pelo segredo bancário e à troca dessas mesmas informações (...) [alertando-se igualmente para a necessidade de estabelecer um compromisso, entre Estados, no sentido da] troca efetiva de informações.»¹⁹⁹

O 4º Relatório, denominado "Improving access to bank information for tax purposes: the 2003 progress report"²⁰⁰, foi redigido pelo Comité dos Assuntos Fiscais da OCDE. Há a destacar o avanço substancial que se reporta à proibição de contas bancárias anónimas.

Em 2007 foi publicado o 5º relatório: "Improving Access to Bank Information for Tax Purposes: The 2007 progress report".²⁰¹

Em abril de 2009, a reunião do G20 proclamou «pelo fim dos paraísos fiscais, com o estabelecimento de severas sanções aos países que se recusassem em cooperar na troca de informações bancárias.»²⁰²

Na sequência de tal reunião ao mais alto nível foi publicado em 26out2011 o 6º relatório que anunciou o fim da era do segredo bancário. Tal relatório foi denominado, precisamente, "The Era of Bank Secrecy is Over: The G20/oecd process is delivering results".²⁰³

iii) A troca de informações entre administrações fiscais

Temos que «A atual crise financeira internacional deu origem a uma cooperação multilateral sem precedentes, tendo em vista o reforço da supervisão e regulação financeira.»²⁰⁴

Navegando nos mares desta constatação refere Patrícia Azevedo que «assistimos a um movimento geral de pressão internacional com vista a fomentar um aumento da transparência, da cooperação e da troca de informações entre os Estados.»²⁰⁵ Como um dos

¹⁹⁹ MORGADO, Fábio Rafael Abrantes – **Segredo Bancário: uma apreciação do instituto à luz do actual regime português**, p. 18.

²⁰⁰ Disponível em <http://www.oecd.org/ctp/exchange-of-tax-information/14943184.pdf>

²⁰¹ Disponível em <http://www.oecd.org/tax/exchange-of-tax-information/39327984.pdf>

²⁰² MORGADO, Fábio Rafael Abrantes – **Segredo Bancário: uma apreciação do instituto à luz do actual regime português**, p. 19.

²⁰³ Disponível em <http://www.oecd.org/ctp/exchange-of-tax-information/48996146.pdf>

²⁰⁴ PALMA, Clotilde Celorico; SANTOS, António Carlos – A derrogação do Sigilo bancário para efeitos fiscais. **Revista da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas**, nº 146, mai2012, p. 46.

²⁰⁵ AZEVEDO, Patrícia Anjos – O Princípio da Transparência e a Troca de Informações entre Administrações Fiscais. p. 4.



pontos de partida temos desde logo subjacente a conceção de que o SB é «um dos maiores entraves à implementação de uma troca de informações [entre administrações fiscais] efetiva»²⁰⁶,

Numa perspetiva mais abrangente no domínio da fiscalidade, mas com um enfoque específico no que ao SB diz respeito, foi durante a cimeira do G20, realizada em Londres em abril de 2009, abordado o tema da “transparência” e da “cooperação internacional” visando «controlar os chamados paraísos fiscais e colocar um fim ao sigilo bancário, tal como o temos vindo a conhecer.»²⁰⁷ Almejava-se como fim último o reforço do combate ao financiamento do terrorismo, a luta contra a fraude e evasão fiscal e a luta contra a corrupção e o branqueamento de capitais de origem ilícita. Era ideia assente que as relações entre as administrações fiscais deveria basear-se num sistema fiscal desburocratizado em que existam deveres de colaboração recíproca entre as próprias. O adjetivo chavão utilizado era o da transparência fiscal.

Paradoxalmente, um entrave a tal a transparência será, no entendimento de Patrícia Azevedo, o regime atual do sigilo bancário. Este regime traduz-se numa das vantagens do recurso aos chamados “paraísos fiscais” ou aos “regimes fiscais preferenciais”.

Bom, preconiza-se nos arts. 26º e 27º da Convenção Modelo da OCDE, sobre o rendimento e o capital, “*a celebração de acordos bilaterais entre Estados almejando a troca de informações de índole fiscal.*”

Esta troca de informações visa, como referido, o combate à fraude e evasão fiscal, ao branqueamento de capitais, ao tráfico de armas, de droga e de pessoas e ao financiamento de atividades terroristas.

Por parte da OCDE e da UE denota-se a existência de um esforço de compromisso que responda às recomendações existentes nesse sentido. A Convenção de Arbitragem da OCDE²⁰⁸ prevê um processo de arbitragem para evitar a dupla tributação “aquando da correção dos lucros das empresas associadas situadas em EM diferentes.” Contudo, tal

²⁰⁶ Idem, p. 100.

²⁰⁷ Idem, p. 6.

²⁰⁸ Convenção 90/436/CEE, que entrou em vigor em 1jan1995. A mesma foi modificada pela Convenção 96/C26/01 e alvo do Protocolo de prorrogação 1999/C2002/01.



Convenção não está em vigor desde 2002, pois nem todos os EM ratificaram o Protocolo de prorrogação.

Paralelamente ao problema dos designados “paraísos fiscais” surge o problema da economia informal ou paralela. Os denominados “paraísos fiscais” não são mais que jurisdições que facultam forte proteção do sigilo bancário aliado à ausência de troca de informações de índole fiscal.

O conceito de “paraíso fiscal” não é unívoca. Um país que determine uma tributação inferior a outro é, desde logo, e de certa forma, um “paraíso fiscal”.

Menezes Leitão elenca vários tipos de “paraísos fiscais”:

- Países que não tributam qualquer rendimento, seja do capital ou fruto de mais-valias (Bahamas, Ilhas Caimão, etc.);
- Países que prevêm tributação com base territorial (Hong Kong, Libéria, Panamá, etc.);
- Países com tributação pouco elevada (Ilhas Virgens Britânicas, Antilhas holandesas, Ilha de Man, Jersey, etc.);
- Países que oferecem privilégios particulares às sociedades holding (Luxemburgo, Suíça, etc.).²⁰⁹

A UE tem demonstrado especial empenho na questão da “erosão de receitas fiscais” associada à concorrência fiscal entre EM. A existência de regimes tributários bastante díspares, quer no plano da atração puramente algébrica quer no plano sancionatório, entre os EM, «constitui um dos fatores que também propicia distorções de concorrência.»²¹⁰

Refere Clotilde Palma que «o nosso país tem a acompanhar a evolução mundial, seguindo as orientações e regras da UE e da OCDE, reforçando a transparência, nomeadamente, através de um progressivo levantamento do sigilo bancário para efeitos fiscais e intensificando a celebração de instrumentos de troca de informações.

²⁰⁹ Leitão, Luís Menezes – Aplicação de medidas anti-abuso na luta contra a evasão fiscal. Revista Fisco nº 107/108, ano XIV, março de 2003, *apud* Azevedo, Patrícia Anjos – Princípio da transparência e a troca de informações entre administrações fiscais.

²¹⁰ Antunes, Francisco Vaz – **A evasão fiscal e o crime de fraude fiscal no sistema legal português**, p. 12



Ao abrigo de tais instrumentos internacionais²¹¹ Portugal procede à troca efetiva de informações fiscais.

d) Quando exista outra disposição legal que expressamente limite o dever de segredo

Nos termos desta alínea impõe-se um sacrifício à obrigação do dever de segredo sempre que o legislador estipule outra obrigação ou dever que, contrabalançado com o direito ao segredo se revele preponderante. É esta ponderação do legislador que resolverá o conflito entre o direito ao segredo e o seu sacrifício.

Tal sacrifício ocorrerá por via da legislação relativa a cheques bancários. (Ar. 13º-A do DL 454/91, de 28/11, introduzido pelo DL 317/97, de 19/11).

Ao abrigo da 36/94, de 29/9, onde se previa o combate e punição dos crimes ligados à actividade económico-financeira, já verificava a existência de um quadro legal excecional à não observância do direito ao SB. Tal diploma foi revogado pela L 5/2002.

No âmbito desta alínea poderemos elencar várias situações que se interligam com a colaboração das IC e das SF e que constituem, e tão só, indícios de ocorrência de crimes que atentam ao segredo bancário. Estarão em causa então crimes-fundamento da suspensão da obrigação de segredo, sendo que a mesma poderá ocorrer logo na fase da investigação criminal.

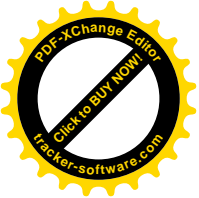
Estamos perante um quadro de tipo de crimes que asfixiam *ab initio* o direito ao segredo, e que beneficiam de um regime especial, quer no que diz respeito à recolha de prova, à quebra do segredo profissional e à perda de bens a favor do Estado. Tal regime está vertido no DL 5/2002²¹², de 11/1, que estipula medidas de combate à criminalidade organizada²¹³.

Haverá que conferir em especial, no que a esta temática diz respeito, o art. 2º “*Quebra de segredo*” (profissional), que atribui à investigação, portanto na fase de inquérito (e durante

²¹¹ **Convenção Modelo da OCDE.** Disponível em: <http://www.oecd.org/tax/treaties/1914467.pdf>

²¹² Atualizações operadas por Decl. retificação 16/2003, de 29/10; L 59/2007, de 4/9; L 25/2008, de 5/6; L 17/2011, de 3/5.

²¹³ Tal regime foi alvo das alterações operadas pela Decl. de Retificação 5/2002, de 6/2; L 19/2008, de 21/4; DL 317/2009, de 30/10; DL 242/2012, de 7/11 e L 60/2013, de 23/8.



a instrução e julgamento, naturalmente), “*um regime especial de recolha de prova, quebra do segredo profissional e perda de bens a favor do Estado*”²¹⁴.²¹⁵

Estão em causa crimes como o Tráfico de estupefacientes²¹⁶; Terrorismo e organização terrorista^{217 / 218}; Tráfico de armas²¹⁹; Tráfico de influência²²⁰; Corrupção activa e passiva²²¹; Peculato²²²; Participação económica em negócio²²³; Branqueamento de capitais^{224 / 225};

²¹⁴ Art. 1º L 5/2002, de 11/1

²¹⁵ L 52/2003, de 22/8. Alterações de Decl. retificação 16/2003, de 29/10; L59/2007, de 4/9; L25/2008, de 5/6; L 17/2011, de 3/5.

²¹⁶ DL 15/93, de 22/1 (com 22 actualizações) e aditamentos, nos termos dos seus artigos . 21.º a 23.º e 28.º.

²¹⁷ **Lei de combate ao terrorismo**, 52/2003, de 22/8. Foi em cumprimento da Decisão Quadro 2002/475/JAI, emanada do Conselho em 13 de Junho, relativa à luta contra o terrorismo, que se edificou uma estratégia legal de previsão e punição de actos terroristas e organizações de índole análoga. Procedeu-se à 14ª e 12ª alteração ao CP e ao CPP, respectivamente.

²¹⁸ L 52/2003, de 22/8. Alterações de Decl. retificação 16/2003, de 29/10; L59/2007, de 4/9; L25/2008, de 5/6; L 17/2011, de 3/5.

²¹⁹ L 5/2006, de 23/2 (...) L 17/2009, de L 17/2009, de 2/5.

²²⁰ p.p. pelo art. 335º do CP

²²¹ p.p. pelos arts. 372º a 374º do CP na redação dada pela L 32/2010, de 2/9.

²²² p.p. pelo art. 375 do CP.

²²³ p.p. pelo art. 377 do CP.

²²⁴ **Lei de combate ao branqueamento de capitais e de financiamento ao terrorismo**. L 25/2008, de 5/6.

²²⁵ Quadro normativo - Legislação comunitária:

Directiva 2005/60/CE, de 26 de Outubro - **Prevenção da utilização do sistema financeiro e de outras actividades e profissões especialmente designadas, para efeitos de branqueamento de capitais e de financiamento do terrorismo**. Disponível em <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2005:309:0015:0036:es:PDF>

Directiva 2006/70/CE, de 1 de Agosto - **Medidas de execução da Directiva 2005/60/CE**, de 26 de Outubro. Disponível em <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2006:214:0029:0034:PT:PDF>

Regulamento (CE) n.º 1781/2006, de 15 de Novembro - **Informações sobre o ordenante que acompanham as transferências de fundos**. Disponível em <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:32006R1781>

Regulamento (CE) n.º 2580/2001, de 27 de Dezembro - **Medidas restritivas específicas de combate ao terrorismo**. Disponível em <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2001:344:0070:0075:PT:PDF>

Legislação nacional:

Lei n.º 25/2008, de 5 de Junho - **Estabelece medidas de natureza preventiva e repressiva de combate ao branqueamento de vantagens de proveniência ilícita e ao financiamento do terrorismo** (transpõe para o ordenamento jurídico português as Diretivas n.ºs 2005/60/CE, de 26 de Outubro, e 2006/70/CE, de 1 de Agosto); Lei n.º 52/2003, de 22 de Agosto - **Aprova a Lei de Combate ao Terrorismo** em cumprimento da Decisão-Quadro nº 2002/475/JAI, do Conselho, de 13-6. Retificada pela Declaração de Retificação nº 16/2003, de 16-10, in DR, 1 Série A, nº 251, de 29-10-2003;

Lei n.º 11/2002, de 16 de Fevereiro - **Define o regime penal do incumprimento das sanções financeiras ou comerciais impostas por resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas ou regulamento da União Europeia, que determinem restrições ao estabelecimento ou à manutenção de relações financeiras ou comerciais com os Estados**, outras entidades ou indivíduos expressamente identificados no respetivo âmbito subjetivo de incidência; Lei n.º 5/2002, de 11 de Janeiro - **Estabelece medidas de combate à criminalidade organizada e económico-financeira**. Prevê um regime especial de recolha de prova, quebra do segredo profissional e perda de bens a favor do Estado relativamente a diversos tipos de crime, entre os quais o de branqueamento de capitais e o de contrafação de moeda e de títulos equiparados a moeda;

Decreto-Lei n.º 125/2008, de 21 de Julho - Estabelece as medidas nacionais necessárias à efetiva aplicação do Regulamento (CE) nº 1781/2006, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15-11-2006, relativo às informações sobre o ordenante que devem acompanhar as transferências de fundos;

Portaria n.º 41/2009, de 13 de Janeiro - Aprova a lista de países ou jurisdições a que se refere a alínea 8) do artº 2 da Lei nº 25/2008, de 5-6, isto é, os países considerados como tendo regimes equivalentes ao nacional no que diz respeito aos requisitos impostos em matéria de prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo e a respetiva supervisão. A presente portaria entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação;

Aviso n.º 11/2005, de 21 de Julho - Regula as **condições gerais de abertura de contas de depósito bancário**; Disponível em <http://www.bportugal.pt/sibap/application/app1/docs1/avisos/textos/11-2005a-c.pdf>

Instrução n.º 26/2005, de 16 de Agosto - Estabelece **mecanismos preventivos da utilização do sistema financeiro português para efeitos do branqueamento de capitais** (em conjunto com Carta Circular n.º 16/2009/DSB, de 29 de Janeiro). Disponível em <http://www.bportugal.pt/sibap/application/app1/docs1/historico/textos/26-2005i.pdf>



Associação criminosa²²⁶; Contrabando²²⁷; Tráfico e viciação de veículos furtados²²⁸; Lenocínio²²⁹ e lenocínio de menores²³⁰; Tráfico de pessoas²³¹ e Contrafação de moeda e de títulos equiparados a moeda²³².

Todos estes crimes estão sujeitos a normas excecionais no que ao SB diz respeito. Face a investigação de crimes desta índole «os bancos não poderão invocar o dever de sigilo bancário sempre que as autoridades encarregues da investigação de crimes desta espécie lhe solicitem informações. Dispensa-se aqui a autorização prévia do tribunal.»²³³

Fora deste quadro legal, a permissão da suspensão da obrigação de segredo, na fase de investigação criminal, embora fique «ao arbítrio da atividade judiciária a decisão sobre quando o segredo profissional dos órgãos e colaboradores das instituições de crédito e das sociedades financeiras deve ceder (...) [tem como requisito] a prévia autorização do juiz em despacho fundamentado».²³⁴

Falta, neste patamar, referir que quem detém legitimidade para promover o processo penal é o MP (art. 48º do CPP). A investigação, coadjuvada pelos OPC é, neste universo, conduzida pela PJ, ao abrigo das competências que lhe foram atribuídas pela L 42/2009, de 12/2.

Genericamente é concedida competência aos OPC, ao abrigo do estatuído pelo art. 55º/2 do CPP. O nº 2 de tal artigo atribui-lhes igualmente competência própria para esse fim.

Por fim, o JIC, interfere no processo investigatório e instrutório, dentro das suas competências.

É entendimento jurisprudencial, com assento no art. 135º/3 do CPP, que «os tribunais podem impor a certas pessoas a obrigação de testemunhar, com suspensão da obrigação de segredo

Instrução n.º 24/2002, de 16 de Setembro - Determina que as sucursais, em Portugal, das instituições de crédito e sociedades financeiras com sede em outro Estado-membro da UE, **procedam à elaboração de um relatório** sobre o sistema de prevenção de branqueamento de capitais.

²²⁶ p.p. pelo art. 299º do CP.

²²⁷ Regime Geral das Infrações Tributárias - Aprovado pela Lei 15/2001, de 5/6, e sucessivamente alterado pelos diplomas: Declaração de Retificação nº 15/2001, de 4/8; L 109-B/2001, de 27/12; DL 229/2002, de 31/10; L 55-B/2004, de 30/12; L 60-A/2005, de 30/12; L 53-A/2006, de 29/12; L 22-A/2007, de 29/6; L 67-A/2007, de 31/12; L 64-A/2008, de 31/12; DL 73/2010, de 21/6; L 55-A/2010, de 31/12; L 64-B/2011, de 30/12; L 20/2012, de 14/5; L 66-B/2012, de 31/12, DL 6/2013, de 17/1; L 93-C/2013, de 31/12; L 75-A/2014, de 30/9; L 32-B/2014, de 31/12; L 82-E/2014, de 31/12.

²²⁸ No âmbito da L 5/2002, combate à criminalidade organizada.

²²⁹ p.p. pelo art. 169 do CP.

²³⁰ p.p. pelo art. 169 do CP.

²³¹ Prevenção e luta contra o tráfico de seres humanos. L. 60/2013, de 23/8. Retificada pela declaração 39/2013, de 4/10.

²³² p.p. pelo art. 262 do CP.

²³³ **Relatório da Comissão para o Desenvolvimento da Reforma Fiscal**. p. 361.

²³⁴ Athayde, Augusto Albuquerque – Curso de Direito bancário. Vol. I, p. 513.



(...) a partir do princípio geral “da prevalência do interesse preponderante”». ²³⁵ Contudo, a exigência de uma decisão judicial fundamentada nesse sentido continua a prevalecer.

8. O SB no âmbito do direito (penal) fiscal

No sentido do exposto, de que os elementos da inspeção tributária disfrutam de “carta verde” para indagação de dados do contribuinte, torna-se pertinente aludir às consequências a que estão sujeitos. Em especial as previstas no RGIT.

Saldanha Sanches ²³⁶ fundamenta a suspensão da obrigação de segredo bancário ao abrigo do princípio da tributação do lucro real das empresas, invocando, constitucionalmente, o disposto no art. 107º/2 da CRP.

Entende Athayde que «não tem fundamento perante o direito português a tese da livre suspensão do segredo bancário por mero acto administrativo praticado pelas autoridades fiscais». ²³⁷

Menezes Cordeiro considera que os poderes do fisco «só podem ser exercidos contra a vontade do contribuinte quando ordenado pela autoridade judicial competente em pedido fundamentado pelo respetivo funcionário da fiscalização tributária». ²³⁸

Por sua vez, J. Castro Caldas entende que a administração fiscal não poderá agir à margem dos «princípios que valem no âmbito do processo penal e do processo civil». ²³⁹

O DL nº 363/78, de 28/11, que reestruturou a Direção-Geral das Contribuições e Impostos, estabelecia no seu art. 34º/3 a necessidade de a DGCI requerer ao tribunal competente, e em termos devidamente fundamentados, autorização para a recolha das informações que lhe tenham sido recusadas ao abrigo da obrigação de segredo bancário.

Na alteração da LGT operada pela publicação do DL 37/2010, de 2/9, foram cristalizadas novas regras no âmbito da derrogação do sigilo bancário, prevendo-se, em caso de dívidas à

²³⁵ Athayde, Augusto Albuquerque – Curso de Direito bancário. Vol. I, p. 513.

²³⁶ SANCHES, José Luís Saldanha – Segredo bancário e tributação do lucro real. **Cadernos de Ciência e Técnica Fiscal**. Lisboa: Ministério das Finanças, 1995, p. 25 ss..

²³⁷ Athayde, Augusto Albuquerque – Curso de Direito Bancário. Vol. I, p. 515.

²³⁸ Apud Athayde, Augusto Albuquerque – Curso de Direito Bancário. Vol. I, p. 515.

²³⁹ Ibidem.



Segurança Social, a possibilidade de a AT, sem necessidade de consentimento dos respetivos titulares, aceder a todas as informações ou documentos bancários dos mesmos.

a) A relação tributária no âmbito do RGIT

A realidade diz-nos que, perante o não cumprimento por parte do sujeito passivo da relação fiscal de uma obrigação a que esteja legalmente vinculado levará a AT a mover um processo de execução fiscal.²⁴⁰ Tal processo está necessariamente sujeito ao princípio da legalidade tributária.²⁴¹

Nestes termos, e desde logo, estará o sujeito passivo da relação tributária obrigado ao pagamento de juros moratórios²⁴², indemnizatórios²⁴³ e eventualmente compensatórios²⁴⁴, pela dilação no pagamento do tributo.

Para além disso, e noutra patamar, em que o sujeito passivo comete acto típico e ilícito de forma culposa, a sanção a aplicar poderá ser de outra índole, contra-ordenacional ou penal.

Assim, sendo detetadas pela AT condutas qualificáveis como ilícitas, poderá a mesma aplicar vários tipos de sanção de natureza: preventiva,²⁴⁵ reconstitutiva,²⁴⁶ compulsória,²⁴⁷ compensatória,²⁴⁸ indemnizatória²⁴⁹ e punitiva (coimas, multa e pena de prisão).

Atende-se à gravidade da conduta, no plano objetivo e subjetivo, qualificando-a ou não como infrações fiscais administrativas ou como crimes fiscais.

No plano subjetivo terá de existir a prática de factos ilícitos e culposos por parte do sujeito passivo da relação tributária.

Será pertinente evocar que aos contribuintes é concedido o planeamento da sua relação com a AT, estando nesse domínio este a agir licitamente, tendo que só almeja a aplicação de um

²⁴⁰ Previsto nos arts. 148º e ss. do CPPT.

²⁴¹ Cf. art. 8º/2, al. e) da LGT.

²⁴² Cf. art. 44º da LGT.

²⁴³ Cf. art. 43º da LGT.

²⁴⁴ Cf. art. 35º da LGT.

²⁴⁵ Quando comina a falha de uma prestação na obrigação de pagamento das restantes.

²⁴⁶ Quando procede à execução fiscal.

²⁴⁷ Juros fiscais de mora.

²⁴⁸ Juros fiscais compensatórios.

²⁴⁹ Juros fiscais indemnizatórios.



regime fiscal que lhe é mais favorável. Tal prerrogativa decorre do princípio da legalidade tributária e da tipicidade taxativa, não se permitindo a aplicação analógica nas leis fiscais.

No plano da evasão fiscal esta «pode ser lícita ou ilícita», atendendo à forma mais ou menos ética com que se efetua o dito planeamento fiscal. Mas, a mais das vezes, esse planeamento é feito recorrendo a expedientes, não *contra legem*, mas *extra legem*, consubstanciando-se como verdadeiros actos ou negócios antijurídicos, que ainda assim são lícitos.

É o que sucede, por exemplo, na celebração de alguns negócios verdadeiros e realmente queridos pelas partes (não simulados), mas que se destinam, *prima facie*, a evitar a tributação ou, ao menos, a diminuir o montante de imposto a pagar, acabando por constituir um verdadeiro abuso de direito.

b) O direito penal fiscal

Para Casalta Nabais o direito penal fiscal é um «capítulo do direito penal que define os tipos de infração a normas tributárias, que impõem e proíbem comportamentos relativos a impostos, taxas e demais tributos»,²⁵⁰ e onde se prevêm igualmente as respetivas sanções.

Assim, tendo uma previsão sancionatória, esta poderá passar pelo direito penal fiscal (em sentido estrito ou técnico) ou por um direito contraordenacional fiscal.

Desta feita deparamo-nos com uma conceção dualista sancionatória: o direito penal fiscal e o direito fiscal contraordenacional.

O direito penal fiscal aplicar-se-á às infrações fiscais tipificadas como crimes tributários. Nestas circunstâncias teremos a aplicação de potenciais sanções como a pena de multa ou de prisão e o levantamento de autos contraordenacionais a que se ligam as coimas.

As penas de prisão aplicar-se-ão, como é óbvio, às pessoas singulares, sendo que a qualquer dos tipos de sanções referidas poderão ser cumuladas sanções acessórias.

Havendo incumprimento do pagamento da pena de multa haverá lugar ao cumprimento da pena de prisão efetiva. Por sua vez, sendo o incumprimento relativo ao valor da coima abrir-

²⁵⁰ Nabais, José Casalta – Direito fiscal, p. 454.



se-á um processo de execução fiscal, regulado subsidiariamente pelo arts. 148º a 278º do CPPT²⁵¹

Integrando o direito penal fiscal um ramo de direito penal secundário haverá «a seu modo»²⁵² uma ligação ao «direito penal clássico ou de justiça»,²⁵³ havendo, contudo, especificidades próprias.

Por outro lado, o direito fiscal contraordenacional apresenta-se como «um setor especializado do direito contraordenacional».²⁵⁴

Conclui Casalta Nabais que, em sentido estrito, o direito penal fiscal é um setor do direito penal secundário, sendo o direito contraordenacional fiscal um «direito penal administrativo».²⁵⁵

Será relevante elucidar que a prestação fiscal, e legais acréscimos, está acima da sanção, tendo que ser cumprida paralela e cumulativamente à mesma.

Temos assim duas responsabilidades distintas: a responsabilidade pela regularização do imposto e a responsabilidade pelo cumprimento da sanção, criminal ou contraordenacional.

c) Questões de direito penal, comum e fiscal

O direito fiscal pune as infrações tributárias recorrendo-se de normas do direito penal fiscal sancionatório e contra-ordenacional fiscal. Este modelo sancionatório dualista verifica-se igualmente no direito penal comum.

A natureza da infração fiscal foi ao longo dos tempos discutida, sendo fundamental apurar se as transgressões fiscais tinham natureza criminal ou administrativa.

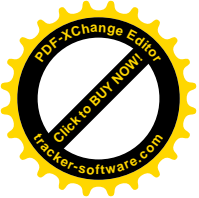
²⁵¹ Aprovado pelo DL 433/99, de 26/10 e posteriormente alterado pela L 3-B/2000, de 4/4; L 30-G/2000, de 29/12; L 15/2001, de 5/6; L 109-B/2001, de 27/12; L 32-B/2002, de 30/12; DL 38/2003, de 8/3; DL 160/2003, de 19/7; L 55-B/2004, de 30/12; L 60-A/2005, de 30/12; DL 76-A/2006, de 29/3; DL 238/2006, de 20/12; L 53-A/2006, de 29/12; L 67-A/2007, de 31/12; DL 34/2008, de 26/2; L 40/2008, de 11/8; L 64-A/2008, de 31/12; L 3-B/2010, de 28/4; L 55-A/2010, de 31/12; L 64-B/2011, de 30/12; L 66-B/2012, de 31/12 e DL 6/2013, de 17/1.

²⁵² Nabais, José Casalta – Direito fiscal, p. 455.

²⁵³ Ibidem.

²⁵⁴ Ibidem.

²⁵⁵ Ibidem.



No entendimento de Celeste Cardona,²⁵⁶ já em 1936 havia sido instituída a pena privativa de liberdade tendo como pressuposto a violação de determinados deveres tributários, tais como «a duplicação, viciação ou falsificação da escrita»²⁵⁷.

Contudo, só em 1976, na sequência da publicação do DL 619/76, de 27/7, se criminalizaram as infrações fiscais consideradas mais graves, qualificadas como crimes comuns, de acordo com o CP de 1886.

Tal diploma legal²⁵⁸ foi alvo de declaração de inconstitucionalidade «orgânica e material».²⁵⁹

No Orçamento de Estado 1984, no seu art. 43º, concedeu-se autorização legislativa ao Governo para “rever as disposições legais relativas às infrações tributárias e à sua punição e a definir tipos legais de crimes fiscais, respetivas penas, órgãos correspondentes para o seu julgamento e normas processuais aplicáveis”. A pena de prisão deixou de ser aplicada aos crimes fiscais²⁶⁰.

Só ao abrigo da autorização legislativa emanada da Lei 89/89, de 11/9, se deu um passo substancial na concretização do regime legal fiscal, concretizado com a publicação do DL 20-A/90, de 15/11. Este diploma legal veio «revolucionar a criminalização das infrações fiscais».²⁶¹

Posteriormente, em 1993, ao abrigo do DL 394/93, de 24/11, foram reformulados aspetos fundamentais, destacando-se a «alteração relativamente à punição de multa convertível em prisão» para uma sanção direta privativa de liberdade.²⁶²

²⁵⁶ Celeste Cardona – Problemas fundamentais do Direito Tributário. 1999, p. 390, apud Gonçalves, Laureano – Direito Penal Fiscal-Evasão e fraude fiscais, p. 19.

²⁵⁷ Tal instituição derivou do teor do Decreto nº 27153, de 31out936 e Decreto nº 28221, de 24nov937.

²⁵⁸ DL 619/76, de 27/7.

²⁵⁹ Gonçalves, Laureano – Direito Penal Fiscal-Evasão e fraude fiscais, p. 20.

²⁶⁰ Lacerda, Hugo – O crime de fraude fiscal – Estudo e reflexão, p. 24.

²⁶¹ Gonçalves, Laureano – Direito Penal Fiscal-Evasão e fraude fiscais, p. 20.

²⁶² Explicita o preâmbulo do DL 394/93, que “As alterações ora introduzidas utilizam a experiência proporcionada pelo atual sistema, tendo em conta, no entanto, novos contornos da fraude e evasão fiscais, que obrigam a uma intervenção legislativa com outras repercussões práticas.

Nos tempos que correm, fatores vários, como as novas tecnologias, a complexificação do sistema fiscal e a internacionalização da economia, têm contribuído para o progresso da evasão ilegítima e fraude fiscal, cujas proporções revelam uma danosidade muitas vezes superior à dos crimes comuns.

O fenómeno constitui inaceitável violação dos princípios da igualdade e proporcionalidade contributivas, pelo que, não sendo combatido de forma eficaz, criará nos contribuintes uma sensação de impunidade que um Estado de direito não pode permitir.

Esta necessidade de consciencialização do cidadão é reforçada pela certeza de que o imposto justo é condição essencial para a prossecução dos objetivos da comunidade em que se insere.

Daí que agora o RJIFNA venha prever a pena de prisão a título principal até cinco anos. De qualquer modo, o juiz pode em regra aplicar a multa desde que esta seja suficiente para satisfação do interesse de recuperação do delinquente e das exigências de prevenção e repressão do crime.



Com a publicação da LGT (DL 398/98, de 17/12), iniciou-se a unificação dos dois regimes constantes do RJFA e do RJFNA. Tal diploma legal, no seu artigo V, reuniu normas comuns às infrações aduaneiras e não aduaneiras.

Em 2001 foi publicada a Lei 15/2001 (RGIT),²⁶³ visando fundamentalmente o estabelecimento de um novo regime geral para as infrações tributárias, condensando os dois regimes até então em vigor.²⁶⁴ Consagrou-se um regime aplicável à generalidade das infrações tributárias, de acordo com o disposto no seu art. 1º - “Âmbito de aplicação”. Cristalizou Ana Barata Brito, no acórdão da relação de Évora que «A opção do legislador português foi a de criação de um regime penal fiscal extravagante, autónomo, completo e fechado, que centraliza e trata determinados ilícitos, *excluindo* a aplicação do direito penal de justiça quando estão em causa exclusivamente interesses do Estado. E se este regime penal *especial* não pune determinada conduta, é ilegal e inconstitucional a procura de norma incriminadora no Código Penal, que aparentemente o prossiga.»²⁶⁵

Contudo, o RGIT não incorpora toda a legislação relativa às infrações a que se aplica.

d) Em que se funda a criminalização das infrações tributárias

O problema da evasão fiscal exponencia-se, atingindo valores atrozes, colocando em crise toda a estrutura do Estado com valores ético-sociais, em que se preconiza a defesa da justiça social e da justiça retributiva.²⁶⁶

A visão de “esperteza” do cidadão neste comportamento terá de ser ultrapassada, essencialmente no Estado social que se almeja. Contudo tal realidade não se adquire. A

Deixa assim de vigorar o sistema da mera multa criminal de acordo com o sentido ético que cada vez mais impregna o ordenamento jurídico-tributário.

Característica do novo sistema é a abolição da conversão imediata de multa em prisão em caso de falta de pagamento.”

²⁶³ Aprovado pela Lei 15/2001, de 5/6, e sucessivamente alterado pelos diplomas: Declaração de Retificação nº 15/2001, de 4/8; L 109-B/2001, de 27/12; DL 229/2002, de 31/10; L 55-B/2004, de 30/12; L 60-A/2005, de 30/12; L 53-A/2006, de 29/12; L 22-A/2007, de 29/6; L 67-A/2007, de 31/12; L 64-A/2008, de 31/12; DL 73/2010, de 21/6; L 55-A/2010, de 31/12; L 64-B/2011, de 30/12; L 20/2012, de 14/5; L 66-B/2012, de 31/12 e DL 6/2013, de 17/1.

²⁶⁴ O RJFA e o RJFNA.

²⁶⁵ Ac TRE de 8jan2013, Processo 4/10.5IDFAR.E, relator Ana Barata Brito, in <http://www.dgsi.pt/JTRE.NSF/134973db04f39bf2802579bf005f080b/0fbca478f4fa741980257aed0050062e?OpenDocument>

²⁶⁶ Cf. art. 103º/1 da CRP in fine.



realidade é que só a partir da realização tributária pode o Estado, ainda que de forma exageradamente programática, fomentar e realizar a justiça social.

A edificação de um eficaz Estado social deverá passar, sobretudo, por uma ideia de cidadania fiscal e não fundamentalmente por uma ideia de Estado fiscal.

Defende Casalta Nabais que o fundamento ético da tipificação do ilícito tributário «deverá ser procurada sobretudo neste dever de cidadania (...) fiscal.»²⁶⁷

e) A estrutura do RGIT

O RGIT divide-se em 3 partes:

I – Princípios gerais relativos a crimes e contraordenações tributárias

II – Relativa à parte processual a percorrer nos crimes e contraordenações tributárias

III – onde se prevê a punição das infrações tributárias em especial (contraordenações e crimes tributários).

Quanto aos crimes tributários, previstos na parte III, o RGIT elenca e tipifica, em 4 capítulos, os mesmos:

- crimes tributários comuns²⁶⁸ (burla tributária; frustração de créditos; associação criminosa; desobediência qualificada; violação de segredo;
- crimes aduaneiros²⁶⁹ (contrabando; contrabando de circulação; contrabando de mercadorias; fraude no transporte de mercadorias; introdução fraudulenta no consumo; recetação de mercadorias objeto de crime aduaneiro; etc.);
- crimes fiscais²⁷⁰ (fraude; fraude qualificada; abuso de confiança);

²⁶⁷ Nabais, José Casalta – Direito fiscal, p. 462.

²⁶⁸ Cf. arts. 87º a 91º do RGIT.

²⁶⁹ Cf. arts. 92º a 102º do RGIT.

²⁷⁰ Cf. arts. 103º a 105º do RGIT.



- crimes contra a segurança social²⁷¹ (fraude contra a S.S.; abuso de confiança contra a S.S.).

f) Âmbito de aplicação do RGIT

São de aplicação subsidiária do RGIT:

- “a) Quanto aos crimes e seu processamento, as disposições do Código Penal, do Código de Processo Penal e respetiva legislação complementar;
- b) Quanto às contraordenações e respetivo processamento, o regime geral do ilícito de mera ordenação social;
- c) Quanto à responsabilidade civil, as disposições do Código Civil e legislação complementar;
- d) Quanto à execução das coimas, as disposições do Código de Procedimento e de Processo Tributário.”²⁷²

Temos que as normas do CP aplicáveis subsidiariamente «são todas as da parte geral que não forem contrárias»²⁷³ ao RGIT. Aos processos crime aplicar-se-ão as regras do CPP, «diretamente ou por analogia».²⁷⁴

No plano contraordenacional aplicar-se-á o RGCO (cf. art. 3º, al. b)) «devidamente adaptadas».²⁷⁵

Na execução de coimas, determina o CPPT, que «deverá aplicar-se, nos casos omissos neste, o CPC (art. 2º, al. e))».²⁷⁶

As sanções previstas no RGIT, criminais e contraordenacionais, terão necessariamente a mesma exigência de precedência da existência de um “facto típico, ilícito e culposo

²⁷¹ Cf. arts. 106º a 107º do RGIT.

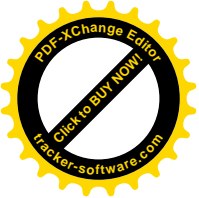
²⁷² Art. 3º RGIT.

²⁷³ Sousa, Jorge Lopes e Santos, Manuel Simas – RGIT anotado. p.59.

²⁷⁴ Ibidem.

²⁷⁵ Ibidem.

²⁷⁶ Ibidem.



declarado punível por lei tributária anterior.”²⁷⁷ Só tal concretização consubstanciará a infração fiscal, criminal ou não.

A aplicação de sanções acessórias aos crimes contraordenacionais poderá coexistir com a sanção a título de crime, estabelecendo-se uma regra de concurso no art. 2º/3 do RGIT.

O espírito da lei está alicerçado no princípio da legalidade (cf. art. 2º/1 RGIT e 1º/1 CP).

Quanto ao tipo subjetivo, nomeadamente quanto à culpa, esta poderá ser dolosa²⁷⁸ ou negligente,²⁷⁹ sendo unicamente punida nos casos expressamente previstos na lei.²⁸⁰

g) A dificuldade de qualificação da ação

Questão relevante é a da interligação entre o direito penal comum e o direito penal fiscal, sendo que além da potencial criminalização pelo e no campo do direito penal comum, não impede ou obsta à aplicação posterior de sanções ao abrigo de legislação de direito penal fiscal.

Contudo, sendo o facto o mesmo e lesando apenas os interesses do Estado, haverá concurso aparente de infrações, subsistindo a sanção fiscal, ao abrigo do princípio da legalidade e da consunção (lei especial derroga lei geral). O STJ, em 7mai2003, fixou jurisprudência²⁸¹ no sentido de que «não se verifica concurso real entre o crime de fraude fiscal (...), previsto e punido pelo artigo 23.º daquele RJFNA e os crimes de falsificação e de burla, previstos no Código Penal, sempre que estejam em causa apenas interesses fiscais do Estado, mas somente concurso aparente de normas, com prevalência das que preveem o crime de natureza fiscal».

Ficará, neste sentido, afastada a punição de crime de burla, nos termos do CP, o ilícito fiscal que apenas atinja o património do Estado.

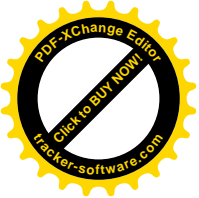
²⁷⁷ Art. 2º/1 RGIT.

²⁷⁸ Cf. art. 14º CP.

²⁷⁹ Cf. art. 15º CP.

²⁸⁰ Cf. art. 13º CP e 8º/1 RGCO.

²⁸¹ Ac STJ de 7mai2003, Processo 99P735, relator Lourenço Martins, in <http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/e03a28fca86bf13d80256d4f0040576a?OpenDocument>



Claro está que se a lesão afetar terceiros externos à relação fiscal com a Fazenda Pública, à potencial sanção criminal fiscal poderá advir uma responsabilização penal comum.

Clarifica Francisco Antunes que «as normas de infração tributária são normas jurídicas de natureza sancionatória, por isso são de lhes aplicar os princípios de Direito Penal. Elas fazem parte do direito penal económico e diferem naturalmente das normas de contencioso, que disciplinam os processos de impugnação judicial e de execução fiscal e que se encontram vertidos no Código de Procedimento e de Processo Tributário.»²⁸²

h) O bem jurídico tutelado

Salienta Henriques Gaspar que «com relevo ético-social crescente, os bens jurídicos tutelados pelo direito penal secundário encontram-se hoje num mesmo estado de paridade de relevância ética que o direito penal clássico, sendo expressão de tal paridade a identidade do nível de exigência no respetivo tratamento dogmático e a gravidade das reações penais previstas no direito penal secundário e no direito penal clássico».²⁸³

Assim, alicerçada numa ideia de «cidadania fiscal e de dever-direito que a suporta»²⁸⁴ e num paradigma de eticização do direito tributário, almeja-se o valor da «verdade e da lealdade fiscal».²⁸⁵ Bom, na verdade visar-se-á, num Estado fiscal,²⁸⁶ a proteção do seu património fiscal concomitantemente com os poderes/deveres oriundos da lealdade fiscal.

A questão da criminalização ou não das infrações fiscais e, nessa sequência a previsão legal para tais infrações de penas privativas da liberdade, é um ponto de potencial debate.

²⁸² Antunes, Francisco Vaz – A evasão fiscal e o crime de fraude fiscal no sistema legal português, p. 56.

²⁸³ Ac STJ de 12out2006, Proc. 06P256, in <http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/34c793ccff3150f1802573b7003b5752?OpenDocument>

²⁸⁴ Nabais, José Casalta – Direito fiscal, p. 464.

²⁸⁵ Idem, p. 465.

²⁸⁶ Por oposição a Estado patrimonial, em que a receita tributária é inexistente, fruto da sua capacidade de gerar riqueza, controlando, muitas vezes, setores de atividade económica.



Decorre da lei atual uma confirmação de tal previsão, distinguindo-se as contraordenações (que cedo adquiriram especificidades particulares) perante os crimes²⁸⁷. Bom, mas qual o critério de distinção entre o ilícito criminal e o ilícito contraordenacional?

Desde logo, recorrendo ao critério quantitativo, temos a equiparação do ilícito administrativo a “bagatelas penais”, sendo um *minus* e até um *aliud* perante o ilícito dito criminal.

Neste enquadramento, a teleologia subjacente aos fins do Estado dirimia e enquadraria cada facto como ilícito criminal ou contraordenacional, cumprindo os pressupostos para configurar o conceito de uma das espécies de infração tributária.

No quadro sancionatório o regime contraordenacional envereda pela coima, de natureza pecuniária, enquanto que o regime criminal se rege pela multa e, potencialmente, pela pena privativa de liberdade.

As coimas, na generalidade, são aplicadas pelas autoridades administrativas, com recurso para os TAF; as sanções fiscais de multa ou privativas de liberdade são aplicadas pelos tribunais judiciais.

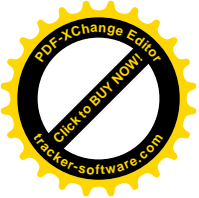
No prisma qualitativo, as condutas da mera ordenação social não comportam teor com dignidade penal. As condutas tipificadas como criminais são sancionadas com multa ou medida privativa de liberdade. Refere Laureano Gonçalves que o RGIT sanciona «comportamentos ético-sociais»²⁸⁸.

i) O crime de fraude fiscal

Qual o bem jurídico tutelado na previsão legal para o crime de fraude fiscal? Serão os deveres de verdade e transparência nas relações jurídico-fiscais ou a tutela dos bens tributários patrimoniais do Estado?

²⁸⁷ O n/ CP consagra-os logo no seu art. 3º

²⁸⁸ Gonçalves, Laureano – Direito Penal Fiscal-Evasão e fraude fiscais, p. 29.



Quanto à natureza do crime de fraude, será um crime de resultado cortado ou de tendência transcendente; será um crime de perigo²⁸⁹ ou de dano ou será um crime de aptidão, como defende Susana Aires Sousa?²⁹⁰

No aresto do TRC de 12set2012 concretiza-se que «o crime de fraude fiscal é um crime comum, na medida em que pode ser praticado por qualquer pessoa e é um crime de perigo em que o bem jurídico protegido é a ofensa à Conta do Estado na rubrica que inclui as receitas fiscais destinadas à realização de fins públicos de natureza financeira, económica ou social.»²⁹¹ Igual entendimento foi expresso no Acórdão do TRG de 3jul2012²⁹². Tal aresto conclui que «no crime de fraude fiscal tutela-se diretamente os valores da verdade e da transparência para com o Estado Fisco e reflexamente o património fiscal do Estado, tendo em vista a obtenção das receitas fiscais. Tanto no seu tipo base, como no qualificado, é um crime de perigo, pois embora as condutas devam ser suscetíveis de causar diminuição das receitas tributárias não importa que essa diminuição se verifique para a consumação do crime.»

Rui Gonçalves escreveu que, quanto às ações todas «relevam de um mesmo significado material-típico: todas configuram atentados aos valores da verdade e da transparência. Todas representam a violação dos deveres de colaboração com a Administração, assegurando-lhe o cabal e ajustado conhecimento dos factos fiscalmente relevantes, preordenados a assegurar a realização do património necessário ao exercício das funções estaduais»²⁹³ e que «o crime de *fraude fiscal* pode ser construído ou como um crime de dano contra o património, e logo como uma infração cuja consumação requer a efetiva produção de um prejuízo patrimonial,

²⁸⁹ “I - O STJ tem-se pronunciado sobre a natureza do crime de fraude fiscal do art.º 23.º do RJIFNA, dizendo que se trata de um crime de perigo, pois que não se exige a obtenção da vantagem patrimonial em prejuízo do Fisco e apenas a conduta tipificada que vise essa vantagem; e menciona-se ainda “a vantagem patrimonial pretendida” e não a obtida.

II - E tem afirmado que se consuma quando o agente, com a intenção de lesar, patrimonialmente, o Fisco, atenta contra a verdade e transparência exigidos na relação Fisco-contribuinte, através de qualquer das modalidades de falsificação previstas no n.º 1 do referido art.º 23.º, ainda que nenhum dano/enriquecimento indevido venha a ter lugar.

III - Atualmente o crime de fraude fiscal está previsto pelas disposições conjugadas dos art.ºs 103.º, n.º 1, als. a), b) e c) e 104.º, n.º 1, al. a), d), e) f) e n.º 2 da Lei 15/2001, de 05/06, mas que nada mudam neste domínio, mantendo-se como crime de perigo, que se consuma independentemente do dano.”

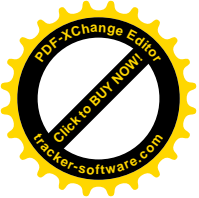
Ac. STJ de 27nov2007, Proc. 07P3324, relator Santos Carvalho, in <http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/706686ea9bf2f9c4802573a2003a4b09?OpenDocument>.

²⁹⁰ Gonçalves, Laureano – Direito Penal Fiscal-Evasão e fraude fiscais, p. 48.

²⁹¹ Ac. TRC de 12set2012, Proc. 379/07.3TAILH.C1, relator Jorge Dias. In <http://www.dgsi.pt/jtrc.nsf/c3fb530030ea1c61802568d9005cd5bb/346c6e51cdd34caa80257a87003846d3?OpenDocument>

²⁹² Disponível em http://bdjur.almedina.net/juris.php?field=node_id&value=1791574

²⁹³ Acórdão STJ, de 18jul2013, Proc. 1/05.2JFLSB.L1-3, relator Rui Gonçalves. In <http://www.dgsi.pt/jtrl.nsf/33182fc732316039802565fa00497eec/801de67a3093577580257be9003309a3?OpenDocument>



ou como uma infração que se esgota na violação dos deveres de informação e de verdade que impendem sobre o sujeito passivo da obrigação tributária. Mas os legisladores propendem, não raro, a adotar soluções compromissórias, ensaiando conjugar a proteção das duas ordens de valores: de um lado, o *património*, do outro a *verdade/transparência*. Foi essa a solução do legislador português, que preferiu delinear a factualidade típica da infração seguindo as linhas deste compromissório modelo.»²⁹⁴

Bom, são tipificados como crime fiscal a fraude, a fraude qualificada e o abuso de confiança fiscal.²⁹⁵

Assim, quanto ao crime de fraude fiscal, terão que existir condutas ilegítimas²⁹⁶ que almejem furtar-se ao pagamento da prestação tributária ou que sejam suscetíveis de provocarem diminuição de receitas tributárias.

Quanto à prestação tributária a ação terá que visar a sua não liquidação, total ou parcial, bem como o seu recebimento indevido.

Quanto à obtenção indevida suscetível de provocar diminuição das receitas tributárias teremos recebimento indevido e ilegal de benefícios fiscais, de reembolsos ou oriundos de outras vantagens patrimoniais.

As infrações inferiores a 15.000€ não serão punidas com qualificação de crime, podendo, no entanto, ser punidas por ilícito de mera ordenação social, nos termos dos arts. 113º e ss. do RGIT.

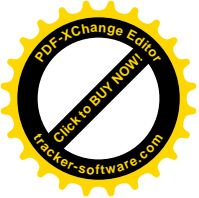
O valor referido estende-se às infrações tipificadas como fraude fiscal qualificada, seguindo o entendimento do aresto do TRE de 18jan2013, em que se decidiu que «O valor de 15.000 previsto no art. 103º nº 2 do RGIT integra o tipo de ilícito e estende-se ao tipo qualificado

²⁹⁴Acórdão STJ, de 18jul2013, Proc. 1/05.2JFLSB.L1-3 relator Rui Gonçalves. In <http://www.dgsi.pt/jtrl.nsf/33182fc732316039802565fa00497eec/801de67a3093577580257be9003309a3?OpenDocument>

²⁹⁵ Cf. arts. 103º, 104º e 105º do RGIT.

²⁹⁶ “As condutas tipificadas no art. 103.º do R.G.I.T. podem assim revestir a forma de ação ou de omissão. A realização da conduta de modo ativo corresponde à alteração de factos ou valores que devam constar da escrita contabilística ou de declarações apresentadas à administração tributária ou ainda através da celebração de contrato simulado. A fraude por omissão tem lugar quando o agente oculta factos ou valores que devam constar da contabilidade ou de declarações tributárias, [alínea a)]; ou ainda quando o agente não declara factos ou valores com relevância tributária [alínea b)].”

Acórdão STJ, de 18jul2013, Proc. 1/05.2JFLSB.L1-3 relator Rui Gonçalves. In <http://www.dgsi.pt/jtrl.nsf/33182fc732316039802565fa00497eec/801de67a3093577580257be9003309a3?OpenDocument>



do art. 104º do RGIT, que não prevê um tipo autónomo mas um conjunto de circunstâncias qualificadoras do ilícito base. Os factos que consubstanciem vantagem ilegítima inferior a €15.000 não realizam, materialmente, nem o crime de fraude fiscal, simples ou agravado, nem a falsificação ou a burla do Código Penal.»²⁹⁷

A moldura penal é de 3 anos²⁹⁸ ou multa até 360 dias²⁹⁹, para pessoas singulares e de 20 a 520 dias para pessoas coletivas ou equiparadas.

Cumulativamente com a sanção aplicada à pessoa coletiva poderão os agentes individuais ser igualmente punidos. Nesta situação o quantum da multa deverá ser encontrado nos limites aplicáveis às pessoas singulares.

j) O crime de fraude fiscal qualificada

A qualificação de fraude passa a ser qualificada quando os factos constantes do art. 103º sejam cometidos, duas ou mais vezes, nas circunstâncias previstas no art. 104º do RGIT.

A pena aplicável, fruto da introdução operada, uma vez mais, por um diploma legal que aprovou o OE, neste caso para o ano de 2012³⁰⁰, nas situações de vantagem patrimonial superior a 200.000€, passou a ser a “de prisão, de 2 a 8 anos para as pessoas singulares e a de multa de 480 a 1920 dias para as pessoas coletivas”. Estatuiu-se igualmente que a pena será de prisão sempre que a vantagem patrimonial seja superior a 50.000€ (mantendo-se esta pena de 5 anos para os casos de fraude mediante a utilização de faturas ou documentos equivalentes por operações inexistentes ou por valores diferentes ou ainda com a intervenção de pessoas ou entidades diversas das da operação em causa).

Quanto à tentativa, esta só será punida quando o crime de fraude se enquadrar nas situações previstas no art. 104º, i.e., quando de fraude qualificada se tratar. Decorre tal ilação do facto de a mesma não estar expressamente prevista conjugado com o facto de a pena máxima aplicável ao crime de fraude fiscal não ultrapassar os 3 anos de privação de liberdade.³⁰¹

²⁹⁷Ac TRE de 8jan2013, Processo 4/10.5IDFAR.E, relator Ana Barata Brito, publicado em <http://www.dgsi.pt/JTRE.NSF/134973db04f39bf2802579bf005f080b/0fbca478f4fa741980257aed0050062e?OpenDocument>

²⁹⁸ Pena de prisão mínima é de 1 mês, de acordo com o disposto no art. 41º/1 do CP.

²⁹⁹ Com um mínimo de 10 dias, de acordo com o disposto no art. 12º/1 do RGIT.

³⁰⁰ DL 64-B/2011, de 30/12.

³⁰¹ Com assento legal no art. 23º/1 do CP.



k) O crime de abuso de confiança fiscal

«O crime de abuso de confiança fiscal é (...) um crime de omissão pura (...) que se consuma na data em que terminar o prazo para o cumprimento dos respetivos deveres tributários»³⁰², sendo que “as infrações tributárias omissivas consideram-se praticadas na data em que termine o prazo para o cumprimento dos respetivos deveres tributários”.

Incorrerá potencialmente no cometimento do crime de abuso de confiança fiscal quem não entregar à AT, total ou parcialmente, prestação tributária deduzida nos termos da lei e que estava legalmente a entregar, bem como prestação parafiscal que possa ser entregue autonomamente.

Nestes termos, constata-se o cometimento do crime de abuso de confiança fiscal nas situações em que o cidadão incumprir com a prestação a que está legalmente obrigado a entregar à administração tributária. Tal falta de prestação poderá corresponder à totalidade ou a uma parte da prestação, sendo que o valor deverá ser superior a 7.500€.³⁰³

Temos que, «os valores relevantes para a punição da conduta omissiva prevista nos n.ºs 1 e 2 do artigo 105.º do RGIT não são os valores globais, totais, mas sim, nos termos do n.º 7 daquele preceito, os montantes relativos a cada declaração periódica».

Assim, quem entregar declaração à autoridade tributária mas não entregar a prestação devida, decorridos mais de 90 dias sobre o termo do prazo legal de entrega da mesma, cometerá o crime de abuso de confiança fiscal tendo passado 30 dias após notificação para o efeito, nos termos do art. 105º do RGIT³⁰⁴. Decorre do teor de tal preceito que poderemos elencar duas situações distintas entre si: aquela em que o sujeito passivo não declara e, consequentemente, não entrega a prestação tributária devida e uma outra em que declara mas não regulariza a prestação a que está legalmente obrigado. Na situação em que foi cumprido o dever de cooperação com a AT, i.e., o dever de declarar, poderá ser excluída a responsabilidade penal se, até 30 dias após notificação para o efeito, regularizar a prestação em aberto, acrescida “dos juros respetivos e do valor da coima”. No caso de violação de

³⁰²Ac do TRG de 22abr2013, Processo nº 520/11.1IDBRG.G1, relator Cruz Bucho, in <http://www.gde.mj.pt/jtrg.nsf/86c25a698e4e7cb7802579ec004d3832/e55fbb8f2835462080257b6500518f6f?OpenDocument>

³⁰³ Cf. art. 105º/1 do RGIT.

³⁰⁴ Com a redação que lhe foi dada pela L 53-A/2006, de 29/12 e L 64-A/2008, de 31/12.



todas as suas obrigações tributárias (de declaração e de regularização) teremos uma responsabilização penal abstratamente concretizada ou eminente.

Relativamente a este ponto, fixou o STJ jurisprudência, através do Acórdão n.º 6/2008³⁰⁵, de 9 de abril, nos seguintes termos: «A exigência prevista na alínea b) do n.º 4 do artigo 105.º do RGIT, na redação introduzida pela Lei n.º 53 -A/2006, configura uma nova condição objetiva de punibilidade que, por aplicação do artigo 2.º, n.º 4, do Código Penal, é aplicável aos factos ocorridos antes da sua entrada em vigor. Em consequência, e tendo sido cumprida a respetiva obrigação de declaração, deve o agente ser notificado nos termos e para os efeitos do referido normativo [alínea b) do n.º 4 do artigo 105.º do RGIT].»

Assim, sempre que o sujeito passivo cumpra a obrigação de declaração perante a AT, terá de ser notificado pela mesma para, no prazo de 30 dias regularizar a situação. Só após tal incorrerá no cometimento do crime de abuso de confiança fiscal.

Trata-se assim de uma condição objetiva de punibilidade³⁰⁶ e não um elemento do tipo de ilícito. Entendimento diverso foi expresso por Pedro Lomba e Joaquim Shearman de Macedo, no sentido de que «a alteração subjacente ao n.º 4 do RGIT se refere aos pressupostos de criminalização do facto e não às suas condições de punibilidade.»³⁰⁷

No acórdão do TC n.º 56/2008,³⁰⁸ colocou-se a questão se «face à redação do artigo 105.º, n.º 4, do RGIT, introduzida pela Lei n.º 53-A/2006, e do artigo 311.º, do Código de Processo Penal (...) pode o tribunal de julgamento determinar a notificação aí prevista». O entendimento foi o de que não existia qualquer inconstitucionalidade por supostamente atentar contra o princípio da separação de poderes, pois «ao determinar a notificação em apreço o juiz de julgamento, movendo-se ainda no âmbito dos poderes que lhe assistem no âmbito das respetivas funções, não se encontra sujeito à ingerência ou influência de qualquer outro poder do Estado, nomeadamente do executivo. Age, ainda, no exercício da função jurisdicional com a autonomia e independência que se impõem.»

Estamos neste tipo de crime perante uma retenção indevida de valores que deveriam ter sido entregues ao Estado, *rectius*, à AT.

³⁰⁵ Publicado no DR, Iª série, n.º 94, em 15mai2008.

³⁰⁶ Nesse sentido Sousa, Jorge Lopes e Santos, Manuel Simas – RGIT anotado, p. 717

³⁰⁷ Lomba, Pedro e Macedo, Joaquim Shearman - O crime de abuso de confiança fiscal no novo Regime Geral das Infracções Tributárias. In http://www.oa.pt/Conteudos/Artigos/detalhe_artigo.aspx?idc=30777&idsc=65580&ida=65526

³⁰⁸ In <http://www.tribunalconstitucional.pt/tc/acordaos/20080506.html>



De acordo com o plasmado na lei, i.e., do prisma objetivo, o tipo incriminador preenche-se com a não entrega de valores tributários legalmente exigíveis e devidos. Do prisma subjetivo, para haver responsabilidade penal neste tipo de crime, será necessária a verificação, por parte do agente, de uma conduta voluntária atentatória ao ilícito típico.

A moldura penal prevista no art. 105º do RGIT é a de “*pena de prisão até três anos ou multa até 360 dias.*” Nos termos do nº 5, quando “*a entrega não efetuada for superior a (euro) 50 000, a pena é a de prisão de um a cinco anos e de multa de 240 a 1200 dias para as pessoas coletivas.*”

9. A oponibilidade do SB a terceiros

Neste patamar estamos perante outras entidades, que não os contratantes (cliente e IF ou IC), que, a qualquer título, pretendam ter acesso a informações bancárias respeitantes a ambos.

No domínio do direito público, e atendendo a determinados crimes e a situações de interesse público, tem-se assistido a decisões judiciais que aliviam a impenhência do segredo bancário.

Como citado, o segredo bancário, na fase pós revolução de 1974, foi acerrimamente tutelado, nos termos do DL 2/78. Denota tal ocorrência o aresto do STJ de 10abr1980, em que se decide que “o dever de segredo bancário, estabelecido e regulado expressamente pelo Decreto-Lei n. 2/78, de 9 de Janeiro, só poderá deixar de verificar-se nos casos em que uma lei imponha, sem sombra de dúvida, a sua revelação, sendo certo que não existe, entre nós, tal norma.”³⁰⁹

Em tempos mais recentes, perante a gravidade dos crimes, tem sido entendimento judicial que deverá existir uma tendência mais favorável à derrogação do segredo bancário, nomeadamente quanto a factos que potencialmente originem processos-crime.

Assim, “no regime legal vigente, ao contrário do que se vinha entendendo na vigência do DL 2/78 de 09.01, o sigilo bancário não prevalece, sistematicamente, sobre o dever de colaboração com a justiça penal. (...) O regime do art. 135º do CPP reconhece desde logo ao interesse da descoberta dos agentes de crimes a idoneidade para ser levado à ponderação com os interesses protegidos pelo segredo esteja em causa a perseguição dos crimes mais

³⁰⁹ Ac. STJ de 10/4/1980, Processo 068708, relator Abel de Campos. Disponível em www.dgsi.pt.



graves, designadamente quando estejam em causa crimes que provocam maior alarme social.”³¹⁰

Por outro lado salienta-se no acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra, de 10fev2010,³¹¹ que “O critério adotado pelo nosso legislador é o de que o tribunal só pode impor a quebra do segredo profissional quando esta se mostre justificada face às normas e princípios aplicáveis da lei penal, nomeadamente face ao princípio da prevalência do interesse preponderante. Assim só se justifica fazer tal ponderação se o levantamento do sigilo se mostrar indispensável para a investigação do crime.»

Temos que, para além da ponderação casuística face ao princípio da prevalência do interesse preponderante, existem preceitos legais em que a derrogação do sigilo bancário é expressamente admitido, tendo em conta os crimes em apreço.

Tais crimes contendem com o branqueamento de capitais,³¹² o tráfico de droga,³¹³ a criminalidade económica³¹⁴ e a emissão de cheques sem provisão bancária.³¹⁵

Efetivamente, e na sequência da transposição para o ordenamento jurídico interno da Diretiva 91/308/CEE, do Conselho, de 10/6, efetuada pelo DL 313/93, de 15/9, relativa à “prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais” (arts. 10º e 12º), impõe-se a comunicação à autoridade judiciária, por parte do Banco de Portugal e da CMVM, de todos os movimentos que indiciem práticas de crimes, previstos no DL 15/93, de 15/1.

O disposto no art. 134º³¹⁶ do RGICSF, obriga igualmente as instituições de crédito à prestação de informações necessárias ao exercício da supervisão bem consolidada. Contudo, este dever de identificação coexiste com o dever de segredo, salvo quando a lei expressamente dispuser em contrário.

³¹⁰ Ac. TRC de 12/1/2005, Processo 3878/04, relator Belmiro de Andrade. Disponível em www.dgsi.pt

³¹¹ Ac. TRC de 10fev2010, Processo 16/09.1GCCNT-A.C1, relator Luís Ramos. Disponível em www.dgsi.pt

³¹² DL 313/93, de 15/9; DL 325/95, de 2/12, alterado por: Lei 65/98, de 2/9; DL 275-A/2000, de 9/11; L 104/2001, de 25/8; DL 323/2001, de 17/2 (...) L 61/2007, de 14/3; L 25/2008, de 5/6.

³¹³ DL 15/93, de 22/1.

³¹⁴ L 36/94, de 29/9, alterada por: L 11/2004, de 27/3; L 25/2008, de 5/7; DL 319/2009, de 30/10; L 46/2011, de 24/6; DL 242/2012, de 7/11 e DL 18/2013, de 6/2.

³¹⁵ DL 454/94, de 28/12, alterado por: DL 316/97, de 19/11; D. Retificação nº 1-C/98, de 31/1; DL 323/2001, de 17/12; DL 83/2003, de 24/4 e L 48/2005, de 29/8.

³¹⁶ “Prestação de Informações”



10.O incidente de levantamento do SB

a) No âmbito de processo penal

Relatou Mário Cruz que «Face à legislação especial introduzida por sucessivos diplomas, a admissibilidade legal de quebra de sigilo bancário tem já um âmbito alargado no campo penal ou até mesmo fiscal, que veio a ser justificado pelos resultados catastróficos ou desproporcionalmente injustificados a que poderia conduzir o sigilo absoluto, nos casos de combate ao terrorismo, raptos, sequestros, negócios escuros designadamente envolvendo lenocínio, droga, armas, comércio de órgãos, e todos aqueles que indiciem a lavagem de dinheiro, acoitamento de criminosos, ou até de devedores escondidos, relapsos e desonestos, e a escandalosa fuga aos impostos por parte de uns quantos cuja ostentação de riqueza deixa muitas interrogações à sua forma de aquisição legítima.»³¹⁷

Temos que, perante tal figurino, e no âmbito do incidente de levantamento do SB, foram dadas ao conhecimento duas decisões contraditórias emanadas do TRL.³¹⁸ Perante tal foi interposto recurso extraordinário de fixação de jurisprudência, ao abrigo do disposto no art. 437º/2 do CPP. Estavam em curso dois inquéritos que tinham por base um crime de roubo.

Tendo os dois inquéritos por base uma hipótese de facto idêntica, foi admitido o recurso. Tal hipótese de facto idêntica fundava-se na recusa da prestação de informação bancária, por parte da IF, à solicitação do MP.

Assim, «Promovida pelo MP a quebra do sigilo junto do JIC, este decidiu que a recusa era ilegítima e ordenou à recorrente a prestação das informações requeridas pelo MP. A Relação de Lisboa, através do acórdão recorrido, confirmou essa decisão, por considerar que «o n.º 3 do citado artigo 135.º do CPP visa tão-somente assegurar uma 2.ª instância residual para as hipóteses em que o tribunal a quo, pendendo para o reconhecimento da legitimidade

³¹⁷Ac TRP, de 19/09/2006. Proc. 0623992, relator Mário Cruz. Disponível em <http://www.dgsi.pt/jtrp.nsf/56a6e7121657f91e80257cda00381fdf/5d6b20b649f87f6f802571f8003a1b5a?OpenDocument>

³¹⁸ Acórdãos do TRL Processo nº 5029/06 (5ª secção), de 3/10/2006, relator José Adriano e Processo nº 9375/06 (3ª secção), de 20/12/2006.



formal e substancial da recusa, tenha dúvidas quanto a ela». Por sua vez, o acórdão fundamento (...), perante uma hipótese de facto idêntica (recusa da recorrente de prestar informação bancária ao MP, no âmbito de um inquérito por um crime de roubo, recusa essa quebrada por despacho do JIC, ordenando a prestação das requeridas informações), considerou legítima a recusa, revogando a decisão recorrida e ordenando que o JIC suscitasse o incidente de quebra do sigilo junto da Relação, por considerar esta a única entidade competente, nos termos do artigo 135.º, n.os 2 e 3, do CPP, para proferir tal decisão.

As decisões em análise proferiram, pois, decisões opostas, baseadas em interpretações também opostas do citado artigo 135.º, n. os 2 e 3 do CPP.»³¹⁹

O art. 135º/2 do CP contempla a hipótese de ilegitimidade da escusa «estabelecendo que, nesse caso, o próprio tribunal perante o qual ela é efetuada ordena[rá], oficiosamente ou a pedido, a prestação dos depoimentos ou das informações, cumprido que seja o formalismo previsto no n.º 5 do mesmo artigo. Nessa situação, não impõe a lei que se faça qualquer juízo de ponderação de interesses em ordem a determinar o que deverá prevalecer, nem o mesmo teria qualquer sentido, porque não existe segredo. Por isso, a lei autoriza o tribunal a ordenar a prestação do depoimento, sem mais, uma vez apurado (ultrapassadas as eventuais dúvidas) que a escusa é ilegítima, não podendo a instituição bancária subtrair-se ao cumprimento do ordenado. Havendo dúvidas sobre a legitimidade da escusa, é o próprio tribunal perante o qual a escusa foi efetuada que as deve resolver.»³²⁰

Na eventualidade de o facto suscitado estar abrangido pelo instituto do SB, e não existir autorização expressa do titular da conta, estaremos perante uma escusa legítima, tramitada, nesse caso, pelo nº 3 do art. 135º do CP. «Nesta situação, a obtenção do depoimento ou da informação escrita já não pode ser ordenada sem a ponderação do valor relativo dos interesses em confronto: os interesses protegidos pelo segredo bancário, por um lado; os interesses no sucesso da investigação criminal, por outro.»³²¹

Neste termos, um incidente específico emerge pois «É precisamente esse juízo que o n.º 3 do mesmo artigo 135.º prevê (...) [pelo que] (...) deverá então ser (...) assumido em

³¹⁹ Acórdão do STJ nº 2/2008, de 13/02/2008, Processo 894/07 (3ª secção). Publicado no Diário da República, 1.ª série, nº 63, de 31 de Março de 2008. Disponível em <https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/2008/03/06300/0187901885.pdf>

³²⁰ Ac. TRL de 20/06/2012, Proc. 394/10.0TTTVD-A.L1-4, relator Maria João Romba. Disponível em www.dgsi.pt.

³²¹ Ac. TRL de 20/06/2012, Proc. 394/10.0TTTVD-A.L1-4, relator Maria João Romba. Disponível em www.dgsi.pt



incidente específico — incidente de quebra de segredo profissional — a ser suscitado no tribunal imediatamente superior àquele onde a escusa tiver ocorrido.»³²²

Chegados a este porto constata-se que as situações de legitimidade ou de não legitimidade da escusa de prestação de depoimento ou informações pelas instituições bancárias «têm tratamento claramente diferenciado (...), sendo evidentemente mais simples o caso de ilegitimidade, que é da competência do próprio tribunal em que a escusa tenha sido invocada, precisamente porque aí se trata apenas de constatar a inexistência de sigilo bancário e consequentemente (...) ordenar a prestação da informação (ou do depoimento).»³²³

Estando, porém, «o facto coberto pelo segredo, e sendo portanto legítima a escusa, só a quebra do segredo pode obrigar a entidade bancária à prestação da informação. Mas a quebra do segredo impõe um juízo de prevalência entre os interesses em conflito, que o legislador entendeu dever deferir a um tribunal superior. [Sendo assim, temos que], quando invocado o sigilo bancário, [e] a autoridade judiciária perante a qual tiver sido suscitada (...) concluir que a escusa é legítima, dois caminhos estão abertos à autoridade judiciária: ou se conforma com a invocação do segredo, não podendo insistir na obtenção do depoimento, ou então suscita o incidente de quebra de segredo junto do tribunal imediatamente superior.»³²⁴

Sobre a aplicação destes preceitos processuais penais ínsitos nos n.ºs 2 e 3 do art. 135.º do CPP, pronunciou-se o STJ, fixando «jurisprudência com o seguinte teor:

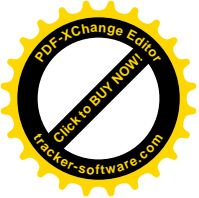
1) Requisitada a instituição bancária, no âmbito de inquérito criminal, informação referente a conta de depósito, a instituição interpelada só poderá legitimamente escusar-se a prestá-la com fundamento em segredo bancário;

2) Sendo ilegítima a escusa, por a informação não estar abrangida pelo segredo, ou por existir consentimento do titular da conta, o próprio tribunal em que a escusa for invocada, depois de ultrapassadas eventuais dúvidas sobre a ilegitimidade da escusa, ordena a prestação da informação, nos termos do n.º 2 do artigo 135.º do Código de Processo Penal;

³²² Ac. TRL de 20/06/2012, Proc. 394/10.0TTTVD-A.L1-4, relator Maria João Romba. Disponível em www.dgsi.pt

³²³ Ibidem.

³²⁴ Ibidem.



3) Caso a escusa seja legítima, cabe ao tribunal imediatamente superior àquele em que o incidente se tiver suscitado ou, no caso de o incidente se suscitar perante o Supremo Tribunal de Justiça, ao pleno das secções criminais, decidir sobre a quebra do segredo, nos termos do n.º 3 do mesmo artigo.»³²⁵

Conclui-se diretamente que têm tratamento processual claramente diferenciado as situações de legitimidade e de ilegitimidade da escusa de prestação de depoimento ou informações pelas instituições bancárias.

Mas, qual o conceito de legitimidade e ilegitimidade da escusa?

Responde-nos a essa questão a relatora Maria João Romba nestes termos: «A legitimidade da escusa não pode deixar de resultar do cumprimento de um dever legal, isto é, do cumprimento do dever de segredo a que a instituição bancária está obrigada. A medida da legitimidade da escusa é, pois, a da extensão do segredo bancário.

Em contrapartida, haverá ilegitimidade da escusa quando o facto ou elemento solicitado não estiver compreendido no âmbito do sigilo bancário (...).»³²⁶

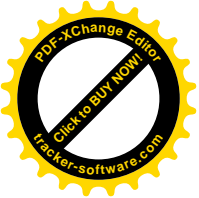
No domínio das apreensões, e relativamente ao segredo profissional, determina «o art. 182º do CPP determina que “1. *As pessoas indicadas nos art. 135º a 137º apresentam à autoridade judiciária, quando esta o ordenar, os documentos ou quaisquer objectos que tiverem à sua posse e devam ser apreendidos, salvo se invocarem, por escrito, segredo profissional (...).*”».³²⁷

b) No âmbito de processo civil – a salvaguarda da verdade material

³²⁵ Acórdão do STJ nº 2/2008, de 13/02/2008, Processo 894/07 (3ª secção). Publicado no Diário da República, 1.ª série, nº 63, de 31 de Março de 2008. Disponível em <https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/2008/03/06300/0187901885.pdf>

³²⁶ Ac. TRL de 20/06/2012, Proc. 394/10.0TTTVD-A.L1-4, relator Maria João Romba. Disponível em www.dgsi.pt.

³²⁷ Ibidem.



O nosso OJ concebe um regime de acesso ao direito e aos tribunais.^{328 / 329} E nesse «âmbito (...) estabelece [igualmente] a lei ordinária que, em regra, a todo o direito corresponde a ação adequada a fazê-lo reconhecer em Juízo e os procedimentos necessários ao acautelamento do seu efeito útil (artigo 2º, nº 2, do Código de Processo Civil).»³³⁰

No quadro do dever de gestão processual que incumbe ao juiz, compete-lhe «realizar ou ordenar, mesmo oficiosamente, todas as diligências necessárias ao apuramento da verdade e à justa composição do litígio quanto aos factos de que lhe é lícito conhecer [artigo 6º e 411º do CPC].»³³¹

Está em causa o ónus de alegação das partes³³², em que, articuladamente se enumeram os factos essenciais, os factos instrumentais e os factos complementares para uma cabal discussão da causa. O juiz conhecerá assim, por livre apreciação, dos factos notórios e todos os outros enumerados pelas partes. Contudo, «o juiz não pode, (...), como é natural, provocar, por via da requisição de alguma informação, a violação pela entidade requisitada do segredo profissional a que ela esteja legalmente vinculada.»³³³

Deverá ser trazida à colação o “dever de cooperação para a descoberta da verdade”³³⁴, em que se impõe a «quem não for parte no processo para a descoberta da verdade, (...) [a resposta] ao que lhes for perguntado, facultando o que lhe for requisitado e praticando os actos que lhes forem determinados (...) [sendo] (...) a recusa (...) sancionada com multa, sem prejuízo da implementação dos possíveis meios coercitivos [art 417º/2 do CPC].»³³⁵

Mas, estando a discussão e decisão da causa comprometida por elementos que se reconduzem a elemento abrangido por segredo profissional, «a recusa é legítima se o

³²⁸ Art. 20º/1 da CRP

³²⁹ Consagrado na L 34/2004, de 29/7, alterada pela L 47/2007, de 28/8 e Regulamentado pela Portaria 10/2008, de 3/1 (que já sofreu alterações).

³³⁰ Ac TRL de 3/9/2012. Proc. 3218/07.1TVLSB.L1-8. Relator Teresa Prazeres Pais. Disponível em <http://www.dgsi.pt/jtrl.nsf/33182fc732316039802565fa00497eec/fc46a85ee9020e2e80257a9100477efa?OpenDocument>

³³¹ Ibidem

³³² De acordo com o disposto no art. 5º do CPC

³³³ Ac TRL de 3/9/2012. Proc. 3218/07.1TVLSB.L1-8. Relator Teresa Prazeres Pais. Disponível em <http://www.dgsi.pt/jtrl.nsf/33182fc732316039802565fa00497eec/fc46a85ee9020e2e80257a9100477efa?OpenDocument>

³³⁴ Art. 417º do CPC.

³³⁵ Ac TRL de 3/9/2012. Proc. 3218/07.1TVLSB.L1-8. Relator Teresa Prazeres Pais. Disponível em <http://www.dgsi.pt/jtrl.nsf/33182fc732316039802565fa00497eec/fc46a85ee9020e2e80257a9100477efa?OpenDocument>



cumprimento do requisitado ou ordenado implicar violação do sigilo profissional [art. 417º/3 do CPC]». ³³⁶.

Sendo assim considerada (como legítima) e «deduzida a escusa de informação com fundamento no sigilo profissional, é aplicável, com as adaptações impostas pela natureza dos interesses em causa, o disposto na lei de processo penal acerca da verificação da sua legitimidade e da dispensa do dever de sigilo invocado [art. 417º/3, al. c) do CPC]». ³³⁷

Por sua vez, o dever de sigilo bancário «insere-se no âmbito dos deveres de sigilo profissional a que estão sujeitas todas as entidades que prestam serviços a outrem, no que toca às relações dessas entidades com os seus clientes (...) [e]ncontra[ndo-se] disciplinado no (...) [RGICSF, sendo no] (...) âmbito cível, a quebra de sigilo (...) muito rara, devendo ser analisada caso a caso, justificando-se apenas quando os interesses da quebra são superiores ao direito à identidade pessoal, à imagem, à reserva da identidade da vida privada e familiar, estes constitucionalmente garantidos.» ³³⁸

Temos que, «[n]o âmbito civil a quebra do sigilo bancário aparece-nos com características de excecionalidade, devendo ser aferida com base na estrita necessidade, numa lógica de indispensabilidade e limitar-se ao mínimo imprescindível à concretização dos valores pretendidos alcançar.» ³³⁹ «Há por isso, neste tipo de situações cíveis, de analisar-se, caso a caso, se a quebra do sigilo é mais importante do que a manutenção do dever de sigilo, cuja proteção constitucional encontra a sua raiz no “direito à identidade pessoal, à imagem, à reserva da identidade da vida privada e familiar” e “às garantias efetivas contra a obtenção e utilização abusivas (...) de informações relativas às pessoas e famílias”, a que se refere o art. 26.º da Constituição da República Portuguesa no capítulo dos direitos, liberdades e garantias.» ³⁴⁰

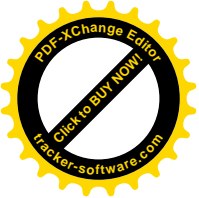
³³⁶ Ac TRL de 3/9/2012. Proc. 3218/07.1TVLSB.L1-8. Relator Teresa Prazeres Pais. Disponível em <http://www.dgsi.pt/jtrl.nsf/33182fc732316039802565fa00497eec/fc46a85ee9020e2e80257a9100477efa?OpenDocument>

³³⁷ Ibidem.

³³⁸ Ac TRP, de 19/09/2006. Proc. 0623992, relator Mário Cruz. Disponível em <http://www.dgsi.pt/jtrp.nsf/56a6e7121657f91e80257cda00381fdf/5d6b20b649f87f6f802571f8003a1b5a?OpenDocument>

³³⁹ Ac. TRG de 19/12/2008, Processo 2730/08-2, relator António Condesso. Disponível em www.dgsi.pt.

³⁴⁰ Ac TRL de 3/9/2012. Proc. 3218/07.1TVLSB.L1-8. Relator Teresa Prazeres Pais. Disponível em <http://www.dgsi.pt/jtrl.nsf/33182fc732316039802565fa00497eec/fc46a85ee9020e2e80257a9100477efa?OpenDocument>



Haverá assim que conjugar as disposições do art. 79º do RGICSF com as do art. 135º, nº 3 e ss. do CP, nas situações não expressamente previstas. Tal é o preconizado no art. 417º, nº 4 do CPC, que dispõe ser o disposto na lei de processo penal que rege para aferir a “*verificação da legitimidade da escusa e da dispensa do dever de sigilo invocado*”, “*com as adaptações impostas pela natureza dos interesses em causa*”.

Deste modo, no âmbito civil, «quando for invocado o direito de escusa, o juiz terá que, desde logo, decidir se essa escusa é, ou não, legítima. E, se concluir que ela é legítima, poderá, nos termos do n.º 3 deste artigo 135.º, suscitar, junto do tribunal que, em termos hierárquicos, lhe é imediatamente superior, a quebra do segredo, nomeadamente quando entender que esta se mostra imprescindível para a descoberta da verdade.»³⁴¹

Poderemos desde logo elencar três situações em que a obrigação de segredo não é oponível:

- ao cônjuge do cliente (art. 1678º/2, alínea f) e g) do CCiv); nas relações entre os cônjuges que envolvam o interesse de um deles em conhecer os bens existentes, uma acção de partilha de bens, um divórcio litigioso ou para fixação de alimentos. Não havendo, na simples tentativa de indagação dos bens existentes, autorização de um dos cônjuges, poderá a parte interessada recorrer à acção de suprimimento judicial prevista no art. 1684º/3 do CCiv.

Estando em causa uma partilha de bens do casal, no âmbito de uma acção de prestação de contas, sendo a escusa considerada legítima e «[e]xistindo a necessidade de verificar os movimentos bancários realizados pelas partes na gestão de empresa a partilhar entre os cônjuges – como elemento de prova idóneo a desvendar essa situação –, deve levantar-se o sigilo bancário a que a instituição financeira, à partida, estaria obrigada (art.º 417.º, n.º 4, CPC).»³⁴²

Assim, «quando a recusa de depoimento é legítima, será regido pelo disposto «[no] artigo 135.º, n.º 3, do Código de Processo Penal [que] dá essa competência ao “tribunal superior

³⁴¹ Ac TRC de 25/01/2011. Proc. 206/09.7TBAVZ-A.C1, relator António Beça Pereira. Disponível em <http://www.dgsi.pt/jtrc.nsf/c3fb530030ea1c61802568d9005cd5bb/8fe9bfc2165dadde8025783b003a3439?OpenDocument>

³⁴²Ac. TRE de 29/01/2015. Proc. 4330/07.2TBSTB-A.E. Relator: Canelas Brás. Disponível em: <http://www.gde.mj.pt/jtre.nsf/134973db04f39bf2802579bf005f080b/61e7a7ef1063468c80257de300376819?OpenDocument>



àquele onde o incidente tiver sido suscitado”, [e] que terá que decidir “segundo o princípio da prevalência do interesse preponderante”.»³⁴³

O relator António Sobrinho, em aresto do TRG de 10/ 11/2011, sintetizou o expresso da seguinte forma: «Segundo o critério do interesse preponderante ou prevalecente, na pendência de inventário subsequente a divórcio, o interesse na administração da justiça prevalece sobre os valores que determinam o sigilo bancário, como a reserva de intimidade da vida privada, na sua vertente patrimonial, de um dos cônjuges, quando a obtenção da informação relativa a contas bancárias é imprescindível ao relacionamento dos bens que possam integrar esse património comum e reporta-se ao período de tempo de vida conjunta do casal.»³⁴⁴

Tal ideia já havido sufragada por Camilo Camilo. Em 2002 concretizava que «O sigilo bancário não é um direito absoluto, podendo ceder perante outros direitos, designadamente o de acesso à justiça. (...) [E], [e]m processo de inventário para partilha de bens de casal dissolvido por divórcio, o Banco não pode recusar informação sobre conta bancária, mesmo que esta esteja em nome de ex-cônjuge que não requereu o pedido dessa informação.»³⁴⁵

- aos sucessores legais (nos termos dos arts. 2024º, 2030º e 2079º do CCiv); a sucessão *mortis causa*, pois «as relações do cliente com a instituição bancária a que alude o art. 79º do DL 298/92, de 31/12, são chamados, por via da sucessão, os herdeiros. Ora, sendo inequívoco que o titular da conta tem direito a obter informações dos movimentos efetuados nessa mesma conta, este direito transmite-se aos herdeiros.»³⁴⁶

Temos que, «[n]ão sendo os herdeiros terceiros, no que à relação jurídica que existia entre o banco e o *de cuius* diz respeito, tem a entidade bancária que lhes prestar todas as informações

343Ac. TRE de 29/01/2015. Proc. 4330/07.2TBSTB-A.E. Relator: Canelas Brás. Disponível em: <http://www.gde.mj.pt/jtrg.nsf/134973db04f39bf2802579bf005f080b/61e7a7ef1063468c80257de300376819?OpenDocument>

344Ac TRG de 10/11/2011. Proc. 855/10.0TBFAF.G1, relator: António Sobrinho. Disponível em: <http://www.dgsi.pt/jtrg.nsf/c3fb530030ea1c61802568d9005cd5bb/b08bb15c3ff37a0c8025796500532590?OpenDocument>

345Ac TRP de 23/05/2002. Proc. 0230626, relator: Camilo Camilo. Disponível em: <http://www.dgsi.pt/jtrp.nsf/c3fb530030ea1c61802568d9005cd5bb/f260b8f16c68cf2b80256c4700300974?OpenDocument>

346 Ac TRL de 28/2/2002, Proc. 00122732, relator Lino Pinto. Disponível em www.dgsi.pt.



que prestaria a este se ele ainda fosse vivo, por, neste cenário, não existir, relativamente àqueles, sigilo bancário.»³⁴⁷

Azevedo Ramos condensou no aresto do STJ de 7out2010 que «[o] titular de uma conta bancária, para aceder às informações sobre os seus movimentos ou obter um qualquer extrato bancário, não necessita, para além de comprovar que é titular da conta, de demonstrar um qualquer interesse concreto na obtenção de informações. (...) O direito à informação e, designadamente, o direito à obtenção de informações documentadas sobre os movimentos bancários resulta diretamente da lei e do contrato bancário celebrado com vista à abertura da conta. (...) Tal direito deverá considerar-se transmitido aos herdeiros, uma vez que os depósitos, enquanto bens, fazem parte do acervo da herança aberta por morte do depositante. (...) Os herdeiros de um depositante bancário não podem ser tidos como terceiros, relativamente às contas do mesmo, razão por que não lhe pode ser oposto o segredo bancário. (...) Por via hereditária, (...) [o herdeiro] ingressa na titularidade da situação jurídica pertencente [ao de cujus] (...), passando a assistir-lhe todos os direitos que àquela pertenciam, na medida do seu respetivo quinhão.»³⁴⁸

- ao representante legal do menor, do interdito ou do inabilitado (arts. 124º, 143º, 153º e 1922º do CCiv);

Bom, para além destas situações concretas abordadas, no âmbito do direito civil, «a quebra de sigilo continua a ter uma muita rara exceção explícita, como a do art. [780º do CPC].»³⁴⁹ Nos termos deste preceito, a penhora de depósitos bancários não está sujeita a prévio despacho judicial

Aqui chegados temos que, no domínio cível, o segredo bancário pode ser derogado em fase de processo executivo, sendo primordial a exigência de uma ponderação de interesses, não devendo a quebra do sigilo ir além do necessário e razoável.

³⁴⁷Ac TRC de 25/01/2011. Proc. 206/09.7TBVZ-A.C1, relator António Beça Pereira. Disponível em <http://www.dgsi.pt/jtrc.nsf/c3fb530030ea1c61802568d9005cd5bb/8fe9bfc2165dadde8025783b003a3439?OpenDocument>

³⁴⁸Ac STJ de 7/10/2010. Proc. 26/08.6TBVCD.P1.S1. Relator Azevedo Ramos. Disponível em <http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/46d4d3e9cafb82c3802577b500456062?OpenDocument>

³⁴⁹Ac TRL de 3/9/2012. Proc. 3218/07.1TVLSB.L1-8. Relator Teresa Prazeres Pais. Disponível em <http://www.dgsi.pt/jtrl.nsf/33182fc732316039802565fa00497eec/fc46a85ee9020e2e80257a9100477efa?OpenDocument>



Assim, a penhora «que incida sobre depósito bancário (...) não colide (...) com o segredo bancário. Constituindo realidades jurídicas completamente distintas tais declarações são obrigatórias para os bancos.»³⁵⁰ Sendo que «o dever de sigilo bancário tem de ceder perante justa causa e esta ocorre quando a revelação se torna necessária para salvaguardar interesses manifestamente superiores. No conflito de interesses entre o dever de não revelar os depósitos do cliente do banco, que não cumpriu as suas obrigações para com o credor, e procura furtar-se a todo o custo ao seu cumprimento e o direito desse credor de se ver ressarcido do que lhe é legalmente devido não pode deixar de entender-se que aquele dever cede perante este direito, manifestamente superior por reconhecido por lei.»³⁵¹

c) No âmbito de processo fiscal (CPPT)³⁵²

No campo processual, o OJ integra-se perfeitamente, pois temos o RGICSF que estipula no seu art. 78º/2 que as IC e IF «estão sujeitas ao sigilo bancário (...). Já o artigo seguinte estabelece as exceções, de que para aqui releva a do seu n.º 2, alínea d): “*os factos e elementos cobertos pelo dever de segredo só podem ser revelados nos termos previstos na lei penal e de processo penal*”. Está, assim, encontrada a harmonia do sistema, com as diferentes leis que tratam da matéria a encaixarem-se devidamente umas nas outras.»³⁵³

Assim, também nesta jurisdição, terá de haver uma harmonização com o preceito de ultima ratio vertido no art. 135º do CPP, por remição do art. 2º, al. e) do CPPT e 417º/4 do CPC. Processualmente, sendo a escusa considerada legítima, haverá um incidente processual, nos seus termos e efeitos, desenhado no disposto no art. 135º, nºs 2 e 3 do CPP. Haverá assim

³⁵⁰ Ac. TRL de 22/9/94, Processo 0072716, relator Pires Salpico. Disponível em www.dgsi.pt.

³⁵¹ Ac. TRP de 12/6/1995, Processo 9550233, relator Antero Ribeiro. Disponível em www.dgsi.pt.

³⁵² Aprovado pelo DL 433/99, de 26/10 e posteriormente alterado pela L 3-B/2000, de 4/4; L 30-G/2000, de 29/12; L 15/2001, de 5/6; L 109-B/2001, de 27/12; L 32-B/2002, de 30/12; DL 38/2003, de 8/3; DL 160/2003, de 19/7; L 55-B/2004, de 30/12; L 60-A/2005, de 30/12; DL 76-A/2006, de 29/3; DL 238/2006, de 20/12; L 53-A/2006, de 29/12; L 67-A/2007, de 31/12; DL 34/2008, de 26/2; L 40/2008, de 11/8; L 64-A/2008, de 31/12; L 3-B/2010, de 28/4; L 55-A/2010, de 31/12; L 64-B/2011, de 30/12; L 66-B/2012, de 31/12; DL 6/2013, de 17/1; L 83-C/2013, de 31/12; L 32-B/2014, de 31/12; L 82-E/2014, 31/12.

³⁵³ Ac. TRE de 29/01/2015. Proc. 4330/07.2TBSTB-A.E. Relator: Canelas Brás. Disponível em: <http://www.gde.mj.pt/jtre.nsf/134973db04f39bf2802579bf005f080b/61e7a7ef1063468c80257de300376819?OpenDocument>



que suscitar a «intervenção [de] Tribunal Superior no sentido de emitir pronúncia quanto à quebra do sigilo bancário, (...) ou seja, saber se para a realização da justiça será realmente necessário, em concreto, determinar o levantamento do segredo profissional (bancário).»³⁵⁴

d) No âmbito de processo administrativo (CPTA)

No silêncio do CPTA³⁵⁵ «será aplicado o disposto na lei processual civil, embora sempre com “as necessárias adaptações”. (...) O que acaba de ser dito (...) vale, por maioria de razão, para os múltiplos incidentes, da mais diversa índole, que podem surgir ao longo do desenvolvimento da lide processual.»³⁵⁶

O que se expôs tem base legal no art. 1º do CPTA³⁵⁷.

Por sua vez, estipula o art. 417º/4 do CPC³⁵⁸ que sendo deduzida escusa fundada na violação de segredo profissional “*é aplicável, com as adaptações impostas pela natureza dos interesses em causa, o disposto no processo penal acerca da verificação da legitimidade da escusa e da dispensa do dever de sigilo invocado.*” Estamos perante um dever de cooperação para a descoberta da verdade.

Desta forma, e de acordo com o exposto, aplicar-se-á ao processo administrativo o preceituado no art. 135º do CPP *ex vi* art. 417º/4 do CPC, atendendo às particularidades acima apontadas e referentes a este regime processual.

O mesmo regime se aplicará, *mutatis mutandis*, no âmbito contraordenacional.

³⁵⁴ Ac TCAN de 13/11/2014. Proc. 00020/10.7BECBR-A, relator Ana Patrocínio. Disponível em: <http://www.gde.mj.pt/jtcn.nsf/89d1c0288c2dd49c802575c8003279c7/8af50a269691a78f80257da50034539f?OpenDocument>

³⁵⁵ Aprovado pela L 15/2002, de 22/2 e posteriormente alterado pela Declaração de Retificação 17/2002, de 6/4; L 4-A/2003, de 19/2; L 59/2008, de 11/9 e L 63/2011, de 14/12

³⁵⁶ ALMEIDA, Mário Aroso de; CADILHA, Carlos Alberto Fernandes – Comentário ao Código de Processo nos Tribunais Administrativos. p. 26.

³⁵⁷ “O processo nos tribunais administrativos rege-se pela presente lei, pelo Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais e, supletivamente, pelo disposto na lei de processo civil, com as necessárias adaptações.”

³⁵⁸ Aprovado pela L 41/2013, de 26/6 e retificada pela Declaração de Retificação 36/2013, de 12/8.



11. As consequências da violação do SB

Excluindo as situações descritas em que o SB será preterido, a sua não observância é punível.

Considera o teor do art. 84º do RGICSF que a violação de segredo bancário constitui um ilícito, qualificado como crime.

A violação de segredo bancário continua a ser sancionada, nos termos do disposto nos art. 47º da LPDP.

a) No âmbito do direito penal

No âmbito do direito penal, embora não esteja tipificada autonomamente a violação do dever de SB, o mesmo está tutelado no âmbito da incriminação da violação de segredo, segundo o disposto no art. 84º³⁵⁹ do RGICSF, que nos remete para os preceitos do CP.

Desde logo e «Sem prejuízo de outras sanções aplicáveis, a violação do dever de segredo é punível nos termos do Código Penal.»³⁶⁰

Estipula o art. 195º do CP que “Quem, sem consentimento, revelar segredo alheio de que tenha tomado conhecimento em razão do seu estado, ofício, emprego, profissão ou arte é punido com pena de prisão até 1 ano ou com pena de multa até 240 dias.”

Nos termos de tal preceito são elementos típicos do crime de violação de segredo a existência do próprio segredo, que o agente tenha o seu conhecimento em razão do seu estado, ofício, emprego, profissão ou arte e a sua revelação a terceiro ou terceiros. Tal comportamento só é sancionável se não existir consentimento expresso do indivíduo sobre qual o segredo versa (arts. 31º/2, al. d) e 38º do CP).

«Trata-se de um crime próprio, de sujeito passivo indeterminado, formal [de mera atividade], doloso e semipúblico.»³⁶¹

³⁵⁹ “Sem prejuízo de outras sanções aplicáveis, a violação do dever de segredo é punível nos termos do Código Penal.”

³⁶⁰ Acórdão do STJ nº 2/2008, de 13/02/2008, Processo 894/07 (3ª secção). Publicado no Diário da República, 1.ª série, nº 63, de 31 de Março de 2008. Disponível em <https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/2008/03/06300/0187901885.pdf>

³⁶¹ Silva, Germano Marques da - Segredo Bancário: da tutela penal na legislação portuguesa. ponto 3.



No entendimento de Patrícia Azevedo «o bem jurídico tutelado pela proteção do segredo é o da confiança dos clientes na banca, mas (...) o interesse social no combate ao crime e a identificação e punição dos seus agentes tem sido entendido como prevalecente (...) [pelo que] não podemos descurar o preceituado no art.º 36.³⁶² do mesmo diploma, relativo à situação de conflito de deveres. Deste modo, a preferência pelo interesse que, no caso, se torne mais relevante, desculpabiliza o desrespeito pelo outro dever que, à partida, teria de ser cumprido.»

Para Germano Marques da Silva «O bem jurídico tutelado pela incriminação do art. 195º do Código Penal é a reserva de dados atinentes à vida privada (...) porque (...) os registos bancários constituem verdadeiras biografias em números, pois através dos serviços que os bancos prestam tornam-se depositários de informações sobre a situação patrimonial dos seus clientes, sobre as suas atividades económicas e através delas sobre os mais recônditos aspetos das suas vidas privadas. Por isso que seja limitada a consideração de que o bem jurídico tutelado pela incriminação da violação do segredo bancário seja apenas ou predominante de ordem económica, dado que através das informações recolhidas pode penetrar-se no círculo mais íntimo da privacidade de cada um.»³⁶³

O aproveitamento indevido de segredo está autonomizado no art. 196º do CP. Diferentemente do crime p.p. no art. 195º, onde a simples revelação do segredo é suficiente, aqui se exige, «como elemento do crime, que o agente cause prejuízo a outra pessoa ou ao Estado [não sendo suficiente para o preenchimento do tipo legal de crime] a possibilidade de prejuízo.»³⁶⁴ Assim, para completo preenchimento do tipo legal de crime, exige-se o aproveitamento indevido e a existência de prejuízo causado, sendo desse modo qualificado como um crime material de resultado.

Se a violação do segredo for «praticada por funcionário público e relativa a facto de que tenha tido conhecimento no exercício das suas funções, o caso é subsumível à previsão do art. 383º»³⁶⁵ do CP.

³⁶² Art. 36º/1 do CP – “Não é ilícito o facto de quem, em caso de conflito no cumprimento de deveres jurídicos ou de ordens legítimas da autoridade, satisfizer dever ou ordem de valor igual ou superior ao do dever ou ordem que sacrificar.”

³⁶³ SILVA, Germano Marques - “Segredo Bancário: da tutela penal na legislação portuguesa”. **I Simpósio Internacional de Direito Bancário**. ponto 3.1.2.

³⁶⁴ GONÇALVES, Manuel Lopes Maia – **Código Penal Português. Anotado e Comentado**. p. 701.

³⁶⁵ Idem, p. 700.



Para além do frisado, os crimes p.p. nos arts. 195º e 196º do CP, poderão ser alvo de agravação os termos do art. 197º³⁶⁶ do mesmo Código.

Em qualquer deste tipo de crime, “Violação de segredo” ou “Aproveitamento indevido de segredo”, exige-se, nos termos do art. 13º do CP, o seu cometimento com dolo, pois só assim haverá potencial responsabilização penal.

Por outro lado, não sendo a moldura penal prevista superior a 3 anos de prisão, nos termos do art. 23º/1³⁶⁷ do CP, conclui-se que a tentativa não será punível.

O procedimento criminal está dependente de queixa ou de participação, nos termos do disposto no art. 198º do CP.

b) A potencial responsabilização civil

No âmbito dos contratos, as informações ou conhecimentos adquiridos por um dos contraentes, fruto do vínculo contratual, deverão ser utilizadas restritamente e dentro do âmbito do contrato, sendo tal comportamento balizado e sindicado pelos ditames da boa fé (art. 762/2 CCiv). Tal não se verificando poderá uma das partes ser prejudicada face às suas expectativas e ao próprio cumprimento cabal do negócio jurídico contratado. Subjacente à regra do sigilo contratual está a plena proteção da confiança.

Assim, estando verificados os pressupostos da responsabilidade civil, elencados no art. 483º do CC, «a violação da lei enquanto ato ilícito pode, causando dano, fazer incorrer o sujeito passivo do dever em responsabilidade civil»³⁶⁸, diferentemente da potencial incriminação penal, onde se exige um comportamento culposos, na potencial responsabilização civil será, digamos, suficiente, a mera culpa ou negligência.

Refere Antunes Varela que a ilicitude pode revestir duas modalidades, podendo «traduzir-se na violação de um direito de outrem, ou seja, na infração de um direito subjectivo (...) [ou

³⁶⁶ “As penas previstas nos artigos 190º a 195º são elevadas de um terço nos seus limites mínimo e máximo se o facto for praticado:

a) Para obter recompensa ou enriquecimento, para o agente ou para outra pessoa, ou para causar prejuízo a outra pessoa ou ao Estado; ou

b) Através de meio de comunicação social.”

³⁶⁷ “Salvo disposição em contrário, a tentativa só é punível se ao crime consumado respetivo corresponder pena superior a 3 anos de prisão.”

³⁶⁸ RODRIGUES, Joana Amaral – Segredo Bancário e Segredo de Supervisão. p. 79.



poderá] consistir na violação de uma disposição legal destinada a proteger interesses alheios.»³⁶⁹

Quanto à culpa discorre o ilustre civilista que «agir com culpa significa atuar em termos de a conduta do agente merecer a reprovação ou censura do direito: o lesante, pela sua capacidade e em face das circunstâncias concretas da situação, podia e devia ter agido de outro modo. (...) [Assim,] a culpa pode revestir, duas formas distintas: o dolo (a que os autores e as leis dão algumas vezes o nome de má fé) e a negligência ou mera culpa (culpa em sentido estrito).»³⁷⁰

c) No âmbito contraordenacional

Nos termos do art. 210º, alíneas m), do RGICSF, são puníveis com coima de 3.000 a 1.500.000 € e de 1.000 a 500.000 €, consoante seja aplicada a ente coletivo ou a pessoa singular, respetivamente, “*As violações dos preceitos imperativos deste diploma e da legislação específica que rege a atividade das instituições de crédito e das sociedades financeiras (...)*”.

d) No âmbito disciplinar

Nos termos do disposto no CT³⁷¹, concretamente no seu art. 128º/1, al. f), poderemos estar perante uma infração disciplinar cometida pelo trabalhador, pois estarão em causa deveres gerais de lealdade.

Contudo, como nos movemos no âmbito da atividade bancária em específico, será de chamar à colação o Acordo Coletivo de Trabalho do Sector Bancário³⁷².

Ao abrigo do «contrato de trabalho para o sector bancário [a consequência da não observância da obrigação de segredo poderá ser a sanção de] despedimento com justa causa».³⁷³

³⁶⁹ VARELA, Antunes; LIMA, Pires de – **Código Civil Anotado**. Vol. I. p. 472.

³⁷⁰ Idem, p. 474.

³⁷¹ Aprovado pela L 7/2009, de 12/2. Alvo de alterações constantes da Decl. Retificação 21/2009, de 18/3; L 105/2009, de 14/9; L 53/2011, de 14/10; L 23/2012, de 25/6; Decl. Retificação 38/2012, 23/7; L 47/2012, 29/8; L 69/2013, de 30/8; L 27/2014, de 8/5 e L 55/2014, de 25/8.

³⁷² Publicado no BTE nº 3, de 22jan2011

³⁷³ Athayde, Augusto Albuquerque – Curso de Direito bancário. Vol. I, p. 518.



Com efeito, na sua cláusula nº 34º/1, al. c), estipula-se que são deveres do trabalhador *“Guardar sigilo profissional, de acordo com os termos e as limitações legais”*.

Com efeito, nos termos do acordado e vertido na cláusula nº 117º/1, a sanção disciplinar poderá efetivamente ser, entre outras menos graves, a de *“Despedimento sem qualquer indemnização ou compensação”*. Cristaliza-se no nº 5 da citada cláusula que *“A sanção disciplinar deve ser proporcionada à gravidade da infração e à culpabilidade do infrator, tomando-se ainda em conta a sua personalidade, antiguidade, passado disciplinar e outras circunstâncias atendíveis.”*

12. Conclusões

O instituto do SB visa «salvaguardar uma dupla ordem de interesses (...). Por um lado, de ordem pública: o regular funcionamento da atividade bancária, baseada num clima generalizado de confiança, sendo o segredo um elemento decisivo para a criação desse clima de confiança, e indiretamente para o bom funcionamento da economia, já que o sistema de crédito, na dupla função de captação de aforro e financiamento do investimento, constitui, segundo o modelo económico adotado, um pilar do desenvolvimento e do crescimento dos recursos. Por outro lado, o segredo visa também e fundamentalmente a proteção dos interesses dos clientes da banca, para quem o segredo constitui a defesa da discrição da sua vida privada, tendo em conta a relevância que a utilização de contas bancárias assume na vida moderna, em termos de refletir aproximadamente a «biografia» de cada sujeito, de forma que o direito ao sigilo bancário se pode ancorar no direito à reserva da intimidade da vida privada, previsto no artigo 26.º, n.º 1, da Constituição da República Portuguesa (...). Porém, esse direito ao sigilo não é um direito absoluto, até porque, pela sua referência à esfera patrimonial, não se inclui no círculo mais íntimo da vida privada das pessoas, embora com ele possa manter relação estreita. Pode, pois, ter de ceder perante outros direitos ou



interesses constitucionalmente protegidos, cuja tutela imponha o acesso a informações cobertas pelo segredo bancário.»³⁷⁴

Para além disso, a abrangência do dever de segredo ultrapassa, na sua amplitude, uma natureza exclusivamente jurídica, alicercando-se em princípios éticos, morais e nos usos da atividade bancária.

O âmbito do dever da sua observância extravasa «a relação bancária *hoc sensu*, mesmo para além do seu termo, mas também as negociações preliminares a ele conducentes, malgrado o correspondente desfecho.»³⁷⁵

Os mercados financeiros operam de forma harmonizada entre si, de forma bastante liberal, facultando uma rápida e fácil circulação de capitais por todo o globo. Tais transações financeiras inter e transnacionais revestem muita das vezes forma anónima engendrada com alguma complexidade, com o intuito de branquear capitais de origem ilícita. Para que branqueamento do capital exista basta que o mesmo ingresse no circuito bancário.

No campo das consequências, a nível económico e financeiro, da não observância do SB, poderemos elencar desde já aquelas que se aparentam óbvias e plausíveis, tais como sendo, *ab initio*, a desconfiança na banca comercial; o consequente entesouramento por parte dos cidadãos sem recurso às IF e, quiçá, a possível deslocalização de capitais para outras praças financeiras mais protetoras da ética subjacente ao SB. Nestes termos, «O segredo bancário deve ser preservado, nas nossas sociedades.»³⁷⁶

Ora, o SB, em tempos recentes, viu os tribunais «reafirmar o sentido firme da tutela do segredo (...) o sigilo só cederia quando a lei o determinasse.»³⁷⁷ Foi assim até finais da década de 80 do século passado.^{378 / 379}

³⁷⁴Ac. TCAN de 10/10/2014, Processo 01026/12.7BEBRG-B, relator João Beato Oliveira Sousa. Disponível em <http://www.dgsi.pt/jtcn.nsf/89d1c0288c2dd49c802575c8003279c7/f33a9d3ae8b52a7380257d7300581585?OpenDocument>

³⁷⁵AZEVEDO, Maria Eduarda – **O Segredo Bancário e a Fiscalidade da Ordem Jurídica Portuguesa**, p. 214

³⁷⁶CORDEIRO, António Menezes – *Sigilo bancário: fica a saudade?*, p. 29.

³⁷⁷CORDEIRO, António Menezes – **Manual de Direito Bancário**, p. 345.

³⁷⁸Estava o SB tutelado ao abrigo do DL 2/78.

³⁷⁹«O dever de segredo bancário, estabelecido e regulado expressamente pelo Decreto-Lei n. 2/78 de 9 de Janeiro, só poderá deixar de verificar-se nos casos em que uma lei imponha, sem sombra de duvida, a sua revelação, sendo certo que não existe, entre nós, tal norma.» Ac STJ de 10/04/1980. Proc. 068708, relator Abel de Campos. Disponível em: <http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/60f362d02e21fea8802568fc003a0fd6?OpenDocument>



Posteriormente, na década de 90, «os tribunais foram (...) assumindo uma feição mais favorável à quebra do segredo bancário, perante o problema dos crimes.»³⁸⁰

Navegando nos preceitos da LGT verificou-se uma evolução «n[o] sentido de acesso às contas bancárias sem uma prévia autorização judicial.»³⁸¹

No entendimento do advogado fiscalista Tiago Caiado Ferreira «o sigilo bancário em Portugal é, presentemente, uma falácia e os direitos à privacidade, proteção da vida familiar e outras garantias e direitos fundamentais do contribuinte são letra morta no nosso sistema legal.»³⁸²

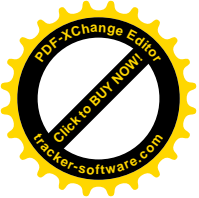
Refere Menezes Cordeiro que «é totalmente insuficiente afirmar que “a administração da justiça deve prevalecer sobre a proteção do consumidor de serviços financeiros e da confiança da banca”, demasiado divulgada na jurisprudência atual: por essa linha, admitir-se-ia o soro da verdade, o polígrafo imposto ou a tortura. O segredo protege a personalidade, no sentido pleno do termo. [Alertando para o facto de que] estamos perante um dos grandes dilemas da nossa época: é importante que os juristas defendam os seus valores.»³⁸³

³⁸⁰ CORDEIRO, António Menezes – **Manual de Direito Bancário**. p. 345.

³⁸¹ MORGADO, Fábio Rafael Abrantes – **Segredo Bancário: uma apreciação do instituto à luz do actual regime português**. p. 50.

³⁸² [Consult. 22dez. 2014]. Disponível na internet: <http://economico.sapo.pt/edicion/diarioeconomico/opinion/columnistas/pt/desarrollo/1039240.html>

³⁸³ CORDEIRO, António Menezes – **Manual de Direito Bancário**. p. 343 e 329.



Bibliografia

ALMEIDA, Mário Aroso de; CADILHA, Carlos Alberto Fernandes – Comentário ao Código de Processo nos Tribunais Administrativos. 3ª edição. Coimbra: Almedina, 2010. ISBN 978-972-40-4211-4

ANTUNES, Francisco Vaz – **A evasão fiscal e o crime de fraude fiscal no sistema legal português**. Porto: [s. n.], 2005. [Consult. 23 nov.2014]. Disponível na internet: <http://franciscovazantunes.blogspot.pt/2010/02/evasao-fiscal-e-o-crime-de-fraude.html>

ATHAYDE, Augusto Albuquerque – **Curso de Direito bancário. Vol. I**. Coimbra: Coimbra Editora, 1999. ISBN 972-32-0884-9

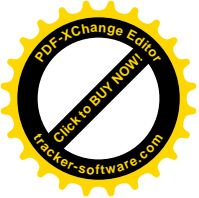
AUBERT, Maurice; [et al] – **Le secret bancaire suisse**. Berne: Editions Staempfli+Cie SA, 1995. ISBN 3-7272-9029-3

AZEVEDO, Maria Eduarda – O Segredo Bancário e a Fiscalidade da Ordem Jurídica Portuguesa. **Revista Lusíada.Direito**, Série 2, nº 10. 2012, p. 213-236. Lisboa: Editora Universidade Lusíada, 2012. ISSN 2182-4118

AZEVEDO, Patrícia Anjos – O Princípio da Transparência e a Troca de Informações entre Administrações Fiscais. Porto: Faculdade de Direito da Universidade do Porto, 2010. **Dissertação de Mestrado em Ciências Jurídico-económicas**. [Consult. 17 jan.2015]. Disponível na internet: http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CCAQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.cije.up.pt%2Fdownload-file%2F878&ei=YIb0VN3PGYS4UfiDhNAN&usq=AFQjCNHBoUHwsQrCVI2zMxNqkmhtKUGaLg&sig2=FrMDEfGQwKdHoEiGA-Be_Q&bvm=bv.87269000,d.d24

BARBOSA, Paula Elisabete Henriques; Do valor do Sigilo-O Sigilo Bancário, sua evolução, limites: em especial o Sigilo bancário no domínio fiscal – A reforma fiscal. **Revista da FDUL**, Vol. XLVI, nº 2-jun. 2007, p. 1229-1292. Coimbra: Almedina, 2007. ISSN 0870-3116

BRANDÃO, Nuno – **Branqueamento de Capitais: O Sistema Comunitário de Prevenção**. Coimbra: Coimbra Editora, 2002. ISBN 972-32-1110-6



BRANDT, Willy; [et al] - **Grande Dicionário Enciclopédico** Ediclube-vol. XV. Madrid: S.A.E.P.A, 1996. ISBN 972-719-056-1

CALDEIRA, João Fernando Damião - **O Procedimento Tributário de Inspeção – Um contributo para a sua compreensão à luz dos Direitos Fundamentais**. Braga: Universidade do Minho, Escola de Direito, 2011. Dissertação de Mestrado em Direito tributário e Fiscal. [Consult. 14 out.2013]. Disponível na internet: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/17995/1/Jo%C3%A3o%20Fernando%20Dami%C3%A3o%20Caldeira.pdf>

CAMINÃS, Julio García - El iusiurandum calumniae en la Editio Actionis Y en la Editio Rationum del Argentarius. **Anuario da Faculdade de Dereito da Universidade da Coruña**, nº 8, p. 369-371. 2004. ISSN 1138-039X. [Consult. 14 set. 2014]. Disponível na internet: <http://ruc.udc.es/dspace/bitstream/2183/2344/1/AD-8-21.pdf>

CAMPOS, Diogo Leite – **Sigilo Bancário**. Lisboa: Edições Cosmos, 1997. ISBN 972-762-037-X

CANOTILHO, J. J.; MOREIRA, Vital – **Constituição da República Portuguesa Anotada**. Vol. I. 4ª edição. Coimbra: Coimbra Editora, 2014. ISBN 978-972-32-2286-9

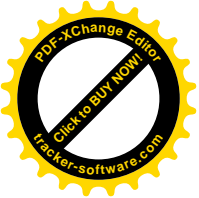
CARVALHO, Nádia - **Papel das zonas de baixa tributação no planeamento fiscal das empresas. Aplicação à Ilha da Madeira**. Funchal: Universidade Aberta, 2012. Dissertação de Mestrado em Gestão. [Consult. 01 nov. 2013]. Disponível na internet: https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/2189/1/Dissertacao_Zonas_Baixa_trib_%2012Out12.pdf

COELHO, Rafael da Silva - **Moeda no Brasil no final do século XVII**. São Paulo: Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2013. [Consult. 28 out. 2013]. Disponível na internet: http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=4&ved=0CDoQFjAD&url=http%3A%2F%2Fwww.teses.usp.br%2Fteses%2Fdisponiveis%2F8%2F8137%2Fde-26052014-120428%2Fpublico%2F2013_RafaelDaSilvaCoelho_VCorr.pdf&ei=OmcDVMXUAsPuyQOG74DoAg&usg=AFQjCNFdwGdwbGtoK4fotIW9EY_xH8N3kw&sig2=249tP8QqTvc tjPw8BlGvjw&bvm=bv.74115972,d.bGQ

CORDEIRO, António Menezes – **Manual de Direito Bancário**. Coimbra: Almedina. 4ª edição, 2012. ISBN 978-972-40-4080-6

CORDEIRO, António Menezes – Sigilo bancário: fica a saudade?. **Cadernos O Direito**. Temas de Direito Bancário I, nº 8. Coimbra: Almedina, 2014. ISBN 978-972-40-5096-6

DIAS, Jorge de Figueiredo – **Direito Penal**. Parte Geral. Tomo I. 2ª edição. Coimbra: Coimbra Editora, 2007. ISBN 978-972-32-1523-6.



FALCO, Giuseppe de – Segreto bancario: morte o resurrezione?. *Rivista di Diritto Bancario*. 2009. [Consult. 14 set. 2014]. Disponível na internet: http://www.dirittobancario.it/sites/default/files/allegati/Materiale_gennaio_200979768.pdf

FIGUEIRA, Luís; JOBLING, Carla – **Lei Geral Tributária Anotada**. Coimbra: Coimbra Editora, 2013. ISBN 978-972-32-2161-9

GONÇALVES, Laureano – **Direito penal fiscal. Evasão e fraude fiscais**. Porto: Editora Vida Económica, 2013. ISBN 978-972-788-645-6

GONÇALVES, Manuel Lopes Maia – **Código Penal Português Anotado e Comentado**. Coimbra: Almedina. 18ª edição, 2007. ISBN 978-972-40-3247-4

KÖHLER, Etiane Barbi – **Direito Bancário**. Rio Grande do Sul: Editora Unijuí, 2012. ISBN 978-85-419-0032-4

LATAS, António João – Sigilo Bancário, sentido e alcance da alteração introduzida pela Lei 36/10, de 2/9. Jornada Jurídica da CGD. Lisboa: [s. n.], 4 mar2011. [Consult. 6 jan. 2015]. Disponível na internet: http://www.tre.mj.pt/docs/Sigilo_bancario.pdf

LUÍS, Alberto – **O segredo bancário em Portugal**. [Consult. 28 out. 2013]. Disponível na internet: http://www.estig.ipbeja.pt/~ac_direito/Luis81.pdf

MALAFIA, Joaquim – O segredo bancário como limite à investigação criminal. **Revista da Ordem dos Advogados**, Ano 59, vol. I-jan. 1999, p. 413-445. [Consult. 14 set. 2014]. Disponível na internet: <http://www.oa.pt/upl/%7B53d1f644-c4aa-49b7-aa9b-4bded9b780d4%7D.pdf>

MIRANDA, Sérgio Manuel Basto Cândido Serdoura - **O Segredo Bancário e a Administração Tributária**. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Direito, 2008. III curso de pós-graduação em direito fiscal. [Consult. 02 nov. 2013]. Disponível na internet: http://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&ved=0CDEQFjAB&url=http%3A%2F%2Fwww.cije.up.pt%2Fdownload-file%2F164&ei=WFnhUqjTO4rK0QWA_IC4Dw&usg=AFQjCNEcSzUkjhBqryAhoYNyDyEula0MA&sig2=3x0AC59wXUHvhw1GdAbC5w

MORGADO, Fábio Rafael Abrantes – **Segredo Bancário: uma apreciação do instituto à luz do actual regime português**. Coimbra: [s.n.], 2012. Dissertação de Mestrado em Ciências Jurídico-Forenses da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

MOREIRA, Eduardo. NETO, João Salvador dos Reis – **A sistemática do Sigilo Bancário e a sua quebra em Matéria Tributária**. [Consult. 18 dez. 2014]. Disponível na internet: http://revistapensar.com.br/administracao/pasta_upload/artigos/a65.pdf

NABAIS, José Casalta – **Direito Fiscal**. 5ª edição. Coimbra: Almedina, 2009. ISBN 978-972-40-3800-1



PALMA, Clotilde Celorico; SANTOS, António Carlos – A derrogação do Sigilo bancário para efeitos fiscais. **Revista da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas**, nº 146, mai2012, p. 46-52. [Consult. 24 set. 2014]. Disponível na internet: <http://www.otoc.pt/fotos/editor2/p46-52.pdf>

PAÚL, Jorge Patrício – O Sigilo Bancário e a sua relevância fiscal. **Revista da Ordem dos Advogados**, Ano 6, Vol.II, abr2002. [Consult. 17 dez. 2014]. Disponível na internet: http://www.oa.pt/Conteudos/Artigos/detalhe_artigo.aspx?idc=30777&idsc=13747&ida=13771

Relatório da Comissão para o Desenvolvimento da Reforma Fiscal. p. 359-390. [s. l.] : [s. n.], abr. 1996. Ministério das Finanças. ISBN 972-9244-38-3. [Consult. 5 out. 2014]. Disponível na internet: http://purl.sgmf.pt/COL-MF-0028/1/COL-MF-0028_pdf/ReformaFiscal.pdf

RIBEIRO, Pedro Joaquim Cardoso – Dados bancários enquanto dados sensíveis. Porto: [s.n.], 2012. **Dissertação de Mestrado em Direito Ciências Jurídico-Políticas** da Faculdade de Direito da Universidade do Porto. [Consult. 17 dez. 2014]. Disponível na internet: <http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/63915/2/Dados%20Bancarios%20enquanto%20Dados%20Sensveis.pdf>

RODRIGUES, Joana Amaral – **Segredo Bancário e Segredo de Supervisão**. p. 55-81. Lisboa: Centro de estudos Judiciários, fev. 2015. [Consult. 14 fev. 2015]. Disponível na internet: http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/civil/Direito_Bancario.pdf

SALVADORI, Massimo L.; [et al] - **História Universal-La Storia**: O antigo Egipto-O mundo grego e helenístico. Vol. 2. [s. l.]. Aleph Serveis Editorialis, 2005. ISBN 989-609-324-5

SALVADORI, Massimo L. ; [et al] - **História Universal-La Storia**: Do início ao fim da guerra fria. Vol. 16. [s. l.]. Aleph Serveis Editorialis, 2005. ISBN 989-609-338-5

SANCHES, José Luís Saldanha – Segredo bancário, segredo fiscal: uma perspectiva funcional. **Revista de Direito e Gestão Fiscal**. Lisboa: Instituto Superior de Gestão. nº 21 (Jan-Mar 2005), p. 34-42. [Consult. 21 set. 2014]. Disponível na internet: <http://www.saldanhasanches.pt/pdf2/2005,%20Fiscalidade,%2021,%2033-42.pdf>

SANCHES, José Luís Saldanha – Segredo bancário e tributação do lucro real. **Cadernos de Ciência e Técnica Fiscal**. Lisboa: Ministério das Finanças, 1995, p. 23-44. ISSN 0870-340XP. [Consult. 21 set. 2014]. Disponível na internet: <http://www.saldanhasanches.pt/pdf-3/1995,20-Ciencia20e20Tecnica20-Fiscal,0377,-2023-44.pdf>

SANTOS, Manuel Simas; SOUSA, Jorge Lopes – Regime Geral das Infracções Tributárias anotado. Lisboa: Áreas Editora, 2010. ISBN 978-989-8058-55-3



SATULA, Benja – **Branqueamento de Capitais**. Lisboa: Universidade Católica, 2010. ISBN 978-972-54-0267-2

SILVA, Germano Marques - “Segredo Bancário: da tutela penal na legislação portuguesa”. **I Simpósio Internacional de Direito Bancário**. São Paulo, mar1998. [Consult. 25 Out. 2013]. Disponível na internet: <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/17458-17459-1-PB.pdf>.

SOARES, Roberta Oliveira - **Os Sigilos Bancário e Fiscal e o Intercâmbio de Informações Sigilosas**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, 2005. [Consult. 23 out.2013]. Disponível na internet: http://www.cvm.gov.br/port/public/publ/ie_ufrj_cvm/Roberta_Oliveira_Soares.pdf

SOUSA, Rabindranath Capelo de - O Segredo Bancário. **Revista de Direito**, Vol. II, nº 2. p. 45-110. [s. l.] : [s. n.], 2002. ISSN 1132-9947. [Consult. 14 ago. 2014]. Disponível na internet: https://dspace.usc.es/bitstream/10347/7764/1/pg_047-112_dereito11-2.pdf

SPEARMAN, Richard - Disclosure of confidential information. **Butterworths Journal of International Banking and Financial Law**. p. 78-82. [s. l.] : [s. n.], 2012. [Consult. 21 ago. 2014]. Disponível na internet: http://www.39essex.com/docs/articles/disclosure_article_for_butterwords.pdf

VARELA, Antunes; LIMA, Pires de – **Código Civil Anotado**. Vol. I. 4ª edição. Coimbra: Coimbra Editora, 2010. ISBN 972-32-0037-6

VASCONCELOS, Pedro Pais – **Direito de Personalidade**. Coimbra: Almedina, 2006. ISBN 972-40-2994-8